

PATRÍCIA DE MORAES LIMA

A CIRANDA DA RUA:

Um estudo sobre a organização dos meninos e meninas que vivem nas ruas em Florianópolis

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maristela Fantin

Florianópolis, outubro de 1997



*Dorme, criança, dorme,
Dorme que eu velarei;
A vida é vaga e informe,
O que não há é rei.
Dorme, criança, dorme,
Que também dormirei.*

*Bem sei que há grandes sombras
Sobre áleas de esquecer,
Que há passos sobre alfombras
De quem não quer viver;
Mas deixa tudo às sombras,
Vive de não querer.*

(Fernando Pessoa)

Dedico este trabalho aos meninos e meninas que vivem nas ruas e a todos aqueles que, através de práticas educativas, lutam pela cidadania dessas crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, especialmente, às pessoas que colaboraram com a realização desse trabalho:

Aos meninos e meninas que estiveram presentes durante a pesquisa de campo e todos aqueles que, fazem das ruas das cidades o espaço de vida.

Aos educadores Padilha, Mirella, Sandra Ramos, Baianinha, Paulo Sandrini, Padre Prim, que através de suas práticas, contribuem decisivamente no projeto de construção da cidadania dessas crianças e adolescentes.

Aos meus amigos do mestrado Joana, Adir, Graça, Roque, Rocio, Solange, Rosa que participaram de forma mais próxima na construção desse projeto.

À Ana Baiana, que contribuiu decisivamente em minha caminhada. Sem dúvidas, através de seu olhar crítico pude crescer ainda mais.

À minha amiga Dóris, pela disponibilidade de ter lido atentamente todo meu trabalho e contribuído significativamente; por ter dividido angústias, tristezas, alegrias e, principalmente por assumir comigo a idéia de registrar retratos tão bonitos sobre a vida de algumas crianças e adolescentes.

À orientadora desse trabalho Maristela Fantin, que acompanhou as dificuldades pelas quais passei; agradeço-a pela dedicação e seriedade e, principalmente, por ter dividido comigo momentos de muitas descobertas.

Aos professores do Mestrado em Educação, especialmente Reinaldo Fleuri, Selvino Assmann e Marli Auras, que possibilitaram espaços de muita aprendizagem.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação em Educação, especialmente Romilda e Maurília por toda atenção e dedicação.

Ao apoio financeiro do CNPq que, através de recursos públicos, investiu nessa pesquisa.

Aos meus pais Moacyr e Iracema que sempre estiveram ao meu lado. A vocês dois todo meu amor e gratidão.

Por fim, a você Alexandre por ser amigo e companheiro, por lutarmos juntos na construção de uma utopia que transforme o atual estado das coisas.

SUMÁRIO

RESUMO _____	vii
ABSTRACT _____	viii
INTRODUÇÃO _____	1
CAPÍTULO I - Localizando Momentos da História das Políticas Públicas para a Infância e Juventude _____	12
1. Dados sobre a realidade brasileira e latino-americana _____	13
2. Momentos de nossa história: Compreendendo esses personagens _____	15
2.1. A consolidação da marginalidade através do modelo de atendimento _____	19
2.2. A caminho do Estatuto da Criança e do Adolescente _____	23
3. O extermínio de crianças e adolescentes no Brasil: As imagens da Candelária _____	28
4. Meninos e Meninas de rua: Uma inscrição social _____	32
CAPÍTULO II - Da casa à rua: o trajeto percorrido _____	38
1. As “Imagens” da Família _____	39
1.1. O Espaço Público da Rua _____	46
2. O trabalho infantil e a inserção na rua _____	51
2.1. O trabalho enquanto alternativa: conhecendo a “turma” da rua _____	55
3. As instituições: os programas e as diversas alternativas de atendimento _____	60
3.1. A política de atendimento aos meninos e meninas que vivem nas ruas em Florianópolis _____	62
4. Vivendo e aprendendo: a rua como espaço de aprendizagem _____	67
4.1. A Educação Popular e a Educação de Rua: nova perspectiva de trabalho _____	72
CAPÍTULO III - A batalha na rua _____	77
1. O dia a dia _____	78
2. Os hábitos que definem o jeito de ser _____	82
3. O tempo e o espaço _____	90

4. A coletividade, os grupos: o ser coletivo _____	96
5. A vida por um fio: situação de risco, drogas e roubo _____	101
6. Os mecanismos de controle social: o aparelhamento policial e a rua _____	105
6.1. O ser de rua: a imagem construída _____	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	120
ANEXOS	

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender como se organizam os meninos e as meninas que vivem nas ruas de Florianópolis. O dia-a-dia, os hábitos, a cultura, a relação com o tempo e o espaço da rua, com as drogas, com a criminalidade, vão definindo um determinado perfil a essas crianças e adolescentes, um jeito de ser específico que aponta para uma forma peculiar de organização. Foi procurando compreender essa dinâmica de vida que realizei a pesquisa de campo em 1995/1996 nas ruas da cidade de Florianópolis, onde acompanhei por 4 meses o grupo de crianças e adolescentes que faziam da rua seu espaço de vida. Esse grupo era composto por doze crianças e adolescentes, tinham idades de oito a treze anos e eram na sua grande maioria do sexo masculino. O presente trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro momento, procurei compreender como historicamente a infância e a juventude pobre vem sendo subjugada a diversos mecanismos de controle social, isto é, como a imagem produzida sobre aqueles (as) que escapam ao “desejado” padrão social, vem legitimando um determinado lugar a essas crianças e adolescentes pobres. Os chamados *meninos e meninas de rua* são a expressão mais real dessa parcela da população infanto-juvenil que vem ao longo da história social brasileira sofrendo os mais diversos tipos de preconceitos sociais, ocupando com isso, um lugar marginal. No decorrer do trabalho procurei apontar o trajeto percorrido por essas crianças e adolescentes até chegarem na rua, a relação com a família, com o trabalho, com os programas, com a escola e por fim, com a rua. A apropriação do espaço público da rua é tomada por esses meninos e meninas como espaço privado, territorializado, sendo por isso, coberto de significados que perpassam a história dos grupos que dela fazem parte. Ao final do trabalho procurei apontar para o movimento de circularidade, movimento este, que neste trabalho denominei de *ciranda*. A *ciranda da rua* é a expressão concreta das estratégias de escapabilidade à convivência privada nos locais em que a sociedade só reconhece como sendo públicos.

ABSTRACT

This study aims at comprehending how boys and girls who live in the streets of Florianópolis (state of Santa Catarina) get organized. Their everyday, habits, culture, relation to time and space in the streets, drugs have all been defining a specific profile of these children and adolescents, a specific way of being that points to a peculiar form of organization. Seeking to comprehend their life dynamics led me to do the field research in 1995/1996 in the streets of Florianópolis, where I accompanied, for 4 months, a group of children and adolescents who had the streets as their homes. This group comprised 12 children and adolescents whose ages ranged from 8 to 13 years, mostly males. The present study was organized in three chapters. At first I sought to comprehend how the infant and adolescent poor have been subjugated to various mechanisms of social discrimination, that is, how the image produced about those who escape the "desired" social pattern has legitimized certain marginal place for the poor children and adolescents. These boys and girls are the actual expression of this parcel of the population that has over the Brazilian social history suffered discrimination thus occupying a marginal locus. Next I sought to point out the path pursued by the children and adolescents until the very moment they come to the streets, their relation to their families, work, institutions, schools and the street itself. The appropriation of the public space as private, territorialized is fraught with meanings that permeate the group history to which they belong. Lastly, I sought to point to the circular movement which I called in this study *Ciranda*. The *Ciranda da Rua* is the concrete expression of the escapability strategies from the private living within the places where society only recognizes as being public.

INTRODUÇÃO

I

O interesse em pesquisar sobre a forma de vida das crianças e adolescentes que vivem nas ruas surgiu de um trabalho realizado na Prefeitura Municipal de Florianópolis, em 1993, no antigo Casarão¹, onde pude estabelecer contato direto com esses sujeitos.

Muitos foram os obstáculos vividos e, progressivamente vencidos. Desde a falta de habilidade para lidar com problemas tão complexos, até o envolvimento emocional com cada uma de suas experiências. Aos poucos, fui ganhando maturidade e percebendo que as questões que ali se colocavam como emergentes, tinham uma complexidade muito maior do que aparentavam. Os meninos e meninas que ali se encontravam vinham de experiências de vida que os diferenciavam de qualquer outra criança/adolescente, considerando os padrões sociais vigentes. Portanto, a construção de qualquer projeto com essas crianças/adolescentes exigiria de todos nós, educadores que ali trabalhávamos, uma proposta metodológica que possibilitasse o vínculo pedagógico.

Esse vínculo foi sendo construído e, na medida em que mais de perto vivenciava o cotidiano deles, mais perguntas me fazia. Como viviam esses meninos e meninas nas ruas? Qual a cultura que permeava o cotidiano de vida dessas crianças e adolescentes? Quais relações estabeleciam com a família? Com a rua? Com os programas de atendi-

¹ O Casarão era um programa específico ao atendimento de meninas e meninas que viviam nas ruas de Florianópolis, onde eram realizadas diversas atividades, acompanhamentos e trabalhos de grupos. Em 1994 foi extinguido. O Casarão localizava-se na Rua Rui Barbosa, Bairro Agrônoma, no Complexo Agrônoma (SOS Criança, Albergue, Casarão).

mento? Com a escola? Com a sociedade? Enfim, qual a dinâmica de vida desses meninos e meninas que viviam nas ruas em Florianópolis e quais os determinantes que influenciavam na sua organização?

Esses questionamentos, longe de serem evidentes, me impulsionavam para construção de um referencial teórico e metodológico que permitisse, de fato, conhecer essa realidade.

Sabemos da importância de aprofundarmos a análise sobre as questões referentes à infância e adolescência pobre no Brasil. Muitas campanhas, programas, projetos vêm sendo realizados, tanto pelas organizações governamentais, quanto pelas não-governamentais, desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

A preocupação com os meninos e meninas que vivem nas ruas passa, também, a ser uma constante para vários segmentos da sociedade, entidades de apoio e defesa dos direitos da criança e do adolescente, entre outros. A imagem socialmente construída sobre essas crianças e adolescentes, oscila entre uma posição em que são, ora compreendidas como vítimas de um processo de exclusão, ora como incorporando o perfil de bandidos, marginais. Diversas visões nos são passadas diariamente, e balizam, de uma forma ou de outra, a ação dos mais diversos grupos sociais.

Nesse sentido, minha prática enquanto educadora me possibilitou conviver com essa imagem produzida sobre as crianças e adolescentes que viviam nas ruas e que desenvolviam atividades no Casarão. Foram muito constantes as divergências mantidas com os próprios educadores, que, por não conseguirem ter clareza sobre o processo educativo, não acreditavam na possibilidade de construção de um projeto de vida para essas crianças

e adolescentes, acabando por manter uma postura frente a esse processo, que, veremos no primeiro capítulo desse trabalho, há muito tempo vem legitimando o processo de marginalização dessa população.

Aos poucos fui percebendo que não bastava apenas “apostar” nessa nova proposta de trabalho, mais que isso, precisava conhecer, aprofundar a análise sobre essa realidade. O ingresso no Mestrado em Educação em 1994, bem como a possibilidade de dialogar com outros atores sociais, contribuiu significativamente para a ampliação e o aprofundamento de minhas questões.

Amadurecendo o diálogo constante entre o meu cotidiano com esses meninos e meninas e o conhecimento produzido sobre essa realidade, foi que passei a construir minha pesquisa. A partir das questões que se faziam presentes na minha prática enquanto educadora, fui definindo a problemática central de minha pesquisa: *compreender o processo de organização dos meninos e das meninas que vivem nas ruas de Florianópolis, buscando discutir alguns determinantes que definem essa organização.*

II

Em novembro² de 1995 iniciei a minha pesquisa de campo, indo para as ruas da cidade, ao encontro dos sujeitos que se constituíam como centro deste trabalho.

² Período em que Florianópolis passava pelas chuvas que provocaram a destruição de casas e ruas, onde pessoas perderam seus únicos bens. Essas chuvas estenderam-se até dezembro e naquele ano, em pleno Natal, o prefeito da cidade havia decretado estado de calamidade pública. tamanha era a gravidade da situação.

Posso afirmar que, tão rico quanto o momento de registro das minhas análises neste trabalho, foi a pesquisa de campo. Situações jamais imaginadas tive que vivenciar, desde ser tratada como alguém que se mostrava cúmplice das crianças e adolescentes, até ser confundida com as meninas que se encontravam na praça.

Acompanhar o movimento constante de ir e vir nas ruas da cidade não foi um exercício fácil. Em alguns momentos, era movida por um desejo intenso de me acomodar num dos bancos da Praça XV, ou mesmo em qualquer canto onde pudesse descansar um pouco, mas as únicas vezes em que procurei fazer isso, fui cobrada pelos próprios meninos e meninas que, já um pouco acostumados com minha presença na rua, ignoravam completamente a hipótese de sentar para descansar. Durante muito tempo ficávamos em movimento. Posso afirmar que essa foi uma das primeiras questões que durante a pesquisa de campo procurei entender. Qual o sentido de andarem tanto ?

Aos poucos, entre a angústia de presenciar situações que me causavam muita indignação e tristeza, pude vivenciar na rua, inúmeras emoções. Entre os espaços do centro da cidade de Florianópolis fui conhecendo um cotidiano que ao passar rotineiramente por esses lugares, não enxergamos.

O pequeno espaço do centro de Florianópolis é durante os dias da semana um local muito movimentado. O centro da cidade apresenta grande diversidade de estilos arquitetônicos, misturando antigos casarios açorianos com prédios modernos, a antiga Catedral Metropolitana com o moderno terminal urbano, enfim o novo e o velho se confundindo num único cenário, o centro da cidade.

Segundo Coradini (1995 : p.12):

Marcada pela diversidade de indivíduos e grupos, formas de apropriação e redes informais, o mundo do centro é principalmente o mundo dos camelôs, prostitutas, velhos aposentados, políticos, solitários anônimos, ilustres desconhecidos, turistas, engraxates, tipos folclóricos, pivetes, pregadores da palavra de Deus, bichas, vendedores ambulantes colegiais, pessoas em trânsito... das estátuas, das obras de arte, dos monumentos, da figueira, da esquina do pecado, do Ponto Chic."

Diante de tanta diversidade, fui centrando meus esforços em compreender esse processo de apropriação do espaço da rua, através do movimento constante dos meninos e meninas que lá estavam.

Procurei também conhecer os outros espaços que eram oferecidos como alternativas para essas crianças. Constatei que no final de 1995 e início de 1996³, período da pesquisa de campo, existiam apenas dois programas oferecidos pelo Poder Público Municipal, direcionados ao atendimento dessas crianças e adolescentes: Albergue Santa Rita de Cássia e Casa da Liberdade⁴. É importante ressaltar que neste momento, na atual gestão⁵, o mesmo problema permanece, com o agravante de que um dos programas foi fechado (Albergue Santa Rita de Cássia).

³ Esse período corresponde à gestão 92 - 96. da Frente Popular na Prefeitura de Florianópolis.

⁴ O Albergue funcionava como lugar onde as crianças e os adolescentes se alimentavam e pernoitavam, e a Casa da Liberdade era um programa que oferecia algumas oficinas pedagógicas (corte e costura, estética e beleza, marmorização de papéis, entre outras), todas visando a profissionalização.

⁵ Em janeiro de 1997, o Partido Progressista Brasileiro (PPB) assume a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Pude constatar que essas crianças e adolescentes já não mantinham vínculos com seus familiares, nem tampouco com as instituições: viviam nas ruas e nesse espaço experimentavam-se, ora como sujeitos, ora como sujeitados.

O desenvolvimento dessa pesquisa exigia-me uma atitude, enquanto pesquisadora, que possibilitasse retomar características centrais da organização dos meninos e das meninas que viviam nas ruas, portanto não foi possível estabelecer nenhuma relação que não tivesse como base a participação e o posicionamento. Nessa pesquisa eu quis assumir o desafio de uma Observação Participante com papel ativo na transformação do contexto pesquisado. Entretanto, é importante ressaltar que Observação Participante não corresponde necessariamente a Pesquisa Participante pelo fato de que a primeira é apenas uma das técnicas para se chegar até o objeto. O que fizemos, e é preciso assumir, foi estabelecer um certo vínculo com a “filosofia” da Pesquisa Participante via Carlos Rodrigues Brandão. Uma vez optando pelo envolvimento direto, enquanto pesquisadora, com as situações de campo vividas, creio que minimamente houve uma aproximação com o argumento central dessa metodologia. Outro fator de aproximação foi estabelecido quando percebi que por ser um trabalho muito individual, teria certa dificuldade de verificar qual a extensão das influências de tal pesquisa para uma resolução imediata ou mesmo a médio prazo do problemas que descrevia e vivenciava.

A opção pela pesquisa qualitativa com ênfase na Observação Participante possibilitou-me estabelecer uma nova relação entre teoria e prática, na qual a prática passaria a ser assumida enquanto critério para a teoria. O pesquisador, através da Observação Participante sai do suposto lugar da neutralidade científica para a tomada de posição, necessi-

tando para isso, de um permanente trabalho de reflexão crítica sobre as implicações teóricas e metodológicas do processo de pesquisa.

O desafio tomado por mim, enquanto pesquisadora, foi o de construir um conhecimento novo e que pudesse compreender a realidade, no sentido de ir além do imediato. Essa atitude exigiu uma ruptura com preconceitos, falsas evidências e uma disponibilidade para me colocar no processo de pesquisa, de modo a buscar uma compreensão do cenário pesquisado.

Para que se tornasse possível, a pesquisa de campo foi realizada durante quatro meses nas ruas de Florianópolis. Quando em janeiro de 1996, os meninos e meninas deslocaram-se para Canasvieiras(uma das praias mais movimentadas do norte da ilha), tive que me deslocar até lá, para não perder o contato com eles. No centro da cidade, as ruas entre a Praça XV, Ponto Chic, Mercado Público, Alfândega, Terminal Rita Maria e o Aterro foram os locais por onde mais andei, sempre acompanhando os meninos e meninas, sujeitos de minha pesquisa.

Foram realizadas observações em todos os locais citados anteriormente, sendo tudo registrado no diário de campo; realizei doze entrevistas : dez com os meninos do grupo dos *pequenos* e duas com os adolescentes que tinham vivido na rua, mas que haviam saído há pouco tempo. Houve também a possibilidade de registrar uma conversa com a mãe de um dos meninos, quando, certo dia, ele me convidou para irmos à sua casa. As entrevistas foram semi-dirigidas e algumas tiveram que ser realizadas coletivamente, isto é, com mais de um menino.

As observações foram realizadas pelo menos três vezes por semana, quando tomei o cuidado de alternar os horários para que fossem contemplados todos os períodos do dia (manhã, tarde, noite e madrugada).

Como a opção era acompanhar o grupo que de fato vivia na rua, isto é, aqueles que não mantinham mais vínculos com a família e as instituições, estabeleci contato com o grupo dos *pequenos*, assim denominados por outros grupos que se encontravam nas ruas, mas que, ao final, era como eles mesmos se auto-denominavam. Os *pequenos* eram doze meninos, com idade entre oito e treze anos, todos eles vivendo na cidade, por entre os locais já citados, com a característica de andar sempre em bando, todos juntos, ou pelo menos em grupos pequenos. Observei, também, algumas meninas que circulavam pelo centro da cidade, mas que não mantinham vínculo constante com a rua.

Havia outros grupos que pude apenas identificar, como aqueles que viviam no Aterro e que tinham mais de dezoito anos. Esses, quase não freqüentavam o centro da cidade, permanecendo nas imediações do Aterro da Baía Sul; e o grupo da Praça XV, que era caracterizado principalmente por adolescentes entre quinze e dezoito anos, que viviam nas comunidades próximas do centro da cidade (Monte Serrat, Mocotó, Mariquinha, Morro da Caixa, entre outros), entretanto, como meu objetivo era pesquisar as crianças e adolescentes que viviam nas ruas, o grupo dos *pequenos* foi o que mais acompanhei.

III

Para ir de encontro à problemática central, que era compreender como se organizavam essas crianças e adolescentes, foi necessária a realização de uma revisão bibliográfica, a partir da qual vim a conhecer autores e propostas que contribuíram decisivamente para as minhas análises. Destaco entre esses, na área da Educação *Marília Spósito, Telma Anita Piacentini, Reinaldo Fleuri e Maristela Fantin*; na área da Antropologia *Alba Zaluar, Hélio Silva, Lisabete Coradini, Cláudia Fonseca e Roberto Da Matta* ; na área da Psicologia *Antônio da Costa Ciampa, Marie Jane Spink e Kátia Maheire*; na área da Sociologia e da História *Marilena Chauí, Irene Rizzini, Irma Rizzini, Arno Vogel, Philippe Ariès, Glacy Roure, Sérgio Adorno* ; entre outros.

Sobre a estruturação do meu trabalho é importante afirmar que as análises dos dados não partiram de algo já pré-estabelecido. A pesquisa de campo, através das observações, dos registros no diário de campo e das entrevistas definiram os temas abordados neste trabalho.

O primeiro capítulo aponta para uma discussão do termo utilizado para me referir às crianças e adolescentes que vivem nas rua *meninos e meninas de rua*. Apresentei como historicamente foram produzidas imagens e conceitos para a infância pobre no Brasil. Mostrei a forma com que vem sendo tratada essa parcela da população: chacina, extermínios; e, por fim, apontei para uma discussão referente à apropriação de espaços públicos, como a rua, e sua conseqüente conversão em espaços de convívio privado e coletivo.

No segundo capítulo, procurei percorrer o trajeto feito para chegarem à rua, a relação com a família, com o trabalho, com as diversas formas de aprendizagem na rua e as experiências nos programas de atendimento, como elemento primordial no desenvolvimento da *marginalidade*. Neste capítulo, mostro a circularidade das relações, característica esta que permeará toda a vida desses meninos e meninas nas ruas.

No terceiro e último capítulo, procurei dar lugar às crianças e adolescentes, sujeitos desta pesquisa. Permiti que a fala deles expressasse quase por si só as relações que estabeleciam na rua, o dia a dia, os hábitos, o tempo e o espaço, a relação com os grupos, com a polícia, a droga, o roubo, o vício.

Enfim, procurei mostrar os diversos mecanismos de sobrevivência e o constante *movimento - ciranda* que escapa do olhar opressor. Isso me serviu como uma das questões-chave através da qual observei, em conclusão, que de fato não basta somente considerarmos as formas inteligíveis de organização como meros substratos de um possível condicionante emancipatório. Frente ao reconhecimento da cultura dos excluídos (em nosso caso falamos das crianças e adolescentes que vivem nas ruas) que subsiste e se alastra rapidamente pelas nossas cidades, principalmente em espaços urbanos emergentes como Florianópolis, há que se questionar a cultura dos “incluídos”. Mais do que um movimento de fuga e trânsito por espaços hostis, a ciranda da rua é a expressão maior dessa cultura da qual falamos, que, de um lado, expressa um nível de organização e mobilização estratégica, por outro, expõe uma situação pela qual todos nós, no mínimo, deveríamos nos sentir responsáveis.

Considerando meus limites e os limites da própria pesquisa no decorrer desta dissertação, meu desejo é apontar toda a beleza e a riqueza de conhecer de perto uma realidade que cada vez mais ocupa o cenário de nossas cidades. Desejo também, que este trabalho possa desencadear novas pesquisas e estudos a fim de aprofundar a discussão em torno deste tema.

CAPÍTULO I

Localizando Momentos da História das Políticas Públicas para Infância e Juventude

Este capítulo tem como objetivo a localização de momentos de nossa história a partir do século XIX, importantes no desenvolvimento das políticas públicas para a infância e a juventude no Brasil. Compreender as ações adotadas pelo Estado atual me impõe a necessidade de reconstruir parte dessa história até chegarmos ao Estatuto da Criança e Adolescente (LEI N.º 8069/90), lei atual, que estabelece as diretrizes para o exercício dos direitos e deveres da infância e juventude. Além disso, pretendo, no decorrer deste capítulo, tematizar os diversos termos atribuídos à infância pobre no Brasil, procurando desvelar os reais significados do termo atual: *meninos e meninas de rua*.

Cabe ainda ressaltar que procuro compreender essas diferentes denominações a partir das condições históricas e, com isso, apontar elementos para outro entendimento da atual denominação para infância e adolescência pobre no Brasil. Considero, portanto, que percorrer esse caminho é uma condição imposta a qualquer pesquisador que tenha como pretensão explorar a problemática da infância e adolescência em nosso país.

1 - Dados sobre a realidade brasileira e latino-americana

Cerca de 45% da população total da América Latina são crianças e adolescentes (possuem menos de dezoito anos de idade). A metade dessa população infanto-juvenil vive em situação de miséria, sem acesso às condições básicas para o seu desenvolvimento. É necessário destacar a falta de equidade demográfica na América Latina. Segundo estudos do CEPAL (Centro de Estudos e Pesquisas da América Latina), as mulheres sem instrução têm, em média, 5 filhos, ou mais, enquanto as mulheres de instrução secundária e superior possuem apenas 2 filhos (Pilotti, 1995: p. 15).

Historicamente, a pobreza encontra-se relacionada ao excludente modelo de desenvolvimento econômico que vem gerando a miséria, convertendo-a em cenário permanente nos países latino-americanos.

Como é sabido, a pobreza na América Latina é uma questão histórica e estrutural de caráter mais amplo e que exige para seu melhor equacionamento um novo estilo de desenvolvimento econômico e político que tenha como um dos seus pilares básicos a equidade social (Tapia & Henrique, s/d, d/e: p. 14).

Segundo Pilotti (1995), dentro da realidade heterogênea da pobreza encontram-se os chamados *núcleos duros*, onde a miséria encontra-se mais arraigada e as situações de risco para a infância são maiores, nos lares onde a mulher é a chefe da família e não há cônjuge. Esses núcleos constituíam, até 1992, entre 10% e 25% do total de lares pobres e indigentes na América Latina, e as crianças menores de 15 anos, nesses lares, correspondiam de 11% a 27% do total dessa população.

No Brasil, os dados sobre a pobreza não são menos drásticos. Segundo Santos (1995), a década de 80 registrou uma das piores distribuições de renda do mundo, quando os 10% mais ricos acumularam 51,5% dos rendimentos da população e os 50% mais pobres participaram com apenas 11,2% da renda nacional.

Na década de 90, a situação não parece ter se alterado e as pessoas mais atingidas pela pobreza continuam sendo as crianças e os adolescentes. Cerca de 30 milhões delas vivem em famílias chefiadas por mulheres (63,1%) sem companheiros, com renda *per-capita* menor que meio salário mínimo e morando em domicílios pobres, inadequados (55,4%), ou seja, com escasso sistema de saneamento básico, e carência de instituições como escolas, creches, hospitais e postos de saúde.

No Nordeste, Sul e Sudeste, as crianças e os adolescentes que vivem nas ruas são vítimas de falhas na ocupação do espaço urbano, fruto da escassez de moradias nas regiões metropolitanas. Cerca de 83 % das famílias são negras ou descendentes dessa raça, moram em favelas, morros, barracos, trabalham no mercado informal, sem carteira assinada (Santos, 1995). Nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, as crianças e os adolescentes que vivem nas ruas são oriundas, devido principalmente ao êxodo rural, de famílias que emigraram do Nordeste e do Sul.

As crianças e os adolescentes das camadas mais empobrecidas, tendo em vista a alta taxa de desemprego, a crescente favelização, a falta de oportunidades para se constituírem dignamente no mundo, passam a se inserir no mercado de trabalho informal, indo para as ruas buscar a sobrevivência pessoal e a geração de renda para o sustento familiar. Os riscos inerentes às precárias condições familiares, ao fracasso escolar, à vivência na

rua, entre outros fatores, passam a proporcionar o contato dessas crianças e adolescentes com o submundo das drogas, da prostituição, do roubo, entre outros. A violência surge desse processo. Dados do IBGE confirmam que as mortes violentas não-acidentais aparecem, em 1990, como a principal causa de morte entre o grupo de adolescentes de 15 a 17 anos, em algumas das principais cidades do Brasil. Nesse mesmo ano é promulgada no Brasil a Lei 8.069/90, que passa a instaurar um novo momento para a infância e juventude brasileira.

2 - Momentos de nossa história: Compreendendo esses personagens

Falar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90)¹ exige uma compreensão de como foi construído o modelo de assistência à população de crianças e adolescentes no Brasil. Na verdade o Estatuto nada mais é do que o resultado concreto dos avanços sociais que obtivemos no decorrer de nossa história. Para melhor compreendermos como chegamos na atual legislação, precisamos percorrer alguns momentos das políticas públicas no Brasil.

As primeiras medidas efetivas dos poderes públicos de atendimento à infância, se

¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei que atualmente prevê os direitos e deveres de todas as crianças e adolescentes no Brasil. Essa lei surgiu em 1990 como resultado de diversas manifestações populares que se indignavam com a situação da infância e da juventude brasileira.

gundo Rizzini (1995), surgem no século XIX, destinadas aos considerados *meninos desvalidos*². Em 1854, o Governo Imperial assina o Decreto n^o 1331A que tinha como objetivo recolher as crianças que vagavam pelas ruas das cidades, preocupação essa que permeará a assistência pública no país em todos os períodos de sua história (Rizzini, 1995).

Os meninos que *vagavam pelas ruas*, quando recolhidos, eram entregues pelo Governo aos professores ou párocos, que recebiam incentivos para mantê-los. Após o 1^o Grau eram enviados para as companhias de aprendizes dos Arsenais ou da Marinha. Apesar da preocupação governamental, o primeiro asilo³ só foi criado em 1875 - Asilo dos *Meninos Desvalidos* - internato destinado a recolher e educar meninos de seis a doze anos. Segundo o regulamento do asilo, todos deveriam receber instrução primária e ensino de ofícios mecânicos.

A maior contribuição do Governo Imperial para a construção da política de assistência foi a implantação de um modelo de atendimento -asilos- criados para os *desvalidos*. Na verdade, os “internatos” existiam para abrigar as crianças e os adolescentes de famílias mais abastadas da época. O que diferenciava os dois modelos era o caráter de atendimento desses espaços: o asilo servia aos filhos dos pobres, onde eram preparados para exercer atividades subalternas, enquanto no colégio interno, os filhos dos ricos eram preparados para exercer postos de destaque na vida institucional da sociedade. Aos *meninos desvali-*

² *Meninos Desvalidos* eram as crianças e adolescentes que vagavam pelas ruas e que viviam em condições de pobreza.

³ Asilo era a denominação na época para os internatos onde permaneciam os *meninos desvalidos*, as crianças e os adolescentes pobres.

dos restava-lhes a possibilidade de serem valorizados por sua capacidade pessoal para o trabalho, aspecto este bem desenvolvido pelo modelo de atendimento vigente.

Identifico, nesse momento, a construção de um projeto para a infância e adolescência pobre que se expressava na qualificação de mão-de-obra barata, isto é, na produção de trabalhadores aptos para o mercado de trabalho que emergia com a industrialização.

Em 1893 foi promulgado o Decreto nº 145, que autorizava a fundação de uma colônia correcional⁴ para os indivíduos que não possuíam família e que viviam *perambulando pelas ruas*.

O modelo de atendimento correcional permaneceu durante alguns anos, convivendo com vários problemas como: promiscuidade, falta de recursos, instalações físicas inadequadas. Tratava-se de instituições muito abrangentes, que incluíam tanto adolescentes culpados criminalmente, como aqueles que eram órfãos e que se encontravam nas ruas.

Em 1902, surge a categoria dos *menores viciosos* (Rizzini, 1995), entendidos como órfãos, como aqueles que cometiam negligências e que vagavam pelas ruas.

Décadas mais tarde, continuava-se a lutar pelas colônias correccionais, numa perspectiva de aproveitamento da energia produtiva daqueles que se encontravam desocupados, através das colônias correccionais agrícolas e industriais.

Com a República, surge a concepção de assistência social, enquanto *caridade oficial* (Rizzini, 1995: p. 246). O termo foi utilizado pelo jurista Ataulpho de Paiva (1903)

⁴ As colônias correccionais vieram substituir os antigos asilos e encontravam-se destinadas a prevenir as desordens e recuperar desviantes.

em sentido pejorativo, caracterizando a dispersão e a desorganização de ações. Essa assistência mal praticada, segundo Ataulpho de Paiva, produzia *efeitos nefastos*, tais como: *degenerescência da raça, incitamento à preguiça, ao parasitismo e à vadiagem, fatores que anarquizam a sociedade.* (Rizzini, idem)

Os modelos de atendimento que prevaleceram durante a República foram os internatos, reformatórios, escolas premunitórias e correccionais - denominação dada ao antigo asilo. Nesse momento, o objetivo era prevenir as desordens e recuperar os desviantes.

Aos poucos, no decorrer da República, o modelo de atendimento ao *menor* passava a ter como meta o sentimento de amor ao trabalho e uma conveniente educação moral (Decreto 16.444 de 1924). A defesa da instrução e da formação profissional era uma constante nos regulamentos das escolas oficiais.

Avançava-se, portanto, para uma proposta de substituição dos asilos por escolas de trabalho, que, nesse sentido, era pensado como o único instrumento para tornar o *menor desvalido* alguém útil para a sociedade. Além de aprenderem uma profissão, os *meninos desvalidos* eram disciplinados, ensinados a produzir dentro de mecanismos específicos. *O trabalho passa a ser valorizado como instrumento disciplinador do corpo e da mente* (Rizzini, 1995: p. 251).

A preocupação com os jovens que eram institucionalizados, bem como com o aprimoramento das instituições, conjuntamente com a industrialização da economia, colocavam as alternativas da instrução e da formação profissional como meios de readapta-

ção social. Ao mesmo tempo que se produzia operários para o mercado de trabalho, esperava-se que se estivesse resolvendo o problema da marginalidade.

2.1 - A consolidação da marginalidade através do modelo de atendimento

No início do século XX a assistência à infância carente era prestada pela Justiça. Segundo Rizzini (1995), na medida em que aumentavam os índices de criminalidade infantil mais a Justiça tornava-se insuficiente para resolver o problema. A idéia generalizada era a de que, para diminuí-la, seria necessária a intervenção de outros setores da sociedade.

Na primeira década do século XX, o Poder Público empreende uma política de criação de instituições para atender às categorias de *menores: abandonados, moralmente abandonados e os delinqüentes*. Surgem nessa década: A Escola Quinze de Novembro (RJ), Instituto João Pinheiro (MG) e o Instituto Disciplinar (SP). O Instituto João Pinheiro (1909) mantinha um modelo de atendimento que favorecia o regime familiar, com pavilhões divididos em aposentos, cada um com três crianças, com um chefe, a esposa e os filhos, constituindo com isso, um *núcleo doméstico*⁵.

Em 1923, surge no país o primeiro Juízo de Menores. O modelo de atendimento era a internação; no entanto, havia poucas instituições oficiais (subvencionadas pelo Governo e por particulares).

⁵ A expressão "núcleo doméstico" nos aponta para uma preocupação em manter características da família nuclear (pai, mãe e filhos) no regime de atendimento às crianças e adolescentes.

Desde a criação do primeiro Juízo de Menores, até o surgimento do SAM - Serviço de Assistência ao Menor, em 1941, prevaleceu a política do assistencialismo.

Das instituições que mais contribuíram para reforçar o modelo de atendimento baseado na exclusão e na marginalização, podemos destacar a Psiquiatria que ao categorizar os comportamentos inadequados, isto é, aqueles que não eram aceitos socialmente, legitimava a reprodução da moral vigente, modelando os sujeitos, pretendendo torná-los mais *sociais*. A preocupação com a saúde mental tornava-se um dos elementos fundamentais na padronização de comportamentos desviantes.

Ainda na década de 20 o Governo deu grande impulso à criação de patronatos agrícolas⁶, executando uma política delineada pelo Departamento Nacional de Povoamento e de Formação do Trabalhador Nacional. A polícia utilizava os patronatos como depósitos de *pivetes*⁷ que recolhia nas ruas.

No início da década de 40, em pleno Estado Novo, período ditatorial iniciado em 1937, com o golpe de Estado, o Governo implementou uma política de atendimento, em que prevaleceram duas categorias: o *menor* e a *criança*.

Até esse momento o *menor* era tratado pela esfera jurídica, através dos juízos de menores e de alguns estabelecimentos próprios para atender essas crianças.

Em 1941, o Governo Federal criou o SAM - Serviço de Assistência ao Menor - órgão responsável pelos serviços de assistência a *menores desvalidos* e *transviados*.

⁶ Instituições destinadas exclusivamente às classes pobres. visando a educação moral, cívica, física e profissional dos menores desvalidos e daqueles que por insuficiência da capacidade de educação na família, fossem postos à disposição do Serviço de Povoamento.

⁷ Segundo dicionário Minidicionário da Língua Portuguesa(1989), *pivete* significa menino ladrão e/ou que trabalha para ladrões.

O SAM, no imaginário popular, segundo Rizzini (1995), alcançou uma fama cujo o significado era de ameaça à criança pobre e não de proteção. Várias foram as denominações que expressavam pejorativamente o caráter desse atendimento: escola do crime, fábrica de criminosos, sucursal do inferno. Os maus tratos, a violência sexual, a corrupção, a comercialização dos internos, entre outros procedimentos, tornaram-se rotina nas instituições.

De acordo com Rizzini (1995: p. 285), *a corrupção do SAM atingia todos os níveis de sua estrutura, do gabinete do Ministério da Justiça aos estabelecimentos de atendimento.*

Em 1940, o Decreto-Lei nº 2024 fixou as bases da organização de proteção à maternidade, à infância e à adolescência no país, determinando a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr). Esse órgão voltava-se para uma ação preventiva, visando evitar a ruptura da estabilidade familiar, com a conseqüente produção de menores abandonados.

Segundo Rizzini (1995: p. 290-1): *O atendimento aos menores no Brasil sempre fora controlado pelo aparelho policial-judiciário (...). A clivagem entre os conceitos ainda permaneceria intransponível por muito anos.*

Cabe ressaltar aqui a vinculação da pobreza com a criminalidade, isto é, aqueles que se encontravam sob os cuidados do Judiciário eram, em sua grande maioria, crianças e adolescentes provenientes de uma classe social menos favorecida. Não cabe a afirmação de que a pobreza determina a criminalidade, mas é possível afirmar que as condições

reais de existência, com a falta de políticas públicas que atendam as necessidades básicas podem circunscrever o sujeito na vida do crime⁸.

Em 1942, o Governo Federal criou a LBA - *Legião Brasileira de Assistência* - com o objetivo de assistir às famílias dos convocados na IIª Guerra Mundial, dando prioridade a maternidade, infância e adolescência, enfim, à população em desvantagem econômica. É necessário assinalar que apesar de se apresentar como um novo modelo de atendimento, seus programas foram marcados pelo clientelismo e o assistencialismo.

Em 1964, foi criada a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FNBEM). A FNBEM considerava fundamental promover a descentralização e a ação articulada dos diversos organismos e setores comprometidos com a assistência ao *menor*. Sob a égide dessa visão surgiu, em 1986, patrocinado pela FNBEM, o “Projeto Diagnóstico Integrado para uma Nova Política do Bem-Estar do Menor”. O relatório demonstrava que até 1975 havia predominado um paradigma corretivo. Combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais era um empreendimento socialmente útil, na medida em que evitasse que o *menor carente* viesse a se tornar *abandonado*, e este, por sua vez, *infrator* (Vogel, 1995: p. 319). Entretanto, as propostas da FUNABEM de prevenção da marginalidade do menor, descentralização das atividades, participação da juventude, pareciam não ter obtidos grandes resultados. Podemos afirmar que não existia uma política que, de fato, definisse as ações para a infância e juventude. Os programas e projetos eram marcados pela disper-

⁸ Ver FANTIN, Maristela. **Construindo Cidadania e Dignidade: Experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio**. Florianópolis: Insular, 1997. O sentido do crime está mais vinculado é com a forma de ruptura que lida com os limiares da vida e da morte, segundo a autora.

são de recursos (materiais, financeiros e humanos), decorrendo, daí, serem as ações fragmentárias, de cunho meramente paliativo.

O caráter da antiga FNBEM é bem descrito por Vogel (1995: p. 316), quando a define como uma instituição de *concepção híbrida de atendimento (correcional-repressivo e assistencialista)* (...) *que visa a reprodução estereotipada de padrões uniformes de atenção direta ao menor, representado como feixe de carências.*

2.2 - A caminho do Estatuto da Criança e do Adolescente

O período de 1982 - 1984 foi marcado pela identificação, registro e divulgação de experiências bem sucedidas de atendimento a *meninos e meninas que estavam nas ruas e nas comunidades pobres* (Fausto & Costa, 1991 : p. 14).

O clima de efervescência e criatividade resultou numa série de encontros, na produção de material de registro das experiências, bem como no desenvolvimento de uma rede de lideranças com abrangência nacional.

O “ Projeto Alternativas de Atendimento a *Meninos e Meninas de Rua*”, envolvendo técnicos do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FNBEM) e da Secretaria de Ação Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, culminou, em 1984, no “ Iº Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua”, realizado em Brasília.

No ano seguinte surgia a necessidade concreta de uma nova identidade política, pois já havia, de modo informal, uma articulação entre aqueles que se interessavam pela questão dos chamados *meninos e meninas de rua*. Foram organizadas as comissões locais, depois as comissões estaduais e, ainda em 1985, foi eleita a Coordenação Nacional do Movimento de Meninas e Meninos de Rua, que se tornou um bloco de oposição à *Doutrina de Situação Irregular*, consagrada pelo Código de Menores em 1979. Esse movimento era resultado concreto da luta pela garantia dos direitos, envolvendo diversos atores sociais, todos incomodados com a situação da infância e da adolescência pobre no Brasil.

→ A década de 80 foi marcada pelo movimento da sociedade civil na luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes de todo o país. Vários foram os acontecimentos de projeção. Entre eles podemos destacar o “1º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua”, realizado em 1986, em Brasília, quando se reuniram crianças e adolescentes de todos os Estados para discutir as políticas públicas. Esse encontro foi resultado de um processo de luta pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, que ganhou relevância como movimento social de novos contornos e força política.

A participação dos movimentos sociais na luta pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes foi de fundamental importância. Dentre eles destacaram-se: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Pastoral do Menor, Frente Nacional de Defesa dos Direitos, todos com participação ativa no Fórum DCA - Direitos da Criança e do Adolescente.

Esses movimentos, ao se organizarem, mobilizavam a sociedade, para garantir, constitucionalmente, a condição de sujeitos de direito àqueles que fossem menores de dezoito anos.

Até esse momento, a lei, para a infância, que se fazia presente no cenário brasileiro, era o Código de Menores (Lei nº 6.697/79). Essa lei revelava sua essência como forma de controle social, na criminalização da pobreza através da institucionalização compulsória, apreensão, abandono, triagem, rotulação e confinamento.

Faz-se necessário rememorar que o antigo Código de Menores era baseado na concepção de Infância e Adolescência como sendo etapas da vida do ser humano, e não como fase primordial do seu desenvolvimento. Dessa forma, as crianças e os adolescentes eram denominados *menores*, adultos em miniaturas, tão responsáveis por seus atos quanto qualquer adulto.

Não se trata de isentar as crianças e os adolescentes de responsabilidades, mas de saber que os momentos da infância e da adolescência são peculiares e primordiais na construção da nossa personalidade, quando se entende que o sujeito, ser histórico-social, construirá sua humanização a partir das relações que estabelecer com o meio, com as pessoas, com o mundo que o cerca.

Desse modo, a mudança da lei, naquele momento histórico, implicaria numa mudança de paradigma, isto é, na mudança de conceitos, de visão de homem e de mundo.

De certa forma, as crianças e adolescentes que, naquela circunstância, se encontravam subjugadas ao modelo de atendimento vigente, já começavam a manifestar atitudes que denunciavam as conseqüências desse atendimento: colocavam fogo nas instituições,

faziam rebeliões. A população passou a conhecer, através de noticiários de jornais e de televisão, a violência que se manifestava nesses espaços. Instituições que tinham como objetivo a reeducação de crianças e adolescentes não passavam de depósitos onde eram estigmatizados, reforçando a imagem de marginalidade.

Em setembro de 1986, foi criada a “Comissão Nacional Criança e Constituinte”, instalada por uma Portaria Interministerial. Em novembro desse mesmo ano, o UNICEF assinou, conjuntamente com o Ministério da Educação, um termo de acordo que assegurava a sua efetiva participação no processo de mudança da Constituição. Essa Comissão passou a realizar um amplo processo de sensibilização, conscientização e mobilização da opinião pública e dos constituintes.

Foram realizados encontros, debates, divulgação de mensagens através dos meios de comunicação, eventos envolvendo crianças, carta de reivindicações contendo assinaturas de crianças e adolescentes, exigindo dos parlamentares a introdução de seus direitos na nova Constituição (Fausto & Cervini, 1991).

Duas emendas de iniciativa popular, perfazendo mais de duzentas mil assinaturas de eleitores, foram apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte. Seus textos foram fundidos e acabaram fazendo parte da Constituição de 1988, no artigo 227, onde fica assegurada *prioridade absoluta*⁹ às crianças e adolescentes.

⁹ Ver artigo 4º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Apesar de ter sido assegurada a prioridade absoluta, não significa que isso venha ocorrendo na prática.

Apesar do avanço constitucional, havia necessidade de uma lei especial que substituísse o antigo Código de Menores e a Política do Bem-Estar do Menor¹⁰. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado pelo Congresso Nacional, apontando para uma nova perspectiva de se compreender o homem e a realidade.

De fato, a década de 90 vem sendo marcada por uma luta constante na divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse novo paradigma sustenta-se sobre dois pilares básicos: a concepção da *criança e do adolescente* como sujeitos de direito¹¹ e a afirmação de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A nova política que se estabelece com o Estatuto passa a compreender a criança e o adolescente não mais como indivíduos isolados de seu contexto, mas sim como pessoas em desenvolvimento físico e psicológico, profundamente inseridos em seu tempo e em sua realidade contextual. Buscar-se-á, por essas razões, trabalhar sempre com o todo de suas relações.

Outro aspecto fundamental é a regulamentação dos princípios básicos da municipalização do atendimento, e da participação da sociedade civil por meio de entidades representativas, tanto na formulação, como no controle das ações em todos os níveis.

Essas mudanças ocorridas com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de provocarem um reordenamento político-administrativo, possibilitaram o

¹⁰ Ver sobre Política do Bem-Estar do Menor em: (Santos, 1993: p. 12) e (Mendez, 1993: p. 14).

¹¹ Ver artigo 15º do ECA

envolvimento da sociedade civil organizada, através de seus movimentos e associações, na discussão, divisão e controle das políticas de atenção às crianças e adolescentes.

O problema que iremos encontrar é que a nova lei, apesar de possibilitar uma nova compreensão, não vem sendo eficaz na sua execução. Um exemplo claro desse distanciamento é a falta de articulação entre os diferentes órgãos de apoio e defesa na área da infância e adolescência, além da falta de clareza do que significa essa mudança em termos práticos. Convivemos ainda com as mais diversas manifestações de violência física e psicológica contra as crianças e os adolescentes em nosso país. Modificou-se a lei, mas a postura de muitos dos que trabalham e convivem com essa questão, continua a mesma.

3 - O extermínio de crianças e adolescentes no Brasil: As imagens da Candelária

Mesmo parecendo inconcebível, após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, convivemos ainda com práticas de extermínio de crianças e adolescentes em todo o país.

O extermínio de crianças e adolescentes nos países latino-americanos é prática cotidiana, especialmente no Brasil. A chacina da Candelária (1993), por exemplo, aponta claramente a forma cruel como nosso país ainda vem enfrentando a questão dos chamados *meninos e meninas de rua*.

As revistas de maior expressão nacional noticiaram o acontecimento do assassinato de sete meninos na Candelária, que faziam do centro do Rio de Janeiro, entre marquises e edifícios, o espaço de abrigo de seu sono.

Chacina é coletivo de assassinato frio, brutal, premeditado, dizia uma das revistas de expressão nacional.

A violência manifesta cria sentimentos de viva indignação e seu relato pelos meios de comunicação acaba servindo de elemento mobilizador, como se esses fatos não acontecessem freqüentemente. A chacina da Candelária foi a expressão mais exata de como o Estado e a sociedade vinham trabalhando com as crianças e adolescentes, privados de seus direitos básicos, lançados no mundo da marginalização.

Dados pesquisados pelo MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas) NEV-USP (Núcleo de Estudos sobre Violência - Universidade de São Paulo), apontam a morte violenta de 457 crianças e adolescentes em 1989, nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. A realização dessa pesquisa surgiu a partir das conclusões que o MNMMR e o IBASE chegaram através do dossiê: “Crianças e Adolescentes no Brasil: a vida silenciada” que registrou 1397 casos de morte violenta no período de 1984 a 1989, registradas no Instituto Médico Legal de nove estados brasileiros, e 891 vítimas, de 0 a 18 anos, apuradas em 37 jornais de dezesseis Estados.

Cerca de uma semana antes do acontecimento da Candelária, a Anistia Internacional, organização de defesa dos direitos humanos no mundo, denunciava a matança de crianças no Brasil e citava a polícia e os esquadrões da morte como responsáveis por muitos

desses crimes (VEJA, 28 de julho de 1993). Ainda na mesma reportagem assinalava que “a chacina está longe de ser um acontecimento solitário. No ano passado (1992) foram executados em média 4,2 menores por dia no Brasil”.

Circunstancialmente quando há identificação dos culpados, são poucos os casos que resultam em condenação. O Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, uma organização civil carioca, contabilizou 424 garotos mortos no Rio de Janeiro em 1992. Nos seis primeiros meses de 1993 já haviam morrido 320 meninos na cidade (todos esses dados foram retirados da reportagem sobre a chacina da Candelária na revista *Veja* de 28 de julho de 1993).

A prática do extermínio, segundo Roure (1996), vem sendo realizada, na maioria das vezes, com armas de fogo, por profissionais contratados por ordem de comerciantes e empresários, por grupos de extermínio compostos por policiais ou ex-policiais civis e militares, e também por criminosos e traficantes, revelando sempre caráter deliberado e não-acidental.

O extermínio, para muitos, é visto como “natural”, consequência de uma vida de delinquência e marginalidade. É considerado como benefício e aqueles que exterminam passam a ser considerados justiceiros.

Segundo Roure, (1996: p. 112) o ato de matar, que até há pouco se apresentava como reflexo de marginalidade, aparece, hoje em dia, como benefício, como ação nobre de quem se preocupa com a segurança social:

Matar é um ato de coragem, Separam-se as concepções de assassinos, alguns como heróis, outros como marginais. Daí já termos afirmado que a linguagem, o discurso é político, pois separa, divide, rotula, despersonaliza e silencia. A palavra “matar” aqui é utilizada com outro sentido,, não mais como crime, mas como ato de coragem.

Assim, a concepção da violência produzida pelos justiceiros toma outro sentido. A ação é realizada tendo em vista a proteção de outras pessoas. É a voz da sociedade ameaçada que exige e que permite sua ação. São grupos específicos que separam, dividem, recortam os significados, constituindo alguns em heróis, e outros em bandidos (Roure, 1996).

No nível mais profundo da consciência coletiva, em amplos setores da sociedade, a construção social da realidade da criança dos setores populares se forja através dos estereótipos mais negativos frequentemente associados às crianças e adolescentes pobres em geral, em torno de quem é criada uma imagem de ameaça à ordem estabelecida, este ambiente rarefeito, onde o temor, a rejeição ou a indiferença superam a solidariedade, permitiu que surgissem ações extremas e irracionais como a prática inconcebível do extermínio sistemático de crianças e jovens em algumas cidades do continente (Pilotti, 1995: p. 18).

Pilotti expressa bem a idéia dos estigmas que vão se constituindo socialmente e que passam a ser definidores de um caráter específico, não positivo e por muitas vezes ameaçador. Podemos afirmar que após o acontecimento da chacina da Candelária, onde sete meninos foram mortos, o Estado e a sociedade passaram a assumir um discurso perverso, apelando para a sensibilização, a solidariedade e a indignação populares.

Essa indignação acabou resultando num sentimento amplo de revolta por parte da sociedade como um todo e fomentou diversas manifestações que passaram a fortalecer a luta pelos direitos da infância e juventude brasileira. O problema da chacina da Candelária

repercutiu inclusive internacionalmente, e as pressões externas, de certa forma, favoreceram as lutas sociais pela infância e a adolescência.

4 - Meninos e Meninas de rua: uma inscrição social

A imagem social da infância e adolescência pobre no Brasil vem sendo marcada por um processo de marginalização, de estigmatização, que acaba legitimando, em muitos casos, a perpetuação de práticas violentas, como os freqüentes extermínios já citados no tópico anterior. O mais grave é que acontecimentos como esses passam a ser banalizados pela população e muitas vezes até reforçados.

Reconstruindo a história da infância e adolescência no país, percebo que esses personagens (crianças e adolescentes pobres) foram privados de seus direitos básicos, sempre viveram em condições de pobreza e foram marcados pelos mais diversos estigmas: *meninos desvalidos, transviados, delinqüentes, pivetes, menor*, termos esses, dotados de uma conotação depreciativa sobre a criança e/ou adolescente. Atualmente convivemos com mais uma denominação: *meninos e meninas de rua*.

Durante a elaboração deste trabalho, ainda na pesquisa de campo, constatei que vários meninos e meninas que viviam na rua não gostavam de ser identificados como *meninos(as) de rua*. Essa denominação, utilizada para identificá-los, já se encontrava carregada de preconceitos e juízos de valor. *Menino (a) de rua* é sinônimo de ladrão, de trombadinha, de criança perigosa. Passei, então, a questionar se tal denominação não reforçava

ainda mais a idéia de marginalidade, colocando-os num patamar de evidência social, que legitimava o lugar marginal.

Na verdade, o termo *menino e menina de rua* serve apenas à infância e juventude pobre, pois são essas crianças que fazem das ruas seu espaço de vida. O termo atual, utilizado para nos referirmos às crianças e adolescentes desprovidos de cidadania, acaba, como em épocas passadas, dicotomizando o conceito de “infância”, segundo o qual, de um lado, encontram-se as “crianças” e os “adolescentes” e, de outro, os *meninos e as meninas de rua*.

Se buscarmos o significado da expressão, veremos que *menino* quer dizer criança do sexo masculino (Minidicionário Luft, 1991: p. 417) e *menina* (Minidicionário da Língua Portuguesa, 1991: p. 429) significa mulher nova e/ou solteira, criança do sexo feminino, mocinha. A preposição *de* (Minidicionário Aurélio, 1989: p. 150) indica numerosas relações: de posse, de atribuição, de natureza ou qualidade, de fim, de uso, aplicação, de matéria. E *rua* tem entre outros o significado de via pública para circulação urbana (Idem: p. 452).

A relação do menino ou da menina com a rua torna-se, porém, a partir da preposição *de*, uma relação de subjugação, na qual a rua toma forma de sujeito e o menino e/ou a menina forma de objeto. A preposição *de* subjuga o menino e /ou a menina à rua e o coloca numa posição de passividade.

Sabendo que a rua vai sendo apropriada e significada por essas crianças e adolescentes que nela vivem, poderia arriscar inverter essa denominação *para rua de meninos e de meninas*, dando-lhes com isso o lugar de sujeitos e à rua lugar de objeto. No entanto,

estaria da mesma forma recaindo em um equívoco de polarizar a condição de sujeito/objeto, retirando-lhes, com isso, a possibilidade de relação dialética.

Portanto, a rua está para o menino da mesma forma em que ele está para rua, e ambos se constroem a partir da relação que estabelecem, ora se colocando como sujeito, ora como objeto.

A rua, enquanto espaço urbano, passa a ser o palco de múltiplos acontecimentos, imagens, representações que são construídas por diferentes sujeitos que por ela passam. Marcada pela diversidade de formas de apropriação, a rua toma variados significados, conforme os grupos sociais que a ocupam. (Coradini, 1995: p. 13)

Percebi durante a pesquisa de campo que, de fato, o número de crianças e adolescentes que fazem da rua seu *habitat* é significativamente menor do que daqueles que se relacionam com ela através de suas atividades diárias (trabalhando, brincando, esmolando). No entanto, tanto um grupo, como outro, se relacionam com a rua apropriando-se de espaços para se construírem enquanto sujeitos.

A apropriação do espaço urbano para torná-lo espaço de vida faz dessas crianças e adolescentes sujeitos singulares, de identidade peculiar. Fantin (1997) define essa apropriação como *construção de sentidos* e aponta três dimensões que considera interligadas: a *identificação*, como processo onde mecanismos são assimilados, incorporados, internalizados e exteriorizados através de novas ações; a *conscientização*, como um momento profundo em que as pessoas se apropriam do mundo que as cerca, constituindo-se enquanto *sujeito individual*; e a *educação*, como conjunto de ações que envolvem mediação entre os discursos e as práticas, e entre o conhecer e o fazer.

Em decorrência desta pesquisa, pude constatar que a apropriação da rua, pelos meninos e meninas que lá se encontram, ainda não se efetivou na dimensão educativa, já que ainda não lhes permitiu mobilizar-se e organizar-se como sujeitos coletivos, participando e construindo a sua própria dignidade, em busca da cidadania.

A não-condição¹² de sujeitos coletivos os leva a construírem uma imagem deles mesmos extremamente negativa, experimentando a constante ambigüidade de ser ou não ser *de rua*. Vivem a negação dessa identidade e, ao mesmo tempo, mostram-se maestros, conhecedores da rua.

Posso dizer que a subjetividade construída na rua acontece através das condições materiais, e não por uma consciência de cidadania. Apesar de muitos autores e pesquisadores apontarem para uma “compreensão de resistência à sociedade que está aí”, uma análise mais apurada, me faz ver que apenas encontram nessa forma de ser, uma forma de viver.

Gerações, migrações se sucedem e o Outro deles segue sendo o mesmo. Nós também somos outros para eles e eles são outros para nós. Estamos todos: pais de meninos de rua, seus filhos e nós, envolvidos num discurso que se faz presente sob as várias linguagens das quais participamos como veículos e constituintes desse projeto filicida e genocida.
(Magalhães, 1995: p. 79)

Ao mesmo tempo que não desejo chamá-los *de meninos e meninas de rua*, por acreditar que estaria reproduzindo a visão equivocada sobre a infância pobre, não posso me tornar indiferente frente à subjetividade que se organiza a partir da rua.

¹² A não-condição de sujeitos precisa ser entendida aqui como a falta de cidadania, isto é. a falta de condições para serem. de fato. cidadãos.

O termo *meninos e meninas de rua* é utilizado para todos aqueles que fazem da rua seu espaço de vida e que já não mantêm vínculos permanentes com a família ou instituições. Há também aquelas crianças e adolescentes que circulam pelas ruas, mas que mantêm a relação com o ambiente familiar ou que freqüentam os programas de atendimento.

Muitos pesquisadores e educadores optam por esse conceito - *meninos e meninas de rua* - não com intenção de estigmatizá-los, mas de identificá-los, isto é, de diferenciá-los de outros grupos que também são tão marginalizados (catadores de papel/pedintes/engraxates.) quanto eles.

Segundo Rizzini (1991), somente no final da década de 80 estabelece-se uma distinção clara entre os dois grupos, os que “moram nas ruas” e os que “passam o dia na rua”. O resultado das pesquisas também aponta para um dado surpreendente, o de que o maior número de crianças e adolescentes que estão nas ruas são os que ainda mantêm vínculos com a família, isto é, permanecem na rua durante o dia, mas retornam a casa após exercerem suas atividades.

Este capítulo tem a intenção de apontar como historicamente fomos denominando as crianças e os adolescentes pobres, legitimando essa estigmatização, essa imagem social associada à criminalidade, à marginalidade. A produção dessa imagem social, muitas vezes, passou a justificar os diversos mecanismos de violência utilizados contra essas crianças e adolescentes, encarados pela sociedade com o caráter de ameaça social. Assim vistos e tratados, restaria a esses meninos e meninas ocuparem o papel que lhes foi determinado. A imposição da imagem de “perigosos,” em contrapartida lhes permite a possibilidade de

se defenderem também daquilo que, por sua vez, para eles pode ser ameaçador : a sociedade, a polícia, o desconhecido.

A apropriação da rua, os significados dados a esse espaço, possibilitam ao menino e à menina construir saberes específicos que lhes permitem mobilidade, poder, conhecimento. Sendo assim, na medida em que constroem a rua, são construídos por ela e vice-versa, ensaiando desta forma, uma relação de tamanha intimidade que se diferencia das diversas formas de apropriação desse espaço.

CAPÍTULO II

Da casa à rua: o trajeto percorrido

Este capítulo tem por objetivo mostrar o trajeto percorrido pelo menino e menina até chegarem na rua. Como ponto de partida, tomo a relação familiar, procurando mostrar como a saída de casa tem a ver com as formas de violência sofridas nesse ambiente, com a pobreza, e com um certo desprendimento das relações, característica esta que permanecerá, inclusive na rua.

Outro aspecto abordado diz respeito ao trabalho infantil; mostramos como as crianças e os adolescentes envolvidos inicialmente com atividades informais vão, aos poucos, estabelecendo vínculos laborais com a rua. O trabalho é visto, tanto pela família, como pelos meninos e meninas que se encontram na rua como meio de se tornarem *alguém na vida*.

Ao sair de casa, o menino ou a menina que vai para a rua, passa a ter, como *opção*, alguns programas de atendimento. Por sua vez, esses programas ratificam a marginalidade ao se utilizarem de mecanismos de adequação às normas vigentes que reproduzem formas de violência, com a justificativa de assegurarem os objetivos institucionais.

A escola é outro elemento que produz a exclusão dessas crianças e adolescentes através de procedimentos que privilegiam a cultura dominante.

A rua, apesar de todo o risco, torna-se o espaço onde construirão relações sociais mais solidárias. É na rua que essa menina e esse menino encontrarão espaço para se construírem enquanto sujeitos.

1 - As “Imagens” da Família

Procurar entender a relação que esses meninos e meninas mantêm com suas famílias foi, e de certa forma está sendo, um trabalho um tanto difícil, primeiro, pela resistência que encontro, por parte dos meninos e meninas, de se referirem à família; segundo, pela dificuldade em chegar até a família e dialogar, de forma mais aberta sobre essa relação. Em geral, percebe-se que os pais se sentem ameaçados e resistem a qualquer pergunta que tente desvelar a relação que existe entre eles e os filhos. O sentimento de ameaça parece estar relacionado ao medo de serem responsabilizados por algum ato que possa colocar em risco a vida dos filhos.

Durante a pesquisa de campo, centrei muito mais esforços em desvelar a forma como se organizava o cotidiano dessas crianças, do que propriamente entender a relação que tinham com a família. No entanto, muitos dos dados da pesquisa permitiram compreender como se constituía a relação familiar e quais os significados dados, por cada um, aos personagens da chamada família nuclear.¹

Um dos primeiros aspectos observados no decorrer da pesquisa refere-se à forma

¹ Família Nuclear - a organização familiar composta por pai, mãe e filhos.

de criação desses meninos e meninas. Nem sempre viviam no núcleo da família, mas, na maioria das vezes, quando pequenos, foram criados por parentes, tais como tios, tias, avós, entre outros. Portanto, o significado de “pai e mãe ” passa por outro processo de construção², pois nem sempre aquele que é o pai ou a mãe, é significado como tal. Existe a dissolução dos papéis. O pai³, por exemplo, poderá ser qualquer pessoa que estabeleça com a criança um vínculo afetivo. Nesse caso, a mãe poderá assumir o lugar “papel de pai” pois, muitas vezes, essa mãe é quem se encontra presente no cotidiano dessas crianças e passa a ser significada como alguém presente, alguém respeitada e, de certa forma, “reservada”⁴ por eles.

A mãe é sempre a pessoa que parece ter a principal relação com os meninos e meninas que vivem nas ruas. Como já havia falado anteriormente, a mulher acaba assumindo o papel de chefe da família. A falta do cônjuge, ou a constante troca de parceiros, passam a influenciar para que a mãe se torne o elemento familiar que tecerá a relação, o vínculo com o menino e/ou a menina.

De acordo com a pesquisa sobre estrutura e dinâmica familiar apresentada por Alves (1991) *das crianças e adolescentes de rua*, as mulheres geralmente exercem o papel

² Quando dizemos que passa por “outro processo de construção”, referimo-nos ao modelo em que se constituem as relações nas famílias em que as condições de pobreza, miséria, são determinantes que influenciam na dinâmica dessas relações. Queremos dizer com isso que os pais buscam, junto com os filhos, formas de manter uma renda mínima para a garantia de manutenção do grupo familiar. Isso poderá colocar em segundo plano a preocupação com a educação e criação dos filhos, pois as condições reais de vida dos pais os obriga a garantir basicamente a sobrevivência. E, nesse processo, a educação dos filhos não necessariamente será responsabilidade do “pai e da mãe”, mas, de qualquer um dos dois, ou de outra pessoa que se faça presente na relação familiar.

³ Fonseca (1987), quando se refere a fluidez dos limites das unidades domésticas mostra a circulação das crianças e adolescentes entre os familiares e vizinhos que se responsabilizam pela sua criação.

⁴ O termo *reservada* é utilizado por ter sido constatado o quanto os meninos e as meninas que vivem na rua preservam suas mães de qualquer atitude depreciativa por parte dos colegas .

de chefe da família, enquanto o elemento ausente é tipicamente o pai.

Numa conversa com Gabriel (16 anos), quando perguntava por sua mãe, emocionado dizia que ela era *demais, demais mesmo* e que ele não acreditava que estivesse morta. Para ele, ainda estava viva. Ele não ouvira nada sobre sua morte. Outras pessoas é que souberam, pelo rádio, que havia sido assassinada e lhe contaram. No entanto, Gabriel vive até hoje acreditando que a mãe não está morta.

Gabriel era pequeno quando saiu de casa, tinha sete anos. Em nossas conversas dizia ter uma relação bastante afetiva com a mãe, mas não se relacionava bem com o padrasto. *Meu padrasto bebia, então ele judiava muito de mim, da minha mãe, dos meu irmão, então, daí eu fiquei cansado de agüenta aquilo em casa, peguei e fui prá rua, fui prá rua e não quis mais vivê com a família.* (entrevistado 16 anos, Janeiro de 1996)

Afirma que um dos motivos que leva as crianças e adolescentes para as ruas está relacionado com a família e com os problemas de violência, decorrentes, inúmeras vezes, do alcoolismo dos pais.

As crianças e adolescentes que se encontram nas ruas, mesmo aqueles que já não mantêm contato com seus familiares, procuram, de certa forma, preservar a família, não colocando sobre ela a responsabilidade dos maus tratos sofridos enquanto permaneceram sob sua dependência.

A violência tem “pairado” sobre a sociedade brasileira, segundo Roure (1996), atingindo crianças e adolescentes de forma intensa, principalmente àquelas que se encontram desprovidas de cidadania e que fazem da rua o espaço de moradia.

Historicamente, a violência vem se consolidando como elemento organizador das relações sociais. No caso dos meninos e das meninas que vivem nas ruas essa questão torna-se ainda mais complicada, já que eles, no imaginário social, são significados como “pivetes”, “trombadinhas”, ocasionando, com sua prática de roubos, furtos, assassinatos, a violência, prática que passa a ser disseminada pelas ruas, transformando espaços públicos agradáveis em lugares de “alto risco”. A presença dessas crianças e adolescentes passa a se constituir uma ameaça para maioria das pessoas, e a relação que se estabelece torna-se também “violenta”, pois, na medida em que se deparam com o “perigo”, ou fogem, ou o enfrentam. Zaluar (1994: p. 153) discute em *A máquina e a revolta* essa relação entre a pobreza e a violência:

A reflexão sobre as determinações sociais que levam os pobres a se identificarem uns com os outros, alterna-se com a necessidade de discriminar os caminhos escolhidos e diferenciá-los moralmente (...) Outra condição do ser pobre: a recusa constante de suas pretensões ao valor moral positivo, à respeitabilidade que sempre o leva às margens do socialmente aceitável e reconhecido e o faz entrar, às vezes, como membro assumido das classes perigosas.

Durante a pesquisa de campo, pude perceber que as pessoas que circulam na rua, na sua grande maioria, estabelecem uma relação bastante agressiva com as crianças e adolescentes que vivem nas ruas. Foram vários os momentos em que presenciei cenas de violência (agressividade na fala, no olhar, na forma de tratá-los) nas ruas da cidade.

A violência pode caracterizar-se de diferentes formas segundo Azevedo(1993) e Passetti (1995): a violência física, sexual, psicológica, a violência da família, do Estado, das instituições, entre outras. Há também que se compreender que da mesma forma com que essas crianças que vivem nas ruas produzem a violência, também elas estão submeti-

das à violência da rua, da família, do abandono, da miséria, da exclusão, enfim, das mais variadas condições concretas que produzem diversas formas de violência. Portanto, faz-se necessário conhecer todos esses determinantes para com isso, modificar na prática, essas relações. É extremamente importante não isentar essas crianças de críticas, já que não é intenção deste trabalho vitimizá-las, mas sim, considerá-las sujeitos de sua própria história, mesmo que a consciência de seus atos lhes escape à compreensão. Não há como compreender o sujeito concreto, sem olharmos para as condições objetivas de sua existência.

Durante a pesquisa de campo, percebi o quanto a violência passa a ser velada, algo que não pode ser explicitado e verbalizado.

Numa das conversas, Leonardo, um dos meninos entrevistados, explicou que sua mãe era quem batia nele, respondendo a uma das perguntas que lhe havia sido feito sobre a violência da polícia. Na mesma hora, quando se deu conta de que aprofundava a questão, apressou-se a dizer que ela batia *só quando eu incomodo ela*. (entrevistado, 11 anos, Fev./1996).

Tratou de tirar a “culpa” da mãe e de assumir a responsabilidade de ter apanhado. Foi possível entender que a mãe só batia nele quando fazia algo de *errado*, o que parecia justificar a agressão por parte dela. Portanto, para Leonardo, quem agia *errado* era ele, e não ela. É importante perceber o quanto vivenciava um sentimento incômodo, de alguém que *erra*, e que não corresponde às expectativas da mãe.

Também explicou que a mãe sempre ia buscá-lo na rua, para ir para casa. Pareceu-me que ele procurava afirmar que a mãe estava exercendo seu “papel de mãe” e que quem não estava desempenhando o seu, era ele, enquanto filho.

As colocações desse menino sobre sua relação com a família, principalmente com a mãe, me fez pensar que o afastamento poderá ocorrer, não só pela violência física, mas também pela psicológica, como nesse caso, em que a criança não se julgava merecedora do afeto materno ao não cumprir com as expectativas sobre sua pessoa. O problema é que as expectativas lançadas sobre a criança ou ao adolescente nem sempre são adequadas à sua capacidade física, psicológica e social. Um exemplo claro são as exigências relacionadas ao trabalho, à necessidade de contribuir para a renda familiar, mesmo que isso os leve para fora de casa e os coloque em risco permanente.

Outro fator relevante, e que cabe aqui ressaltar, diz respeito à *memória seletiva* trabalhada por Dea Fenelon (1989) e recolocada por Fantin (1997: p. 54) segundo a qual:

Uns se reportam ao passado com um adjetivo sempre positivo, e outros, negativo. Aparece um duplo movimento, aqueles que se remetem ao passado com um olhar crítico, mesmo que saudoso, e outros com sentimentos e lembranças buscando os aspectos apenas positivos, sem um olhar crítico aparente.

É interessante observar como a racionalidade que permeia a vida desses meninos e meninas não escapa, em muito, da racionalidade de nossa atual sociedade, principalmente no que se refere à preservação da família, e de como eles, de diferentes formas, procuram, através de lembranças, conservar a imagem positiva do núcleo familiar. Daí a importância de se compreender historicamente, como se constituíram esses retratos de família.

A família, segundo Philippe Ariès, (1986) vem sendo significada de diferentes formas, conforme a organização social de determinados momentos na história.

No século XV, o autor ilustra, a vida das crianças fazendo parte do mundo do adulto. As crianças eram retiradas de suas famílias e levadas a outras famílias, para passarem pelo processo de aprendizagem. Quem educava, então, não eram os “pais”, mas sim estranhos, pessoas sem vínculos afetivos com as crianças. Desde cedo, portanto as crianças passavam a não conviver mais com suas famílias. *A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental* (Ariès, 1986: p. 231). Principalmente nos meios mais pobres, o sentimento de família era algo inexistente. Os servos permaneciam muito mais tempo trabalhando nas aldeias, nas casas, nas fazendas de seus senhores, do que em suas próprias casas. Portanto, esse sentimento parece ter se constituído muito mais nas classes sociais dominantes, do que nas populares.

Segundo Ariès (1986), a partir do século XV os sentimentos com relação à família passam por outra significação. A escola torna-se o lugar onde se educam as crianças. Se antes elas eram educadas por estranhos, longe de suas famílias, desse momento em diante, a escola passa a ser responsável por sua educação. *A substituição da aprendizagem pela escola exprime uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados* (Ariès, 1986: p. 232).

Entre os educadores forma-se um novo sentimento em relação à infância. As brincadeiras e as aparições presentes até então na relação entre os adultos e as crianças cede lugar ao interesse psicológico e à preocupação por sua formação moral.

As crianças, que antes se mantinham afastadas de suas casas para serem educadas por “estranhos”, agora, com a escola, permaneciam mais tempo com suas famílias. Os pais

passaram a ter mais responsabilidades sobre as crianças, na escolha da escola, do preceptor, na supervisão dos estudos e das tarefas, quando as crianças vinham dormir em casa.

O clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola (Ariès, 1986: p. 232).

No século XVIII, a família passou a manter a sociedade à distancia. Tudo que era relacionado à vida mundana era desvalorizado, afastado da vida familiar. Concretizou-se a separação entre a vida pública e a vida privada. Preservava-se dessa maneira, o sentimento de família como algo privado, reservado, valorizado.

A ascendência moral da família, nos diz Ariès (1986), pode ser entendida enquanto um fenômeno característico da burguesia, que procurava conservar valores tradicionais já bastante arraigados. Enquanto isso, as camadas populares mantinham o “seu gosto pela multidão”, a vida era muito mais pública do que privada.

1.1 - O Espaço Público da Rua

Historicamente, percebe-se que a tendência das classes mais abastadas é de se enclausurar em condomínios fechados, “shopping centers”, transformando o conceito de vida em sociedade numa falsa ambientação de um Estado de bem-estar social.

Enquanto isso, a população mais empobrecida ocupa os espaços públicos (praças, bares, parques, festas populares), transformando esses espaços em lugar de lazer, de moradia, de trabalho.

Dessa forma, a rua passa a ser o local público onde são experienciados vários sentimentos, vários comportamentos, enfim, é na rua que as atividades passam a ser mais permitidas do que em casa⁵. Enquanto se constitui como espaço de maior exposição, a rua permite que as pessoas permaneçam no anonimato. A permissividade passa a ocorrer de forma implícita nas relações aí estabelecidas. Ao mesmo tempo em que tudo parece permitido, surge, por outro lado, a exigência de comportamentos, de atitudes que sejam socialmente aceitas.

Segundo Da Matta (1991), os espaços da casa e da rua demarcam comportamentos, gestos, atitudes bastante diferenciadas, em um espaço e no outro. Na casa, isto quer dizer, no seio da família, existe a tendência ao conservadorismo, à discrição, há determinados valores que necessitam ser preservados. Na rua, ao contrário, as relações parecem ser mais permitidas, pois nela, todos são apenas mais um “desconhecido no meio de tantos outros”. A configuração do espaço público permite que as pessoas se soltem, sejam espontaneamente aquilo que são, sem máscaras, sem valores, sem ética.

Isto não significa que todos os que usufruem da rua, vivenciam-na dessa forma. O que é preciso entender é que a rua, como espaço “permitido”, “autorizado”, propicia que nela se façam coisas que, costumeiramente, não se faria em outros ambientes.

Em casa, junto à família, vivemos sob regras, valores, determinados conceitos que vão se constituindo em uma forma específica de ser, de estar no mundo, que está relacionada à cultura predominante. O “sentimento de família” foi se formando ao mesmo tempo

⁵ Ver Da Matta (1991) e Sennett (1988).

que o “sentimento de infância”, e ambos, por sua vez, determinados pelas condições reais de existência de cada momento histórico.

Conhecendo as condições nas quais se encontram os meninos e as meninas que vivem nas ruas, e suas famílias, poderíamos nos perguntar: qual o “sentimento de família” construído por eles? Que valores são apreendidos? Como, na rua, reproduzem os mesmos papéis da família nuclear ?

Constata-se que realmente um sentimento relacionado à família é construído por eles e que existem alguns *vínculos*⁶ que foram rompidos, mas não esquecidos. Novamente me deparo com a *memória seletiva* (Fantin, 1997), na qual as lembranças dizem respeito aos aspectos mais significativos, ou melhor dizendo, vivenciados como mais significativos.

Nas conversas com esses meninos e meninas, nas observações e entrevistas realizadas, constatei o quanto as figuras familiares se faziam presentes, através de certos fatos que foram por eles lembrados. Alguns conseguiram expressar sentimentos, tristezas, marcas que o tempo não conseguiu apagar, como Marcos, em uma das entrevistas realizadas:

*Foi assim: quando eu tinha 2 anos de idade, a minha tia foi me buscar em Joaçaba, na cidade em que eu nasci e me trouxe prá cá, e ela me criou até os 6 anos porque meu pai me batia muito e na minha mãe. Daí eu não me lembro muito porque eu era pequeno, mas daí quando eu completei 6 anos, ela me levou de volta prá lá e entregou eu prá ele, só que ele não tinha a casa dele, ele morava com meu tio e eu morava com meu outro tio e ele me chamava prá conversar bêbado e conversando às vezes ele me batia, daí eu comecei a criar medo dele e comecei a fugir...
(entrevistado 17 anos /95)*

⁶ Vínculos entendidos enquanto nós de um processo de mútua representação interna entre seus agentes. Ver : (Quiroga. 1977)

Marcos descreve em sua fala como foi sendo jogado de um lado para outro por seus familiares, e como veio se constituindo numa relação de extrema violência com seu pai. É interessante percebermos que a saída de Marcos de casa está associada ao medo que diz sentir do pai. Ao relatar sua história, deixou evidenciado que, por diversas vezes, havia sido jogado de um lado para o outro mas , o que de fato o fez sair de casa foi o medo (terror, receio) do pai. A saída para rua foi encarada por Marcos como fuga, portanto, significa que ele não escolheu “sair”, mas sim, “fugir”, do medo que o ameaçava, do pai que o violentava.

(...) daí eu tava um pouquinho mais crescido, aí ele já não batia mais com a mão, batia com fio de ferro, porque isso aí eu tenho certeza absoluta, porque jamais, se fosse mentira, eu ia contar um negócio desse (entrevistado 16 anos /95).

A violência física à qual Marcos vinha sendo submetido, principalmente pelo pai, foi determinante na sua saída/fuga para a rua.

Observa-se, no relato, o quanto esses personagens familiares foram significados por ele de forma triste e rancorosa, deixando clara a impressão de que tudo poderia ter sido diferente, se houvesse sido estabelecido outro tipo de relação.

Todo esse relato foi exposto de forma muito emocionada. A sua fala foi marcada pela certeza de que os familiares não tinham condições para criá-lo, e de que, por esse motivo, sua relação com eles foi sendo marcada por essas idas e vindas, ora vivendo com um tio, ora com a tia, ora com o pai. Na verdade, a circularidade das relações, característica presente no dia-a-dia da rua, parece ser construída desde a infância nas relações tecidas com a família.

No entanto, podemos imaginar e até constatar, o quanto as mediações com a família bem como outras mediações, representaram na vida de Marcos. Hoje, ele vive na rua, tem dezoito anos e já não é mais considerado pela lei nem pelos grupos da rua, uma criança ou adolescente. Hoje um “adulto”, vive na rua, rouba, *cheira*, não se preocupa com a aparência⁷. A última vez que o encontrei, caminhava com outro homem em direção à Avenida Beira Mar. Estava totalmente sujo, com roupas rasgadas, sem os dentes da frente; ao olhar de qualquer pessoa que por ele passasse seria identificado como um mendigo. No entanto, para mim, pelo menos, ele era o Marcos, um menino que se fez homem e que agora poderia despertar medo em todos aqueles que não o conhecessem.

A partir da pesquisa de campo, constatei que a vida dos meninos e das meninas que vivem nas ruas traz marcas profundas de violência, abandono, exploração, miséria. Eles fazem parte de uma determinada parcela da sociedade que é desprovida de direitos de cidadania e que vive em condições de pobreza.

Os pais e mães dessas crianças são pessoas desempregadas, ou empregadas temporariamente, sem vínculo empregatício, sem remuneração adequada, enfim, são indivíduos em condições de subcontratação e subemprego, que integram o cortejo de um conjunto de trabalhadores que trata apenas de sobreviver.

Esse contexto os leva a firmar relações bastante diferenciadas das relações que se estabelecem nos grupos socialmente mais estáveis. O alcoolismo, o roubo, passam a ser a dinâmica social de muitas dessas famílias que, de diferentes formas, procuram sobreviver.

⁷ É bastante comum na adolescência, os meninos e as meninas preocuparem-se com a aparência. No entanto, alguns deles afirmam que chega um momento em que não se quer saber mais de nada, nem da roupa que se vai vestir.

O trabalho torna-se, portanto, um meio essencial de manter essa sobrevivência. É por isso que todos os membros da família que apresentarem condições de contribuir para a renda familiar, mesmo que muito crianças, passam a exercer atividades lucrativas. O trabalho concorre, pois, de maneira significativa, para a inserção da criança no espaço da rua e nesta, muitas vezes, no mundo da marginalidade.

2 - O trabalho infantil e a inserção na rua

Cerca de 7,5 milhões de crianças e adolescentes, entre zero e dezessete anos, trabalham atualmente no Brasil, isto correspondendo a 11,6 % da força de trabalho (Dados do IBGE)⁸. Existe ainda um contingente de crianças e adolescentes que trabalham em regime semi-escravo, sem receber nenhuma remuneração pela sua força de trabalho.

A utilização da mão-de-obra infantil tornou-se prática no país. De norte a sul⁹, iremos encontrar milhões de crianças e adolescentes sendo explorados e utilizados como mão-de-obra barata.

No Estado de Santa Catarina a realidade não é diferente. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) realizou, em 1995/1996, um diagnóstico¹⁰ do trabalho da criança e do adolescente no Estado, e constatou que:

⁸ Ver texto: MATEOS, B. Simone. **Nossas crianças: A sucata do progresso.** In: Revista Atenção. n° 2, ano 1995. Mostra a exploração da mão-de-obra infantil nas carvoarias de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Iaranjais de São Paulo. canaviais no Rio de Janeiro, fábricas na Zona Franca de São Paulo e aponta dados fornecidos pelo IBGE sobre o trabalho infantil.

⁹ Idem . p.12.

¹⁰ Ver : **Diagnóstico do Trabalho da Criança e do Adolescente no Estado de Santa Catarina**, relatório de pesquisa realizado pela DRT / SC. Florianópolis: junho de 1996.

(...) há uma cultura que aceita e aplaude o trabalho das crianças e adolescentes, sacrificando outros valores como educação e lazer, sem que haja em muitos casos um questionamento quanto às condições em que esse trabalho se realiza (segurança e saúde) (DRT/SC 1996).

Há, portanto, evidência de exploração do trabalho infantil no Estado de Santa Catarina e são poucas as perspectivas que se apontam, para o combate e enfrentamento dessa questão.

O grande problema reside na compreensão generalizada sobre o trabalho infantil enquanto “estratégia” de combate à “delinqüência” e à marginalidade. São muitos os que acreditam ser o trabalho a única possibilidade de as crianças das camadas empobrecidas não se entregarem à marginalidade.

Posso, então, questionar o porquê do trabalho ser considerado a mais importante possibilidade de emancipação social para as crianças das camadas empobrecidas, e não para as crianças dos demais estratos sociais? O porquê de 7,5 milhões de crianças e adolescentes estarem trabalhando no país, enquanto outras se encontram nas escolas?

Aparentemente responderia com tranquilidade a essas questões, não fora a certeza da existência de muitas variáveis determinantes dessa “postura social” de entender o trabalho como meio de dignificar as crianças e os adolescentes das camadas empobrecidas.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em seu Artigo 60, estabelece que *é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz* (ECA, 1990: artigo 60).

A lei deixa claro que o trabalho de crianças abaixo de quatorze anos é expressamente proibido, mas abre uma brecha, quando coloca *salvo na condição de aprendiz* (Ver ECA, 1990: artigo 68, parágrafo 1º).

Percebe-se que o ECA aponta para o trabalho como princípio educativo. No entanto, não há nenhum esclarecimento na lei do que seriam as exigências pedagógicas necessárias ao desenvolvimento pessoal e social do educando, deixando, com isso, outra brecha para se adaptar qualquer tipo de trabalho a crianças, pois recairemos na interpretação do significado dúbio da palavra “educativo”.

Ao deixar vago quais as exigências pedagógicas que devem prevalecer no aspecto produtivo, o ECA abre a possibilidade, por exemplo, do trabalho de crianças em empresas que entendam por pedagógico exigir que o adolescente trabalhe durante todo o dia, mas estude impreterivelmente à noite. Então, para trabalhar, é preciso estudar. Essa torna-se a justificativa que muitos empresários possuem para explicar a utilização da mão-de-obra infantil.

Percebo que há uma grande brecha na lei, possibilitando que sejam produzidas as mais diversas justificativas para se manter a exploração de mão-de-obra barata no acelerado processo do desenvolvimento do capitalismo. Não há preocupação em possibilitar condições apropriadas de trabalho àqueles que fazem parte do sistema produtivo que em sua lógica interna não permite o desenvolvimento igualitário da produção humana, ou

seja, o capitalismo pressupõe em si a concentração de riqueza, as custas da sobreposição à ética¹¹

A polêmica do trabalho, enquanto princípio educativo, faz parte da história, da vida dos trabalhadores. Segundo Nogueira (1993), o trabalho infantil pode ser entendido como uma das estratégias do capitalismo de adaptar a mão-de-obra ao emprego da maquinaria. Afirma, também, que sem o processo de mecanização não seria possível o emprego das crianças.

As novas exigências do processo de produção impuseram um novo modelo de trabalhador, neste momento, com muito maior flexibilidade e habilidade. As crianças e as mulheres passam a reunir tais características, compondo, com isso, o perfil adequado do trabalhador de maquinaria no século XIX. O trabalho das crianças e das mulheres passa a se constituir para a população de baixa renda um dos meios de garantir condições mínimas de vida.

Vale a pena ressaltar que o trabalho das crianças sempre foi remunerado com um valor muito inferior ao já insuficiente salário do adulto. Nas fábricas, desde o início da industrialização, as crianças se submetiam às mesmas condições de trabalho insalubre, às longas jornadas, enfim, eram obrigadas às mesmas condições de trabalho de um trabalhador adulto.

Percebemos desde então que, historicamente, a exploração da mão-de-obra infantil constituiu-se num dos meios de acumulação do capital. E que, não diferente de hoje, o

¹¹ Ver CHAUIÍ . Marilena. **Cultura e Democracia : O discurso competente e outras falas**. 6ª edição. São Paulo: Cortez. 1993

ingresso das crianças no mercado de trabalho estava relacionado com a complementação da renda familiar, enfim, com as condições de pobreza.

2.1- O trabalho enquanto alternativa: conhecendo a “turma” da rua

Na família desses meninos e meninas que vivem na rua, cada membro é tratado como necessário, se cumprir com as necessidades do grupo, e como desnecessário, se não cumpri-las. Essa relação joga para fora do convívio familiar principalmente as crianças que passam a ser inseridas no mercado de trabalho com a finalidade de gerar algum tipo de renda que supra as necessidades de sobrevivência do grupo familiar. Essas crianças são integrantes do grupo na medida em que servem de sustentação para alguns benefícios materiais, como por exemplo, a alimentação.

Segundo Adorno (1993), a inserção da criança e do adolescente no mundo do trabalho pode ser considerada *perversa*, pois os condiciona, desde cedo, a se defrontarem com o trabalho adulto em condições de desigualdade. *A criança trabalhadora deve aprender a dura disciplina do trabalho e relegar ao esquecimento o caráter lúdico do modo de ser infantil* (Adorno, 1993: p. 192).

A vida dos meninos e das meninas que fazem da rua o espaço de vida inicia-se, algumas vezes, com a necessidade da família em buscar meios de sustentação para os seus integrantes. Então, geralmente a mãe busca para os filhos algum tipo de atividade lucrati-

va¹². O pai, em algumas vezes, é aquele que, desempregado, procura alguma alternativa de emprego e que, cansado, fica em casa por não encontrá-lo.

Essas crianças, que vão para rua vendendo amendoins, raspadinhas, recitando versinhos, têm o compromisso de vender tudo o que oferecem, ou de esmolar, por dia, determinada quantia de dinheiro¹³, chegando a um aparente desespero, quando, em determinada hora da noite, ainda não possuem a quantia necessária para retornarem a casa. Esse desespero é fruto da cobrança que ao chegar, terão; se não corresponderem ao estipulado, serão submetidos a diversos tipos de violências físicas e psicológicas, quando não, forçados a voltar para a rua e conseguir de qualquer forma o restante do dinheiro. *Aqui todo mundo trabalha dona, é que quando eu era pequena já pegava no pesado desde cedo e eles (filhos) ainda tem muita da moleza. Se quiser ficá aqui tem que trabalhá (Mãe entrevista/95).*

Vogel & Mello (1991) chamam atenção para o fato de além da necessidade de suprirem a sobrevivência através do trabalho, as crianças também são incentivadas a trabalharem, muitas vezes, para suprirem seus próprios desejos. *De fato, instaura-se uma espécie de “curto-circuito perverso” na medida em que pressões sociais, decorrentes da im*

¹² Existem na rua crianças que circulam com flanelinhas, limpando os carros: com amendoinzinhos, vendendo-os nos terminais e nas praças; ou mesmo com quadrinhas e versinhos escritos num pequeno pedaço de papel, através dos quais eles esmolam alguma doação em dinheiro ou passe de ônibus, que depois eles mesmos trocam com os cobradores. Essas crianças saem cedo de suas casas e passam a servir enquanto rede de sustento, devolvendo ao fim de cada dia os trocados que arrecadaram com a força de seu trabalho.

¹³ Ver texto “Meninos de rua e meninos da rua: Estrutura e dinâmica familiar” (Alves, 1991). Segundo Alves, as crianças e os adolescentes trabalhadores contribuem com cerca de 20 % do total da renda familiar. Só que essa contribuição serve para manter a própria permanência na família (vestuário, alimentação).

periosa necessidade de assegurar a sobrevivência de si e da família se intensificam (...)
(Adorno, 1993: p. 188).

Não raras foram as vezes em que os meninos e as meninas que vivem na rua, principalmente os adolescentes, expressaram a vontade de arranjar um emprego. Por algumas vezes fui solicitada a ajudá-los a conseguir trabalho.

Esse desejo de se inserir no mercado de trabalho parece estar relacionado ao incômodo que vai se fazendo presente, principalmente na adolescência, de não serem mais identificados como crianças, e sim como “marginais”, “vagabundos”.

O menino e a menina, quando chegam na adolescência, passam a ter mais cuidado com sua imagem, procurando melhorar suas vestimentas, sua forma de se relacionar com os outros, enfim, passam a desejar, aparentemente, uma vida diferente da que vêm constituindo até aquele momento.

Ao negar a produção em favor da pirataria, não se contenta com qualquer botim. Não se interessa, apenas, pelo que é útil. Ambiciona, ao contrário, as coisas não falsificadas: o tênis, bermudas, relógio, blusas, vestidos, calças, camisas e cosméticos legítimos... Com isso, se estabelece, com nitidez, uma pauta de consumo onde o valor simbólico ultrapassa qualquer consideração funcional (Vogel & Mello, 1991: p. 145).

Percebe-se que a lógica que prevalece é a da sociedade de consumo, o desejo de obterem objetos que reflitam um padrão social considerável. O trabalho, na perspectiva deles, torna-se um dos instrumentos que lhes possibilita o acesso a esses bens de consumo. Segundo Vogel & Mello (1991:146) o dado que melhor ilustra essa filosofia de consumo (...) é a sua disposição de usar os bens obtidos sem dedicar tempo e esforço à con-

servação dos mesmos. Tudo o que se consegue, por melhor que seja é tratado como se fosse descartável. (...) Tudo é submetido, impiedosamente, à usura dessa vida vertiginosa.

O que chama atenção é que ao desejarem consumir aquilo que é produzido socialmente, vislumbrem o trabalho como uma das possibilidades de consegui-lo. Ao buscarem o trabalho como um meio para o consumo e como oportunidade de saída das ruas, acabam não refletindo sobre a sua própria condição, de não terem um lugar para dormir, comer, enfim, como é possível pensar em trabalhar sem se preocupar com onde morar?

Podemos perceber que o trabalho torna-se uma necessidade tanto para a família, quanto para os meninos e as meninas, que procuram através desse meio usufruir das alternativas oferecidas pela rede de consumo.

Quanto à família, pode-se perceber que ter vários filhos torna-se uma das estratégias possíveis de sobrevivência, pois serão mais pessoas para produzir para a rede de sustento.

A prática do trabalho infantil diminui significativamente o tempo de escolarização das crianças que, ao invés de freqüentarem a escola, passam desde cedo a viver nas ruas da cidade, através do trabalho informal.

E assim, aos poucos, o menino e /ou menina que sai de casa para obter lucro, passa a ter acesso à cultura da rua, como a dança, a capoeira, o roubo, as drogas, enfim, passa a se envolver com os grupos que ali vivem, estabelecendo relações intensas e, por sua vez, mais vivas do que a relação mercadológica através da qual vieram se constituindo. *Enturmar-se é grave porque implica na perda da ascendência do grupo doméstico sobre o*

menor. Ou, para ser mais preciso, na substituição da ascendência da família pela ascendência do grupo de pares que é a turma (Vogel & Mello, 1991: p.140).

O grupo assim organizado passa a experienciar valores como a fraternidade, camaradagem e outros sentimentos comuns no mundo da rua. Dessa forma, além da turma resguardar determinados códigos de valores, ela mesma se constitui no valor maior, pois a proximidade acaba criando laços profundos que no momento específico do *viver* na rua é verdadeiramente muito mais significativo do que o sentimento relacionado à família.

A turma, segundo Vogel & Mello (1991) possui um *caráter agônico*, que decorre tanto das estratégias de inserção no consumo urbano, como do exercício da liberdade.

A permanência do menino e da menina na rua ocorre pelo contato com outras crianças e adolescentes que já vivem nesses espaços. Assim, a realização das atividades inerentes ao cotidiano da rua pressupõe a presença da turma, isto é, dos grupos.

Viver dessa maneira exige determinadas virtudes que são primordiais à ética da turma. Não *caguetar*, não depender do outro e nunca dizer que algo é difícil, são regras que fazem parte do dia-a-dia dessas crianças.

Sem dúvida, o menino e/ou menina que sai de casa, passa a encontrar na rua, nos grupos de convívio, uma relação de cumplicidade e solidariedade que os leva, aos poucos, a desejar permanecer nesse espaço.

3 - As instituições: os programas e as diversas alternativas de atendimento

Na medida em que se estabelece o vínculo com a rua, as crianças e os adolescentes muito provavelmente terão algum tipo de relação com as instituições de atendimento. Não raras são as vezes em que encontrei meninos e meninas que vivem na rua procurando abrigo e comida nesses programas.

Essas instituições estão, na maioria das vezes, organizados sob os padrões formais de educação. Dividem-se em oficinas como: marcenaria, datilografia, ensino supletivo e algumas outras atividades recreativas. Todas elas se voltam para a ocupação do menino e da menina, para que não encontrem tempo para o ócio. Em momento algum existe a preocupação em se trabalhar com essas crianças e adolescentes de forma integral. Muito pelo contrário, são submetidos, mesmo dentro dos programas, a inúmeros preconceitos, o que ocasiona uma constante relação de conflito entre as crianças e os próprios monitores.

A internação em instituições assistenciais com suas rotinas opressivas contribuiria, segundo vários autores, para que a criança incorporasse as características de menor: “uma pessoa na qual não se pode confiar, nem investir em educação, mas apenas controlar e reprimir” (Kosminsky, 1993: p. 160).

Essa rede de conflitos inicia-se no momento da chegada na instituição, quando meninos e meninas são submetidos ao processo de institucionalização¹⁴. Entende-se por

¹⁴ Segundo Goffman (1988) o processo de institucionalização leva à privação das defesas dos indivíduos. No momento em que são submetidos a experiências de mortificação. rotina diária, cumprimento de regras e normas, contato restrito com o mundo externo, resta-lhes possibilidades mínimas de resguardar a concepção de si mesmos e confiança na constituição do seu eu.

institucionalização todo o processo pelo qual essas crianças são submetidas aos programas, como por exemplo: a roupa marcada, a regra de que quem trabalha, come, e quem não trabalha, não come, os horários regularizados de acordo com os interesses dos monitores dos programas, etc. *Assim, a criança entra na instituição em estado de abandono, vê esse abandono reforçado pela ruptura com a família e a rua, agravado pelas práticas dos funcionários que discriminam a criança, considerando-a “um futuro marginal” (Kosminsky, 1993: p. 160).*

A rica forma de viver, de agir, de pensar, passa a ser rigidamente disciplinada, controlada pela instituição. Nesse espaço, características como a solidariedade, companheirismo - traços marcantes na organização dos meninos e meninas que vivem nas ruas - não são valorizadas, pelo contrário, são desconsideradas. A imposição das normas é tão rígida que o que acaba por prevalecer é o próprio individualismo e o auto-controle.

Nesse sentido, a sociabilidade passa a ser vinculada a um tempo disciplinar, tempo esse decorrente da organização burocratizante dos programas, onde os desejos daqueles que lá se encontram são submetidos à vontade e ao controle dos monitores.

Sendo subjugados pelos regulamentos e normas dos programas, esses meninos e meninas passam a construir dinâmicas de conflito, onde o embate com os “monitores-normatizadores” passa a ser inevitável, gerando com isso, um quadro de violência e perseguição.

O controle do tempo e do espaço torna-se o trabalho efetivo desses monitores/disciplinadores, pois mais nada lhes resta fazer, a não ser controlar e, quando necessário, punir aqueles que subverterem a norma imposta. A prática punitiva passa a ser a

grande arma normatizadora. Tamanha é a rigidez das regras que os próprios meninos e meninas passam a assumir esse controle, legitimando, muitas vezes, todo processo do qual são vítimas.

3.1 - A política de atendimento aos meninos e meninas que vivem nas ruas em Florianópolis.

Atualmente, podemos afirmar que Florianópolis não possui programas que visem trabalhar com a população infanto-juvenil que vive nas ruas.

Oficialmente, existe apenas um programa de atendimento a meninos e meninas que vivem nas ruas, chamado “*Abordagem De Rua*”, que é desenvolvido por técnicos da Prefeitura Municipal.

Esse programa tem como objetivo central: “*Buscar a superação da condição da marginalidade que cerca as crianças e adolescentes que fizeram das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência e até mesmo de moradia*”. (Projeto Abordagem De Rua - PMF, s.p.)

O trabalho vem sendo realizado desde 1995, e enfrenta diversas dificuldades para desenvolver ações efetivas de atendimento a sua “clientela”.

O programa não recebe nenhum suporte técnico e nem financeiro. Só para se ter idéia, os técnicos vêm apontando sérias dificuldades para manter o vínculo com os meninos e as meninas que se encontram na rua. Primeiro, porque não são pagos para trabalha-

rem à noite, sendo que esse é o principal momento para estabelecerem contatos. Segundo, os técnicos apontam sérias dificuldades ao nível de encaminhamentos, e também, dificuldades referentes à forma de intervenção\abordagem. Isso aponta para o despreparo dos educadores de rua em lidar principalmente com as crianças e adolescentes que não retornam mais para casa, enfim, aqueles que fazem da rua seu lar. Essa situação tem a ver com a falta de apoio por parte da Prefeitura, principalmente em sua formação e capacitação.

A equipe de abordagem vem trabalhando com outras crianças que estão nas ruas como os vendedores ambulantes, feirantes, índios, com crianças que ficam na rua durante o dia, mas que retornam para suas casas à noite. Enquanto isso, os meninos e as meninas moradores permanentes das ruas, não estabelecem quase nenhuma relação com esses educadores.

Existia também, até há pouco tempo, a “*Casa da Sopa*”, localizada no centro da cidade, onde os meninos e as meninas que viviam nas ruas passavam para se alimentar. Esse trabalho era realizado por voluntários que serviam sopa todos os dias às crianças e adolescentes que circulavam pelo centro da cidade. A “*Casa da Sopa*” fechou no ano passado (1996), não sabemos as razões, mas é certo que se encontra fechada e que não há mais esse tipo de atendimento.

Existia também a alternativa do Albergue Santa Rita de Cássia, que era um programa mantido igualmente pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e que atendia esporadicamente os meninos e as meninas de rua. O Albergue era um lugar de assistência temporária e transitória, onde alguns deles se alimentavam e pernoitavam.

Não posso deixar de registrar que durante o período da pesquisa de campo, a Prefeitura Municipal de Florianópolis encontrava-se na gestão da Frente Popular. No entanto esse período foi marcado pelas mesmas práticas clientelistas e assistencialistas, na qual vinham se desenvolvendo as ações à infância e juventude.

A relação que os meninos e as meninas que vivem nas ruas têm com esses programas são esporádicas. Eles não permanecem por tanto tempo nessas instituições; logo voltam para rua. Os meninos e meninas que estão na rua, não são considerados como “clientela” de tais programas que, pelo contrário, quando possível, procuram, de uma forma ou de outra, retirá-los da instituição.

Sei que há alguns educadores que vêm procurando redimensionar essa forma de trabalho, no entanto, as falhas existem e não podemos nos furtar a apontá-las, visto julgarmos que locais que têm o caráter de assistência temporária e transitória não deveriam poder escolher a quem assistir. Sendo assim, para aqueles que efetivamente moram nas ruas de Florianópolis, posso afirmar que não existem muitas alternativas de atendimento.

Durante a pesquisa de campo, tive oportunidade, às sextas-feiras à noite, de encontrar a grande maioria dos meninos e das meninas do Albergue. Eles sempre viravam a noite de sexta-feira na rua, porque o Albergue estipulava o horário das 22:00 horas para que entrassem novamente. Só que os meninos e as meninas entendiam que sexta-feira era o dia de passearem, de saírem, irem ao pagode do mercado, caminharem na praça, enfim, era o dia de se divertirem. Preferiam dormir esse dia na rua, do que retornarem às 22:00 horas para o Albergue. Mesmo isso acontecendo praticamente todas as sextas-feiras, os educadores do Albergue preferiam não abrir exceção à regra. Os meninos e as meninas

dormiam na rua pelo menos uma vez por semana, por falta de flexibilidade dos educadores e da coordenação do programa. Essa atitude, entre outras, como a retirada do almoço, a privação de atividades prazerosas, tornavam-se mecanismos de convite à rua.

As meninas e os meninos que permaneciam no Albergue eram adolescentes, na sua grande maioria, e pareciam ter uma relação mais distanciada com a rua. Eles ficavam fora um, dois dias, mas voltavam, mostrando que o vínculo apesar de tudo, era maior com a instituição.

Pude perceber que alguns meninos e meninas que se encontravam nas ruas tentavam, em algum momento, viver no Albergue. Pelo menos essa foi a impressão que tive, pois todos o conheciam e já tinham passado por lá. Quando procurei explorar qual a visão que tinham do programa, expunham algumas queixas que diziam respeito a violência por parte dos educadores, ou a alguns desentendimentos; porém, em nenhum momento, ouvi dizer que não gostavam do Albergue, mas apenas que não gostavam de algumas pessoas que lá trabalhavam. Os que mais permaneciam no Albergue, iam para rua sempre que tinham que ficar com determinados monitores.

É importante relatar esse fato, porque aponta de forma clara, o “terror” em que viviam essas crianças nessas instituições, a ponto de preferirem a rua nos dias em que certos monitores se encontravam no programa.

Vale ressaltar o quanto a relação que o educador estabelece com o educando é fundamental para que se dê continuidade ao processo educativo, pois o vínculo que se constrói define a relação com a proposta educativa. Talvez seja essa a compreensão que esteja faltando para muitos educadores, a de saber que primeiro é necessário criar o vínculo que

propiciará a consolidação de espaço que permitirá que se trabalhe adequadamente com essas crianças e adolescentes.

Foram diversos os relatos que apontavam para insatisfação com os programas de atendimento. Por outro lado, os meninos e meninas que se encontravam nas ruas, não apresentavam praticamente nenhum interesse em participar de programas, em se enquadrar nas normas e rotinas dessas instituições.

(...) na rua ele faz o que ele quisé Ele tem toda liberdade. Ele pode fazê o que ele quisé da vida dele, que ninguém vai chegá e falá prá ele, assim, não, não faz isso. Agora se ele i pro Albergue, ele vai começa a respeitá regra, já vai começa e segui regras, então, aquilo já vai começa a ser chato prá ele, então por isso que muitos não ficam no Albergue (Entrevistado 16 anos/1995).

Essa fala é um exemplo que mostra a imensa dificuldade que têm essas crianças de se adaptar às regras, às normas de uma instituição, e, de outro lado, que a relação que têm com a rua é uma relação sem limites, onde se *tem toda a liberdade*.

Essa colocação aponta para dificuldade de aceitação do processo de constituição das regras, pois são criadas e impostas sem a participação do grupo.

Na rua existem regras e limites que são estabelecidos por eles mesmos, e para cujo cumprimento o grupo é bastante exigente. Já nas instituições, as regras, os limites são impostos, colocados de cima para baixo, não há discussão, nem a participação dos meninos e das meninas. Por estabelecer esse distanciamento, eles rechaçam a imposição das regras e mais facilmente acabam posicionando-se contra elas.

As alternativas para aqueles que estão nas ruas não são muitas, e talvez para eles seja melhor estarem na rua do que em espaços onde são recriminados e violentados (psicologicamente/fisicamente).

As instituições que atendem essas crianças e adolescentes impõem regras e normas que preservam a ordem pública, contrastando com o modo de ser e de estar dos meninos e meninas que possuem vínculo com a rua, desconhecendo o mundo social e cultural em que vivem.

4 - Vivendo e aprendendo: a rua como espaço de aprendizagem

É difícil compreender as diferentes formas de aprendizagem que se definem na rua, devido à inexistência de relação entre os meninos e as meninas que vivem na rua e a educação formal.

As escolas que os nossos pesquisados freqüentaram foram escolas oficiais, tanto da rede municipal, como da rede estadual, sendo que a maioria dos que se encontram nas ruas freqüentaram escolas estaduais.

Na verdade, não se pode afirmar que houve “freqüência”, isto é, que essas crianças tenham permanecido em uma escola regular o tempo suficiente para estabelecer qualquer vínculo com essa instituição.

Reporto-me, especificamente, ao grupo de meninos e meninas que vivem nas ruas e que já não mantêm vínculos fortes, nem com a família, nem com as instituições, e que,

na verdade, foram expulsos desses espaços. Isso significa dizer que esse grupo, especialmente, não possui mais o hábito permanente de passar por qualquer instituição, tampouco, pela escola.

Em vários momentos da pesquisa perguntava-me pelos desejos que permeavam a vida dessas crianças e adolescentes e percebíamos que a escola não era vista como algo desejável, não só por não fazer parte do seu cotidiano, mas também por não terem vivido bons momentos dentro dessa instituição, que se encontrava distante de sua vida, de sua realidade.

Para haver desejo, é preciso haver projeto¹⁵, ter perspectiva de futuro. Torna-se bastante fácil perceber que pelas relações que se constituem no dia-a-dia, pela rotina da rua, pelo viver somente o momento imediato, não é possível que esses jovens estabeleçam desejo, projeto de futuro, que queiram algo que não faça parte do mundo vivido por eles. A distância que separa o mundo da rua e o mundo da escola é tão grande, que seria desafiador pensar percorrer este caminho. O que acontece, concretamente, é que o saber produzido na escola acaba desqualificando, ou melhor, ignorando, o saber produzido na rua, o que determina o distanciamento entre eles. Vários são os elementos que influenciam na desqualificação da escola sobre o saber da rua: as mais diversas expressões populares não são valorizadas pela escolas, os hábitos daqueles que vivenciam a rua não são adequados à disciplina imposta, as crianças e adolescentes que vivem nas ruas são estigmatizados, vistos como perigosos, violentos, ladrões, mau exemplo, etc .

¹⁵ Sobre projeto ver : SARTRE. Jean P. **Questão de Método**. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural. 1987.

Frente às dificuldades que foram se apresentando, comecei a me questionar sobre a forma de resgatar a questão da escola em relação a esses meninos e meninas. Aos poucos, fui percebendo que não seria possível falar sobre a escola, mas sobre as diversas formas de aprendizagem que ocorrem na rua. A vivência escolar não parecia ser significativa para eles; entretanto, havia um outro jeito de aprender que precisava ser valorizado, porque, de posse desse conhecimento, esses meninos e meninas apresentavam-se como conhecedores daquele espaço, das drogas, dos grupos, da solidariedade, enfim, de um saber específico, um saber que se constituía através da rede de relações que teciam na rua.

Existem as mais diversas formas de aprendizagem no dia-a-dia da rua: aprender a contar dinheiro, a ver troco, a brincar, dançar, jogar capoeira, enfim, inúmeras situações se configuram como momentos de aprendizagem. (...) *Prá ele a rua é a escola. Então a escola prá ele não faz muita falta, prá um garoto de rua não faz falta (Entrevistado 16 anos, 1995. Um dos meninos se referindo-se a importância da escola).*

A fala de Gabriel expressa a falta de significação que tem a escola para eles. A impressão que se tem, é a de que, para se viver na rua, não é preciso freqüentar a escola, ou melhor, não se precisa concretamente aprender aquilo que é ensinado na escola. Sob essa ótica é possível pensar que o aprendizado da rua, o aprender a partir das necessidades concretas, vai se constituindo como uma forma específica de aprendizagem, que poderá ser tão rica quanto o aprendizado na escola.

Para eles, a rua é, também, além disso, lugar de autonomia, liberdade, e as situações que vivenciam são muito mais significativas do que, possivelmente, aquelas vividas na escola. O saber é socializado e construído pelo contato com o outro.

Outro aspecto interessante na fala de Gabriel foi a sua não identificação como sujeito, isto é, ao falar sobre o significado da escola, utilizou ele e não eu. Isso aponta a idéia de que Gabriel não se identifica com o sujeito - *menino de rua*.

Antônio Carlos Ciampa afirma que a construção da identidade passa por um processo permanente de identificação e que somos um ser social, construído na relação com o outro.

Ora, essa expressão do outro "outro" que também sou eu consiste na "alterização" da minha identidade, supressão de minha identidade posta como metamorfose constante em que toda humanidade contida em mim pudesse se concretizar pela negação(não representar no terceiro sentido), do que me nega (representar no segundo sentido), de forma que eu possa - como possibilidade e tendência - representar-me (no primeiro sentido) sempre como diferente de mim mesmo—a fim de estar sendo mais plenamente (Ciampa, 1991: p. 70).

Na verdade, existe um aprendizado específico que passa a caracterizar a subjetividade da rua. É no contexto das relações que vai se definindo esse saber, pois as condições da rua impõem formas peculiares de agir, de viver, de ser.

Poderia citar outros elementos, no entanto creio que os descritos já são suficientes para que compreendamos como vem se caracterizado essa distância entre a rua e a escola e como vem sendo produzida uma espécie de *violência*, parafraseando Santos (1995), através da qual a relação de poder do saber escolar impõe um conjunto de valores que nem sempre fazem parte do cotidiano dessas crianças e adolescentes.

Se a escola assume esse papel de produção de exclusão social, devido à manutenção dos significados produzidos pela cultura dominante, então, realmente, não há espaço no ensino formal, para a cultura popular.

Sabemos que escola acaba segmentando a compreensão da realidade, e que, nessa perspectiva, o lugar do “conhecimento” não é o lugar “do senso comum”, ou melhor, não é o lugar do “vivido”, mas sim, o lugar elaborado a partir dos livros, da fala dos professores, enfim, o conhecimento não é produzido, mas, transmitido e assimilado.

Conhecemos também o distanciamento entre a vida das crianças que freqüentam a escola regular e os conteúdos nela trabalhados. Esse vácuo entre aquilo que se vive e aquilo que se aprende constitui-se talvez no principal fator de exclusão das crianças que têm em seu cotidiano uma infinidade de experiências que não podem ser consideradas como “conhecimento”.

Faz-se necessário lembrar a reflexão de Miguel Arroyo sobre a *escola possível*, quando afirma que:

Não são as carências, a pobreza material e espiritual, nem os níveis de desenvolvimento psíquico, cognitivo ou cultural do aluno que levam a uma pedagogia do pobre, mas é o destino de classe que justifica a sua não-escolarização ou uma escolarização mínima, empobrecida (Arroyo, 1991: p.).

O futuro já “pré-estabelecido” das camadas populares mais empobrecidas acaba definindo a relação pedagógica dentro das escola, isto é, se “faço parte de uma classe social onde o espaço de aprender é dividido com o espaço de trabalho, ou com a luta diária para a garantia de condições mínimas de vida, então não aprendo como aquele que vive a escola como única atividade”. Baseado nessa perspectiva, o investimento educacional centra-se naquele que dará retorno concreto à escola e não naquele que não possui muitas perspectivas quanto à superação de sua condição.

Ilustrando melhor essa reflexão, relato o caso de um dos meninos que vivia no Albergue Santa Rita de Cássia. Quando nos conhecemos ele estudava na 4ª série e sempre foi muito bem na escola, diferente dos outros meninos e meninas *do Albergue*. Ao começar a trabalhar de office-boy saiu da escola. Havia procurado conciliar, negociar o horário de estudo com a instituição, pedindo transferência para uma escola próxima de seu trabalho. Frequentou-a apenas duas semanas e não quis mais ir à aula, pois não queria olhar para a professora. Na transferência de uma escola para outra, sentiu muitas dificuldades em acompanhar as disciplinas e, ao pedir ajuda à professora, ela lhe disse que o problema não era dela e que ele deveria procurar os colegas para recuperar a matéria atrasada. Foi o que fez, mas mesmo assim, sentia-se defasado e acabou desistindo da 6ª série (Relato de Caetano, 16 anos, registrado no Diário de Campo/95).

Essa situação mostra o processo pelo qual passam as crianças e adolescentes nas escolas, principalmente aquelas das camadas populares mais pobres. A escola, que deveria estar trabalhando no projeto de inclusão social, assume o papel de reprodutora da violência, da exclusão social.

4.1 - A Educação Popular e a Educação de Rua: nova perspectiva de trabalho

Contra-pondo-se a essa dinâmica das escolas formais e a esses mecanismos de exclusão social, surgem as alternativas de educação popular.

Segundo Manfredi:

(...) a educação popular surge enquanto processo que permitirá às classes subalternas elaborar, divulgar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses e não, simplesmente como instrumento ideológico empregado pelas classes dominantes para a conquista ou manutenção de sua hegemonia(Manfredi, 1985: p. 40).

Todo o fazer educativo guarda em si uma proposta, uma concepção de homem e de mundo. O ato de aprender está intimamente ligado à forma em que se vive, isto é, às condições de vida, ao jeito de pensar, agir, fazer. Possibilitar o crescimento das crianças e adolescentes que vivem nas ruas como sujeitos históricos, mediar e contribuir efetivamente para a conquista e a construção de possibilidades de viver, é a proposta do trabalho em Educação Popular. Essa proposta vem resgatar aquilo que é deixado para trás na escola: a cultura popular.

Segundo Wanderley (1985), a educação popular pode ser um instrumento válido e eficiente na construção do processo de democratização, a partir do fortalecimento desse poder popular.

É importante ressaltar que a proposta da educação popular é resgatar a cultura popular, criando espaços onde esse saber possa se expressar e conseqüentemente ser valorizado em toda sua dimensão.

Na perspectiva tradicional sempre se enfatizou a transmissão do conhecimento pronto, acabado. Dentro da perspectiva da educação popular, a construção do conhecimento emana das práticas e relações cotidianas das camadas populares.

É de fundamental importância ressaltar que a proposta de fortalecer o poder das camadas populares não está centrada na transmissão de conhecimento, mas na criação de um espaço onde o saber popular possa se expressar. Isto não significa que não haja transmissão de conhecimento, de parte a parte, na medida em que se manifeste o desejo de conhecer algo do domínio do outro. Mas o que se coloca como central é a criação de espaço onde o saber popular possa se manifestar (Garcia, 1985: p. 92).

As experiências na área de Educação Popular vão possibilitando a redefinição das práticas pedagógicas que visam o trabalho com a população que vive nas ruas. Nesse sentido, a *educação social de rua* vem possibilitar a formação de grupos, isto é, vem chamar os meninos e meninas a participarem ativamente do processo de grupalização.

A partir da década de 70 surge uma forte contraposição à prática excludente e estigmatizadora com que eram tratadas as crianças e adolescentes em todo o país. Os educadores que trabalhavam com essa população passaram a perceber o distanciamento dos espaços institucionais com os espaços da rua, que se apresentava como um espaço de liberdade e, ao mesmo tempo, como um espaço violento. Entretanto, as crianças e adolescentes preferiam estar nas ruas, do que viverem enclausurados nas instituições.

A década de 80, no Brasil, foi o período de construção da dimensão política da prática de educação de rua, tanto para os meninos e meninas, quanto para os educadores que se organizavam através do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Em 1985, como resultado do Encontro de Educadores de Rua com Paulo Freire, foi publicada a primeira sistematização dessa abordagem, que passou a se denominar *Educação Social de Rua*.

Enquanto proposta de inclusão social das crianças e adolescentes em risco, a prática da educação de rua nasce marcada por um forte conteúdo ideológico de ruptura com os processos de acomodação e adequação social.

Educar na rua é expor-se a um processo permanente de tensões e disputas. (...) Impõe-se como necessidade do processo formativo a formação permanente, a revisão rápida e coerente de intervenções, a sensibilidade para compreender a conjuntura, a sociedade como totalidade, o auto conhecimento de si e uma paciência para ouvir e ser reconhecido enquanto educador com uma existência anterior no mundo e na história e um saber acumulado significativo a ser socializado (Volpi, 1996: p.11)

Nessa perspectiva, as crianças e os adolescentes são considerados sujeitos, com saberes significativos, com desejos, vontade e conhecimentos. São agentes da história e, por isso, sujeitos produtores de conhecimento.

A Educação Social de Rua impõe a necessidade de um novo papel para o educador, através do qual produza relações pedagógicas de aprendizado mútuo e construção de vínculos que permitam a inclusão social dessas crianças e adolescentes.

Cabe, portanto, ao educador que trabalha com os meninos e meninas que vivem nas ruas, conhecer essa realidade, a história de vida dessas crianças e adolescentes, para poder produzir vínculos que possibilitem novas alternativas de interlocução com a cultura que emerge da vida cotidiana. O educador passa a se colocar, para as crianças e os adolescen-

tes, não mais como “dono da verdade”, mas como alguém que está ali, também para aprender, trocar, criar novos conhecimentos.

A Educação Social de Rua pressupõe o resgate da cidadania dos sujeitos envolvidos neste processo, proporcionando uma nova consciência, um novo saber .

A construção do conhecimento passa pela possibilidade dessas crianças e adolescentes construírem-se enquanto sujeitos históricos que vislumbram um projeto de vida, isto é, novas possibilidades de ser.

Sendo assim, a Educação Social de Rua torna-se a possibilidade mais concreta de construção de cidadania dessas crianças e adolescentes, pois ao fazer da rua o espaço de aprendizagem, possibilita emergir o saber popular, isto é, o saber construído a partir das experiências vividas no dia-a-dia da rua.

CAPÍTULO III

A BATALHA NA RUA

Este capítulo pretende explicitar o cotidiano dos meninos e das meninas que vivem nas ruas de Florianópolis, a forma como vivem, seu dia-a-dia, seus hábitos, suas experiências, suas relações com as pessoas, com o tempo, com o espaço, com os grupos, com o roubo e as drogas, enfim, algumas das que compõem o seu cotidiano.

Procuro apontar suas falas, suas expressões, para melhor elucidar esse cotidiano. Os dados foram colhidos em entrevistas, em observações realizadas durante a pesquisa de campo.

Falar da rua, apontar essa rica dinâmica de relações entre os meninos e as meninas que vivem nas ruas, assim como as relações que são estabelecidas com as pessoas, a sociedade, é tarefa difícil de ser realizada. No entanto, buscarei apontar de forma clara e detalhada, a dinâmica, o cotidiano de vida desses meninos e meninas que vivem nas ruas de Florianópolis, para poder, assim, compreender como, a partir do detalhamento de sua forma de viver, de estar no mundo, se constitui o processo de sua organização.

1 - O dia a dia

Estar na rua significa viver no imediatismo, significa não ver o tempo e o espaço na mesma lógica que costumamos ter. Todos os dias, para as crianças que moram nas ruas, parecem iguais, pois não há perspectiva de novas atividades, o que as torna muito repetitivas a olhos estranhos. Esse “batalhar”, “pedir”, “cheirar”, “ir à luta”, são vivenciados de diferentes formas, tornando os dias, assim, diferentes.

(...) prá mim quando eu era de rua, prá mim não era todo dia igual, eu sempre tinha que fazê coisa diferente, porque eu sempre tinha que procurar fazer alguma coisa diferente porque enjôa, na rua enjôa fazê todo dia a mesma coisa igual... (entrevistado 16anos, 1996).

Essa fala mostra a necessidade que têm de estar sempre fazendo alguma coisa diferente, porque senão *enjôa fazê todo dia a mesma coisa igual*. Quais serão as atividades escolhidas por essas crianças e adolescentes para saírem da rotina?

Como já havia falado, “batalhar”, “cheirar”, “pedir” são as atividades que diariamente realizam. O termo “batalhar” é muito utilizado por eles, e pode ser entendido como sair para pedir, ou para roubar. É interessante perceber o quanto o ato de buscar algo básico (alimento) para vida, passa a ser pesado, difícil, sacrificado. Esse termo traz consigo toda a representação que esses meninos e essas meninas criam para o ato que irá garantir a sua sobrevivência (o alimento).

A “batalha” é a dinâmica de vida dos meninos e das meninas que se encontram nas ruas. O desenvolvimento da infância cede lugar desde cedo para preocupações, atividades para que costumeiramente são exercidas só na vida adulta.

Quando nas entrevistas perguntava do que brincavam, os meninos respondiam que na rua *não se brinca*. Fizeram algumas referências ao tempo em que jogavam capoeira, com a *Jô Capoeira*¹ e que, naquele momento, era essa atividade lúdica que tinham para fazer. (...) *na rua não sei, não se pensa em brincar. Pelo menos eu não pensava em brincar. Não se é criança. Ah! não sei explicá, mas na rua a gente não é criança e na rua tem que se comporta como se fosse adulto* (entrevistado 16 anos, 1996).

Outra atividade/brincadeira que aparece enquanto possibilidade para os meninos que vivem nas ruas (principalmente para os meninos, não observamos as meninas desenvolvendo essa atividade) é o *taitorama*, máquinas de *vídeo-game* grandes, onde bonecos, monstros, carrinhos, disputam brigas, corridas, e outros tipos de desafios. A competição parece ser um componente que os atrai para esse brinquedo. Aliás, ela está presente o tempo todo nas relações que são construídas na rua, principalmente entre eles. Brincar no *taitorama* com outro colega poderá significar disputar o lugar de “vencedor”.

Os meninos e as meninas disputam muito o espaço. Um sempre procura sobressair ao outro, ao mesmo tempo em que demonstram solidariedade entre eles. Estão sempre tentando ocupar o lugar do “líder”, do “melhor”. Sobre a competição entre os meninos e as meninas que vivem nas ruas Vogel & Mello (1991: p. 146) colocam que :

A capacidade de se virar distingue os membros da turma uns dos outros, pondo-os, dessa forma, em competição. A competição, por sua vez, envolve determinados princípios, que passam a reger o intercuro social no âmbito da turma.

¹ Jô Capoeira - ex-integrante do MMMR, capoeirista. Realizava atividades com os meninos e as meninas que viviam no centro da cidade de Florianópolis.

A capacidade de “se virar” define o lugar de cada criança e adolescente na rua: aquele que encontra estratégias de nela se manter, consegue, quase sempre, posição de liderança no grupo.

No momento da pesquisa de campo, pude observar que alguns meninos e meninas ocupavam o lugar de “líder”, era sempre conhecer melhor as estratégias de vida na rua, o que lhe dava o direito de comandar o resto do grupo. O líder defende, protege o grupo de qualquer ameaça externa.

Durante algum tempo acompanhei um grupo de crianças e adolescentes, na faixa etária de oito a treze anos, o grupo dos “pequenos”. Esse grupo era constituído só por meninos, sendo que três deles eram irmãos. Eles viviam entre as mediações da Praça XV e o Mercado Público, sempre caminhando juntos, sendo denominados pelos outros como “grupo da rua” ou “grupo dos pequenos”. Durante o dia era difícil encontrá-los. Alguns apareciam pela manhã, dormindo em alguns locais no centro da cidade, em bancos, calçadas, parapeitos de lojas. Durante a noite era comum encontrá-los na Praça XV, quase sempre “cheirados”².

Na etapa das entrevistas, quando perguntava para um dos meninos desse grupo o que costumavam fazer durante o dia, respondia que durante o dia dormiam e que quando acordavam, cheiravam cocaína. Outro menino dizia que era bom ficar na rua *porque tem divertimento, tem cocaína, tem maconha* (entrevista/95). A rua, para esses meninos e meninas, passa a se constituir em um espaço onde a droga torna-se elemento primordial

² “Cheirados” significa estar sob o efeito da droga cocaína.

para o convívio nos grupos. Um deles dizia que na rua... *robo, chêro. Todo dia chero* (entrevistado 12 anos, 1995).

Em vários momentos, encontrei os meninos “cheirados” e arrisquei conversar com eles do jeito que estavam, porque era a única possibilidade que havia, já que eles dificilmente, principalmente à noite, estavam “de cara”³.

O dia-a-dia parece ter uma rotina já estabelecida. Acordar de manhã, ou melhor, acordar quase à tarde e sair para “batalhar” a comida, depois sair para roubar, fazer alguma “parada”, para então poder comprar a droga e ficar, à noite, cheirando, ou fumando.

Assim se estabelece o cotidiano desse espaço. Claro que coisas diferentes fazem parte dessa rotina, mas não como fator definidor. O que quero dizer é que a dinâmica da rua parece já estar pré-estabelecida pelas próprias condições nas quais essas crianças e adolescentes vivem.

(...) para entendermos o consumo de drogas, bem como sua permissão ou interdição, temos que analisar a situação histórica e econômica presente no desenvolvimento destas práticas (PROJETO EXCOLA, 1994: p. 42).

Uma das entrevistas realizadas mostra bem o cotidiano vivido pelos meninos e meninas que se encontram nas ruas: *Eu amanheço cheirando cocaína. A noite eu fico cheirando cocaína. De dia eu fico fumando maconha. (entrevistado anos/96)*

A droga parece estar presente a todo momento e a impressão que se tinha era que quando estavam “de cara” pareciam estar mais tristes, mais “prá baixo”. Quando não estavam sob o efeito das drogas, ficavam tristes, melancólicos, chateados, enfim, não queri-

³ Estar de cara significa estar sem o efeito das drogas. É não estar drogado.

am falar, conversar, pareciam desejar estar sós. Era interessante perceber o comportamento que apresentavam, principalmente, quando não estavam drogados.

Diante dessa dinâmica estabelecida e vivida enquanto rotina, parece que de fato não existem outras alternativas nas ruas a não ser essas. Então o que há de atraente em tal situação? O que os leva a permanecer na mesma rotina, dia após dia? O que será que encontram como alternativa para fugir dessa dinâmica?

Poucas são as alternativas que surgem diferentes das que costumeiramente têm. Os shows ou apresentações que são feitas no centro da cidade, por exemplo, reúnem quase sempre um número significativo dos meninos e meninas que vivem na rua.

Sem dúvida nenhuma, o trabalho educativo na rua, é muito mais difícil. Trabalhar na rua significa mudança de conceitos, de lógica, de razão, significa sair do lugar comum, colocar-se no lugar do outro, para, compreendendo-o, poder apontar mudanças a partir da realidade concreta.

2- Os hábitos que definem um jeito de ser

O jeito de ser *da rua* acaba sendo muito peculiar, desde a forma de se vestir até a de andar, dançar, se movimentar. Ao olhar de um bom observador tudo isso se torna muito característico.

Os meninos que vivem na rua, costumeiramente, se vestem de forma bem despojada, calças, blusas grandes, quase sempre bem maiores do que eles. Muitos andam descalços, principalmente os “pequenos”. Os “grandes” calçam, quase sempre, tênis.

As meninas não marcam um estilo como os meninos, andam com roupas grandes, talvez para não serem identificadas como meninas, e as adolescentes vestem roupas mais coladas no corpo, mais justas e decotadas. A característica principal nas suas vestimentas é que se encontram, muitas vezes, sujas e mal cuidadas.

Esses meninos e meninas usam a roupa até ganharem outra. É comum trocarem, entre eles mesmos, as roupas e os sapatos que possuem.

Quando vão se tornando adolescentes, ficam mais vaidosos, passam a cuidar mais da aparência. Principalmente os meninos, esses gostam de usar óculos, bonés, vários acessórios para se tornarem mais bonitos. A vaidade vai se constatando no jeito que falam, dançam, enfim, procurando ser mais educados, chamando atenção por um jeito diferente de ser. As roupas marcam um pouco essa postura. A fala, a gíria são outras características que muitos utilizam, procurando dar outra denominação às coisas, para estabelecer uma linguagem específica, que só aqueles de seu convívio diário podem entender.

Certa vez, tive a oportunidade de conversar com um grupo de meninos que estavam na praça, falando “outra língua”. Não conseguia entender absolutamente nada do que diziam. Na verdade, eles trocavam as palavras, falavam de trás para frente. Falavam tão rápido, que tive a nítida impressão de que falavam outra língua. Levei certo tempo para descobrir o que estava acontecendo, até que um deles explicou que estavam apenas trocando as letras, falando de trás para frente. Achei muito significativa essa estratégia. Passei a

notar que vários meninos se comunicavam assim. Não seria essa uma forma de preservar o grupo das intervenções externas? Seria um mecanismo de defesa?

Não sei se aqueles meninos e meninas deliberadamente resolveram falar daquele jeito para se defender. No entanto, nem sempre agimos de forma intencional, portanto, esse poderia ser um recurso de preservação do grupo, uma forma de comunicação que os defendia daqueles que pudessem recriminá-los pelos seus atos, pela forma de viverem.

As gírias são, também, bastante características. Expressões são adotadas por eles, significados especiais são dados aos objetos, aos espaços, muitas vezes, completamente diferentes dos habituais. Talvez seja essa uma outra forma de se defenderem das ameaças externas, criar uma linguagem própria.

Os meninos e as meninas que vivem na rua convivem em grupos; dificilmente vamos encontrá-los sozinhos. A vida na rua passa a ser coletivizada, desde o alimento, que conseguem para comer até o espaço para dormir.

Essa forma de relação que estabelecem entre eles, essa solidariedade, talvez seja o aspecto mais bonito e mais rico da vida que passam a ter nas ruas.

Os meninos e as meninas encontram-se sempre juntos, desde a *batalha* da comida até a escolha do mocó, que é o local escolhido para que eles possam dormir. A *batalha* representa esse movimento de busca de alimento ou de dinheiro, através do roubo ou da esmola, para suprirem suas necessidades diárias. Mais que isso, a batalha diária está relacionada ao movimento permanente de circular, de se manter, de procurar estratégias de permanência na rua.

Vale a pena ressaltar as considerações feitas pela professora Fantin (1997), a respeito desse termo *batalhar* em uma das entrevistas com os moradores do Morro do Horácio, quando afirma que a utilização dessa palavra pode estar expressando a forma que significam seus movimentos, isto é, que o termo em si, vem carregado de significados, como: ter que lutar para garantir aquilo que é básico ao exercício da cidadania.

A *batalha* do dia-a-dia acaba impondo alguns hábitos que passam a compor o cotidiano de quem se encontra na rua.

Pela manhã, quase sempre iremos encontrá-los dormindo, ou então, não os encontramos. O pior momento para realizar a pesquisa de campo sempre foi o período da manhã. Pude observar que nesse período eles não se encontravam no centro, como à tarde e à noite, até que certo dia lhe perguntamos o que faziam no período da manhã e eles responderam que, pela manhã, costumavam dormir. (...) *Tem dia que eu durmo às quatro horas da manhã, tem dia que eu durmo as sete hora da manhã, tem dia que eu durmo às dez da manhã* (entrevista/95).

Realmente, todas as vezes em que fui ao centro pela manhã estavam dormindo. Foram raras as vezes em que encontrava alguns deles despertos.

Já à noite e à tarde encontravam-se caminhando, dificilmente parados em algum lugar. Quando procurávamos ficar num lugar para conversarmos, ou fazermos as entrevistas, ficavam agitados, incomodados por estarem muito tempo em um mesmo lugar. Algumas vezes fomos questionados por ficar tanto tempo parados. Estar circulando, estar

andando o tempo todo, parece ter também um significado para os grupos da rua. Nas entrevistas pude constatar o sentido desse circular. Eles andavam bastante para não serem *manjados*, principalmente pela polícia.

(...) Porque se eu ficá toda hora no mesmo lugá, por exemplo a polícia, se eu ficá sempre naquele lugar, ela vai passa prá lá, ela vai me vê, então, por exemplo, se eu ficá só ali, só ali, ela vai me manjá, pô o cara não tem mais o que fazê, vai ficá só ali. Então daí, eles vão procurá alguma coisa pra mim fazê, então, tem que andar um pouco aqui, um pouco ali, também pra não ficá manjado no mesmo lugá (entrevistado 16 anos 1996).

Levei algum tempo para entender esse movimento, e só aos poucos fui descobrindo que o hábito de circular tinha a ver com a defesa do grupo, e também com a atividade do roubo. Quando estão circulando, segundo um dos meninos, estão procurando o que fazer naquele dia, estão planejando qual *parada*⁴ vão fazer. (...) *quando tu dá um role assim, qualquer que tu vê, assim conhecido, pode crê que é prá roubá* (entrevistado 13 anos/96).

Tive que buscar fôlego para poder acompanhá-los nesse movimento de ir e vir nos locais, na Praça XV, no Mercado Público, no Calçadão, na Alfândega, no Ponto Chic, na Catedral.

Rita de Cássia Marchi⁵, a antropóloga que escreveu sobre os meninos e as meninas que viviam nas ruas de Florianópolis em 1994, já havia mencionado essa prática de circular. Aponta-a em seu trabalho como uma das principais características dos grupos da rua.

⁴ Fazer uma parada significa ter que roubar. ou fazer alguma atividade que envolva infração.

⁵ Ver MARCHI, Rita de Cássia. *Crianças Espertas: Um retrato do “vício da rua” em crianças pobres no centro de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 1994.

Essa permanente circulação parece estar relacionada com essa característica de itinerantes que possuem, de se adonarem dos espaços, mas, ao mesmo tempo, de utilizá-los apenas como pontos de chegada e partida. A territorialidade não se fixa, os espaços servem enquanto trajeto.

O nômade, o espaço nômade, é localizado, não delimitado. Embora o nômade tenha um território (segue os trajetos costumeiros, vai de um ponto ao outro, não ignora os pontos) essa perambulação entre os pontos não é princípio, senão consequência, da deriva nômade: ainda quando se transmite entre pontos, esses pontos são consequência dos trajetos, diferentemente do espaço sedentário, onde os pontos são os que impõe a fixitude monótona dos trajetos. (Perlongher, 1995: p.94)

O hábito de andar, circular, parece ter essa característica de trajetória, isto é, na medida em que os espaços são apropriados por eles, não necessariamente precisam ser ocupados, pois ao se movimentarem, os espaços servem, exatamente, como pontos de referência se fazerem trajeto.

Outros hábitos peculiares foram observados durante o contato com esses meninos e meninas, como por exemplo, o hábito da alimentação. Eles definem seus alimentos como doce e salgado. Quando estão com vontade de comer doce, normalmente vão à feira e lá costumam roubar, segundo eles, com bastante facilidade.(...) *a feira é o restaurante, então vai lá e come, (...) a feira, vai a falência, né? (entrevistado 12 anos, 1996)*

Já quando desejam *comida salgada*, expressão utilizada por eles para definirem o gosto dos alimentos, procuram fazer alguma “parada”. Os “pequenos” costumam pedir e geralmente acabam ganhando comida com mais facilidade.

O hábito de pedir é bastante freqüente principalmente nos grupos dos “pequenos”, e, mais raramente, nos dos maiores. Os adolescentes têm maior dificuldade em conseguir comida, pedindo; quase sempre têm que roubar, ou utilizar os “pequenos” para conseguir.

Segundo Vogel & Mello:

(...) o cotidiano na rua impõe o pedir. Esse recurso está inscrito, seja na piedade cristão, seja, mais recentemente, no desconforto gerado por um fenômeno convecionalmente incluído na noção de dívida social. Apelar com êxito para esse tipo de sentimento é, talvez, a primeira lição da arte de sobrevivência diária nas ruas (Vogel & Mello, 1991: p. 145).

O esmolar, o pedir, torna-se uma das estratégias da batalha diária, sendo utilizada principalmente enquanto a sociedade ainda os enxerga com comoção e pena. Esses sentimentos são mais fortes quando as crianças que esmolam são pequeninas, mostrando-se enquanto “presas fáceis do perigoso mundo da rua”.

Não há horários determinados para o café, o almoço e o jantar; eles se alimentam na medida em que sentem fome. Alguns explicam que, às vezes, chegam a passar fome, pois que nem sempre “dão sorte” para conseguir comida. *(...) na rua se sente bastante fome, eu mesmo já senti bastante fome, mas também tem dia que a gente se alimenta legal, mas tem dia!!(...)* (entrevistado 16 anos/95).

O hábito de buscar o alimento é diário, todos os dias saem atrás de algo para comer, pedindo ou roubando, e sempre dividindo tudo que conseguem.

Pude observar, por outro lado, que à noite, quando vão dormir, procuram o lugar onde vão passar a noite, e somente aqueles ligados ao grupo sabem os mocós, mesmo que esses espaços estejam expostos aos olhos de todos. São os lugares que eles escolhem para dormir, deixar seus pertences.

É interessante observar como acabam modificando os próprios hábitos, conforme as necessidades e as pressões externas ao grupo. Por exemplo, antes os mocós eram lugares fechados, escondidos, preservados, onde os meninos e as meninas guardavam suas roupas, os roubos, enfim, onde eles ficavam até serem descobertos ou *manjados*. Atualmente, os mocós são espaços públicos, à vista de qualquer pessoa que passe. Não há mais preocupação com lugares escondidos, preservados; ao contrário, preferem que seja um lugar público, que todos possam ver.

Explorei um pouco essa questão, em alguns contatos realizados durante a pesquisa de campo. Segundo eles:

(...) antes a gente ficava no mocó mais escondido, mas batia muito a polícia e a gente apanhava muito de bobera né, então pelo menos eu quando tava com meus colegas, era assim, sempre pegava nós no mocó, mesmo sem fazê nada, eles se aproveitavam porque ali era um lugar fechado e ninguém via, (...) então esse negócio de mocó foi se acabando e eu já fico com medo agora de dormir no mocó, já durmo mais no local que as pessoas me vê né? (entrevistado 16 anos/95).

Vão modificando os hábitos, pois, na medida em que surgem ameaças à integridade dos grupos. Com relação aos mocós, percebe-se o quanto todos os acontecimentos que ultimamente vêm acontecendo (a violência policial, as chacinas, entre outros) alertaram-nos sobre a ameaça constante da violência a que estão sujeitos. Dessa forma, os mecanismos de defesa são os mais diversos, todos em função do olhar que vem de fora(sociedade).

Posso antecipar que o fato de estarem na rua já os coloca numa situação de extrema exposição e que as estratégias de manutenção dos grupos nas ruas encontram-se, por isso mesmo, relacionadas às diversas formas de auto-proteção, como o caminhar, o circu-

lar, o linguajar, o local de dormir sempre diferente, etc.. Garantir certa circularidade parece ter o significado de confundir, um pouco, o olhar ameaçador; a mudança contínua de hábitos garante, supostamente, a não identificação dos grupos.

Conseqüentemente, essa movimentação constante, essa forma de se relacionarem com as pessoas e com a rua passa a definir uma outra relação importante - com o tempo e o espaço.

3 - O tempo e o espaço

A temporalidade passa a ser construída a partir de variáveis dependentes desse cotidiano. Se não há hora para levantar, comer, dormir, se não se tem atividades para realizar, fica difícil cronometrar o tempo, que passa a ser uma variável não tão significativa na vida dos meninos e das meninas que vivem nas ruas, porque não precisam dele para quase nada que fazem.

Nas observações e entrevistas pude perceber que o “tempo” passa a ser construído por outros referenciais (...) *para ele hoje é um dia, amanhã é outro, não tem, não quer saber se hoje é quarta, prá ele, prá que ele vai sabe, não tem nem hora marcada. É de dia, de tarde e de noite. É só isso que é visto na rua.* (entrevistado 16 anos, 1996).

As atividades que realizam não são determinadas por horários rígidos. A definição cronológica se dá pelo tempo-físico, de dia e de noite, e de manhã, tarde e noite. Difícilmente, porém, sabem as horas e o dia da semana. Percebe-se que a relação que estabe-

lecem com o tempo não é a mesma estabelecida com o “tempo produtivo” do resto da população.

Em nossa sociedade, o tempo e as horas passam a ser extremamente importantes para a produtividade.

(...) deve ser somente no sistema ocidental anglo-saxão, em que o capitalismo passou a ser o sistema econômico dominante com todas as conseqüências que estamos lentamente descobrindo com mais profundidade, que tempo e espaço se apresentam de modo mais individualizado, “desembebedos” do sistema de ação social e encapsulados num sistema homogêneo e hegemônico de duração, de medida e até mesmo de percepção e relacionamento. (Da Matta, 1991: p. 39).

Na verdade, usamos o tempo, porque precisamos dele para nos organizarmos em torno das atividades que realizamos. O tempo subordina-se à produção. Segundo Da Matta, *O fato é que tempo e espaço constroem e ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens (Da Matta, 1991: p. 37).*

Os meninos e as meninas que vivem nas ruas, ao estabelecerem essa dinâmica de vida, não utilizam o tempo como categoria que defina as atividades realizadas. Na verdade, essas crianças passam a se relacionar com o tempo de acordo com as necessidades inerentes à sua rotina diária. A categoria tempo é utilizada principalmente em função dos contatos com as pessoas que não vivem no cotidiano da rua. O “tempo” passa a fazer parte da vida deles, na medida em que os outros, ou condições externas ao grupo, passam a exigir essa significação.

Tempo é realmente dinheiro num sistema que acabou por individualizar tudo, tornando hegemônico a sua concepção como uma forma quantificável de “coisa” social ou bem de consumo que, nestas civilizações, pode ser sempre e a todo momento comprado e vendido (Da Matta, 1991: p. 40).

A sociedade moderna relaciona-se com o tempo de forma que todas as atividades, comportamentos, enfim, tudo passa a ser vivenciado, medido, através do tempo, fator que marca, define, organiza a vida cotidiana.

Podemos perceber que os meninos e as meninas que vivem na rua não constroem essa noção de temporalidade da mesma forma que a construímos. Aparentemente, as conseqüências dessa forma de relação com a temporalidade expressa-se principalmente na fala dessas crianças e adolescentes. Observei, principalmente nas entrevistas, o quanto era difícil terminarem uma frase, ou pronunciá-la de forma clara, compreensível. A fala apresentava-se compartimentalizada, fragmentada e, muitas vezes, essas crianças e adolescentes não conseguiam expressar uma idéia até o fim. Percebe-se esse fato nas falas das entrevistas selecionadas neste trabalho.

Com relação ao espaço da rua, ele é demarcado pelos grupos que nela vivem. As praças, o Aterro passam a ser espaços delimitados por determinados grupos, perfeitamente respeitados por todos como espaços próprios. Sobre isso, um dos meninos, em entrevista, disse:

(...) me acostumei só ali na praça e só fico ali, é que nem fosse a minha casa ali e lá também é como se fosse a casa deles, eles só ficam ali, eles podem andar por tudo, podem até ir em outra cidade, mais sempre quando eles voltam é ali que eles ficam, ali é o ponto de encontro deles e o meu ponto de encontro, do outro grupo que eu ando junto é só ali (entrevistado 16 anos/95).

É interessante perceber o que os leva a escolher os locais, o porquê de se sentirem melhor na Praça XV, por exemplo, do que em qualquer outro lugar? Quais são os significados dados a essas escolhas?

Na verdade, é possível observar que o lugar é escolhido, por exemplo, pelas condições de acesso e pelo convívio diário que o ambiente propicia com os demais companheiros. Os espaços são definidos, não só pelas relações que aí se travam, mas também por outros interesses, como por exemplo, a privacidade para o sexo, as drogas, etc. A escolha varia também de acordo com a faixa etária dos integrantes dos grupos. Por exemplo, os “pequenos” não são tão seletivos com relação aos locais que escolhem para ficar e dormir, inclusive, pudemos observar que eles variam bastante na escolha dos espaços por onde circulam, e não parecem ter um espaço definido. Já os maiores, os meninos de quinze a dezoito anos, escolhem locais onde passam a fazer um “point”, lugar onde todos se encontram para conversar, namorar, paquerar, etc. Enfim, todos os dias estão por ali, sentados nos bancos, fumando, rindo, olhando, observando.

Nas entrevistas, constatei que a relação com o espaço passa a ser diferente quando se tornam adolescentes. Quando se é “pequeno”, não se pensa muito nas conseqüências, no fato de se estar na rua. O dia-a-dia é vivido como sendo único.

(...) Quando eu era pequeno assim, eu não queria saber de nada e quando eu completei quinze anos de idade eu comecei a entender as coisas, mas mesmo assim, eu não entendi tudo, então foi passando, passando, e chegou agora, o momento certo de pensa (entrevistado 16 anos/96).

Percebe-se que o processo de “se dar conta de sua condição” é retardado pelo próprio convívio na rua. Quando se é “pequeno” não se pensa no amanhã; é como se o futuro, a perspectiva de futuro, começasse a se constituir mais tarde, mais ou menos na adolescência.

Aos poucos, o menino e a menina que vivem na rua passam a perceber que ela não lhes irá oferecer nada mais do que aquilo que já conhecem. Aos poucos, quando atingem a adolescência, a rua passa ser rotineira, cansativa e triste. Perdem a vivacidade, o movimento que tinham durante a infância. Os meninos e as meninas, agora já crescidos, têm poucas alternativas e passa a ser comum encontrá-los nos bancos das praças, nos canteiros, enfim, nos “cantos” das ruas, sem atividade, sem movimento.

A rua, que parecia ser tão “boa”, com o avançar da idade, passa a ser “chata”, “triste”, “dura”. Será que a rua se tornou assim? ou será que ela é assim, e eles, por serem pequenos e viverem no imediatismo, não a percebiam dessa forma? como será que lhes ocorre essa “brecha de reflexão”? como será que passam a sentir vontade de sair da rua?

(...) tu acha ruim a rua quando começa a botá na cabeça que a rua não vai fazê tua vida. Por exemplo, eu pô, eu queria ter saído da rua antes, a depois que eu começo a querer sair da rua é que eu vô achar ela ruim. Quando eu tô convivendo com ela, prá mim ela é minha casa, minha escola, porque não existe melhor escola do que que a escola da vida, escola do mundo é a melhó escola (entrevistado 16 anos/1996).

A adolescência é um momento bastante significativo para eles. Além da rua se tornar rotineira, as pessoas passam a olhar com hostilidade para aqueles que lá estão. Se antes o sentimento era de pena, por serem pequeninos e estarem à mercê no mundo, agora são considerados “marmanjos”, “vagabundos” e não merecem dó, nem piedade.

A relação das crianças com a rua vai se modificando, a medida que a relação com as pessoas vai se modificando também.

Viver na rua, quando se é “grande”, passa a ser muito mais difícil do que quando se era “pequeno”. Torna-se muito mais difícil pedir comida, esmolar e até roubar. Normal-

mente, na adolescência, as meninas e os meninos procuram liderar um grupo de “pequenos” para conseguirem comer, roubar, pedir. A desculpa que utilizam para justificar tal estratégia nos mostra bem a leitura que fazem da sociedade. Para eles, os pequenos vão “se dar melhor”, as pessoas ficam com pena e dão as coisas para eles. Já os maiores não são vistos com os mesmos olhos.

Outro fator que influencia os “maiores” a se utilizarem dos “pequenos” é a inimputabilidade. Os meninos e as meninas de até doze anos não podem ser internados nos Centros de Internação, isto é, os “pequenos” não são punidos por suas infrações. Somente adolescentes cometem ato infracional.

Esse fator passa a ser muito importante na relação dos meninos maiores com os menores. Todos conhecem a lei; por isso estabelecem acordos entre eles.

A relação com a rua modifica-se, portanto, da infância para adolescência. Os “pequenos” a vivenciam de maneira muito mais alienada, imediata, do que os “maiores”. Quando adolescente, o jovem experimenta o preconceito de estar na rua, de não trabalhar, de estar sem fazer nada.

Alguns meninos procuram sair da rua principalmente com a chegada da adolescência, apesar de muitos não conseguirem. Ao mesmo tempo em que se sentem cansados de viver nas ruas, torna-se difícil para eles conviverem com as regras e limites impostos nos outros espaços. A “liberdade” é cerceada, e parece muito difícil conviver sob outras regras, outros valores, novos hábitos.

Além disso, deixar a vida na rua implica em deixar a turma, os grupos de convivência, os amigos, tarefa bastante difícil para quem, como eles, vive intensamente o grupo.

4 - A coletividade, os grupos: o ser coletivo

O movimento dos meninos e das meninas que vivem na rua é bastante caracterizado pela forma de organização coletiva que possuem. O comum é encontrarmos essas crianças em grupos. Elas dificilmente são vistas sozinhas.

O processo de grupalização se concretiza pela identificação das atividades que vão realizando, pela idade, o jeito de ser, enfim, pela empatia entre eles.

Todos os grupos que encontrei nas ruas de Florianópolis possuíam um líder. Essa figura é marcante, na medida em que o líder é o mais respeitado no grupo, o mais esperto, o mais rápido, enfim, acaba sendo o menino ou menina que possui características fortes de personalidade. É quem comanda, quem conduz o grupo, quem define a inclusão e a exclusão dos seus integrantes. Segundo Vogel & Mello (1991: p. 147) *O chefe não é o mais velho, o mais forte, o mais antigo na rua ou o mais amigo, e sim o mais “tora” de todos.* Ser “tora”, segundo o autor, quer dizer ser esperto, saber se virar.

No período da pesquisa pude identificar diferentes formas de organização grupal. Pelo menos três grupos foram identificados. Um era o grupo dos “pequenos”, dos meninos de oito a treze anos, que ficavam no centro da cidade, grupo liderado por um menino de

doze ano. Ele comandava o grupo e era respeitado por todos os outros. Nesse mesmo grupo havia mais dois meninos que eram irmãos dele, inclusive mais velhos, mas que, no entanto, acatavam a liderança do irmão menor.

Outro grupo era o dos meninos que ficavam na Praça XV, a maioria adolescentes de quinze a dezoito anos que permaneciam na Praça, principalmente no período da tarde (mais ou menos a partir das 17:00 horas) e à noite. Tive pouco contato com eles. E todas as vezes em que tentei interagir com o grupo, não houve boa receptividade. Não conhecia quase ninguém, a não ser algumas meninas. Esse grupo era constituído principalmente por adolescentes das comunidades próximas ao centro (Mocotó, Caixa, Monte Serrat). Eram adolescentes que já tinham vivido na rua e que moravam, naquele momento, em comunidades.

O terceiro grupo foi o grupo dos “grandes”, do “Aterro da Baía Sul”. Eram rapazes e garotas que viviam nas ruas, mas não freqüentavam mais o centro da cidade, como os outros dois grupos. Este último grupo permanecia principalmente nas imediações do Aterro. Eram jovens acima de dezoito anos, em sua grande maioria. Alguns eram soropositivos, e todos utilizavam drogas. Eram caracterizados como a turma do “pancadão”, o pessoal que usava drogas injetáveis. Esse grupo permanecia no Aterro, e foram raras as vezes em que os vi no centro. Apesar de não ter entrado em contato com eles, todos os outros meninos e meninas que estavam na rua apontavam João como líder.

Ele, já tem cerca de vinte e quatro anos, é soropositivo e viveu na rua desde pequeno. Vários ex-educadores têm João como referência da época em que fizeram trabalhos na rua. Ele inclusive, tornou-se integrante do MMR e, no ano de 1991, foi contra-

tado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para trabalhar como educador de rua. Apesar de tudo, João hoje vive na rua, é soropositivo e usuário de drogas.

Mais importante do que conhecer os grupos, é perceber como essas crianças e jovens vão conquistando formas de vivência coletiva e solidárias. Em várias ocasiões, tive oportunidade de presenciar cenas que apontavam para o sentimento de solidariedade, para a preocupação com outro, para a amizade.

Encontrei, inúmeras vezes, irmãos juntos, sempre cuidando um do outro. O sentimento de cuidar do irmão mais moço e o de respeitar o mais velho, pareciam estar sempre presentes nessas relações.

As crianças menores são cuidados pelo grupo, pelos maiores. E quase sempre existe uma relação de proximidade entre um pequeno e outro maior. A impressão que se tem é que os “pequenos” sempre são “adotados” por um menino maior. Essas duplas são normalmente encontradas juntas. Pode-se observar também que os “pequenos” possuem um respeito muito grande pelos “maiores”. (...) *os pequenos respeitam porque eles sabem, eles botam na cabeça, derrepente do jeito que trata eles né? Eles botam na cabeça que tu tá ali prá se um amigo deles, prá se um amigo* (entrevistado 16 anos, 1996).

Certa vez, no centro da cidade, perto do Ponto Chic, acompanhava o grupo dos “pequenos”. Estavam todos sentados no parapeito do taitorama e Nano fumava um cigarro. Ele era o maior no grupo, tinha entre treze e quinze anos. Enquanto Nano fumava, Leo (o mais novo do grupo) pediu para dar uma fumada, que imediatamente lhe foi negada. Observando aquela situação, perguntei a Nano porque não dera o cigarro para o amigo. Nano explicou que os “pequenos” não podem fumar.

É surpreendente constatar como eles conseguem criar regras e limites próprios e como, sem se darem conta, absorvem grande parte dos costumes e da moral vivenciadas pelo restante da sociedade. Como, ao mesmo tempo em que negam determinados costumes, valores, assumem outros, muito parecidos?

Na verdade, essa parcela da população não parece romper, por completo, com os padrões sociais da maioria, mas apenas conferem a eles novos significados. Muitas vezes vamos encontrá-los reproduzindo comportamentos próprios dos demais grupos sociais.

A questão da aceitação dos limites e regras passa por uma nova significação. Hoje, já não poderíamos afirmar que eles vivem sem regras, sem limites. Pelo contrário, esses limites existem, e são tão bem marcados quanto qualquer outro. Eles mesmos criam suas regras e as fazem respeitar. O fato de eles mesmos as criarem, por consenso, torna mais fácil que as respeitem.

Além da solidariedade e da coletividade, fatores importantes na constituição dos grupos e na vida na rua, a competição, como já vimos anteriormente, é outra característica que está também muito presente na vida desses grupos.

Os meninos e as meninas competem o tempo todo, sempre estão procurando ser um melhor do que o outro. Na dança, por exemplo, competem para ver quem é o melhor e, a partir dessas relações constroem referências importantes para o grupo.

(...) Por exemplo, eu sei dança, então eu vô mostra que eu sei. Quero mostra pra ele. Quem dança, vai lá e vai fazê uma dança como a gente, eu gosto de Rapp. Quem dança vai lá e diz: Báh Aquele ali já tá fazendo muita mala. Já tá fazendo muita mala pro meu gosto. Então, vai lá e já vai querê fazê melhó do que ele, prá dizê que ele sabe melhó do que eu (entrevistado 16 anos/96).

A questão da competição está presente não só na dança, mas em várias outras atividades, pois torna-se fundamental competir, não só para se tornar bom, se tornar líder e ganhar respeito, mas para aprender a lutar com determinação pelas coisas, para saber vencer, para saber viver.

A vida na rua impõe a todo momento situações como essas, por isso, os meninos e as meninas que ali vivem, parecem ter que mostrar que são bons, que são espertos. Essa é a lei da rua: sobrevive quem é esperto, quem vence. Então viver competindo pode significar um processo de aprendizagem, de extrapolar os limites e se tornar “o melhor”. Os riscos passam, por isso, muitas vezes, a ser significados como desafios.

A amizade, traço que parece marcante nas relações entre eles, foi significada por alguns meninos e meninas como inexistente. Alguns, afirmaram que na rua só se é amigo quando se tem dinheiro. Outros, no entanto, consideram que na rua se formam grandes amizades, uma grande fidelidade, pois o que não pode acontecer é a traição, que faria com que amigos se tornassem grandes inimigos.

Percebe-se que, do mesmo jeito com que facilmente conquistam novos amigos, de igual forma se irritam uns com os outros e deixam de se relacionar. E quando brigam, as ameaças são constantes. A agressividade entre eles é muito grande, ocasionando grandes inimizades. Eles brigam, batem-se, da mesma forma com que agredem os que estão fora do grupo. Para se estar no grupo, pois, é preciso conhecer as regras desse convívio. Portanto, ao desconhecê-las ou infringi-las, corre-se não só o risco de sair do grupo, como de se tornar, por determinado tempo, inimigo de todos.

Vemos, assim, que a vida na rua aponta para a necessidade de formação de grupos, para a proteção de todos, principalmente dos menores. As ameaças constantes, o perigo inerente à vida na rua, assim o exigem. Os maiores têm muita consciência da necessidade de proteção mútua, por isso procuram cuidar dos pequenos e preservá-los de qualquer ameaça externa.

5 - A vida por um fio: situação de risco, drogas e roubo

Um dos aspectos mais marcantes que tive oportunidade de observar foi que, dificilmente, as crianças que estavam no grupo dos “pequenos”, se encontravam sem o efeito de drogas. Quase todas as vezes em que pude encontrá-los, pelo menos um do grupo achava-se drogado. Com o tempo, percebi o quanto a relação com as drogas é algo marcante na vida dessas crianças e adolescentes.

Sempre que desejava falar sobre drogas, todos procuravam mudar de assunto. Admitem que usam drogas, mas não se propõem a falar sobre isso. Houve muita resistência para aprofundarem essa questão.

A droga está presente no seu cotidiano e é elemento primordial para a permanência deles na rua.

Alguns meninos afirmaram que a rua só é boa porque tem drogas, opinião unânime principalmente entre os meninos e meninas menores, que não parecem ter noção do quanto estão prejudicando sua saúde e do mal que as drogas trazem ao seu desenvolvi-

mento. Eles vivem apenas o dia-a-dia, não se preocupam com o amanhã. Não possuem perspectiva de vida e, por isso, têm dificuldades em lidar com o presente, no sentido de conseguirem enxergar a sua própria condição.

Várias vezes pude me deparar com a questão das drogas e foi possível perceber que estar na rua e suportar tudo a que ela os obriga, é o que, certamente, os predispõe ao consumo, pois lhe facilita suportar melhor o dia-a-dia na rua.

Durante a pesquisa de campo, sempre à tarde, os encontrava pedindo dinheiro, procurando alguma “parada” para fazer, procurando drogas, ou então, já os encontrava “chapados” ou melhor dizendo, drogados. *Viver na rua prá quem é viciado significa tá drogado o tempo todo.* (entrevista/95)

A palavra “viciado” foi utilizada por alguns meninos e meninas para se referirem àqueles que têm uma relação intensa com as drogas e que não conseguem sair da rotina diária de usá-la.

(...) viciado é assim né, a mesma coisa que sentir fome, quando a gente sente vontade de comer né, só que não é fome, vício não é fome, mas é um negócio que a gente sente vontade de usar que é a droga, isso que é vício (entrevistado 16 anos, 1995).

É interessante perceber como acabam definindo o vício como algo extremamente orgânico, comparando-o ao desejo de comer, à fome - fome que não é de comida, mas de droga. De acordo com Monteiro (1994: p. 42):

O uso das drogas está sempre em total interação com o tempo/espaço histórico em que estão inseridas. O tempo/espaço histórico reflete e é refletido pelo consumo de drogas. Sendo assim, para entendermos o consumo de drogas, bem como sua permissão ou interdição, temos que analisar a situação histórica e econômica presente no desenvolvimento destas práticas.

Existe, no presente caso, uma íntima relação entre as drogas e o roubo. Muitos dizem que precisam roubar para conseguir “cheirar” ou “fumar”. O ato de roubar passa a estar ligado às suas principais necessidades: roubam para comer, para usar drogas e algumas vezes, para se vestir.

Nem a relação com as drogas, nem a relação com o roubo, passam por algum juízo de valor. Eles lidam com essas práticas de forma comum, rotineira.

Quase todos os dias saem à procura de alguma coisa para roubar, pois a maioria deles sustenta o “vício” das drogas através de furtos e roubos.

Os meninos e as meninas que vivem na rua vão se constituindo, desde cedo, nessa relação intensa com o mundo “ilícito”, passando a ser vistos pela sociedade como marginais, ladrões, etc. As pessoas não conseguem perceber o processo através do qual essas crianças e adolescentes vão se constituindo. Não quero aqui, vitimizar essas crianças e adolescentes, mas apenas apontar para uma visão mais ampla do processo pelo qual passam para se constituírem enquanto sujeitos.

O roubo, as drogas são elementos que compõem seu cotidiano. Eles necessitam roubar, tanto para se alimentar, quanto para sustentar o vício das drogas. E aos poucos o roubo se torna uma dinâmica, elemento principal de subsistência.

A prática rotineira do roubo vai se aprimorando, e cada vez mais roubam melhor, com a utilização de novas técnicas e instrumentos. Há toda uma aprendizagem para saber roubar bem. O aperfeiçoamento é buscado por todos aqueles que fazem do roubo sua atividade principal.

Furtar e roubar pressupõe a turma ainda por outro motivo, ambas são atividades que envolvem técnica e saber. São habilidades que precisam ser apreendidas e treinadas. É na turma que se aprende desde o andar na rua, até o que, de quem, como e quando furtar e roubar (Vogel & Mello, 1991: p. 145).

Um menino entrevistado me relatava o quanto havia de prazer no ato de roubar. Dizia que o momento de arrombar um local era um momento de emoção inimaginável. O controle do tempo, dos movimentos, da rapidez, tudo isso fazia com que esse momento fosse de muita emoção, de muito *friozinho na barriga*. Afirmava ser muito gostoso exatamente esse momento, e que depois que conseguiam entrar no lugar do roubo, passava a emoção. O prazer estava em conseguir abrir a porta, o momento em que viviam o “desconhecido”.

O prazer que se advém das situações de risco é algo bastante marcante. Várias vezes observei que as atividades ou brincadeiras que sugerem perigo ou risco são atrativas para essas crianças e adolescentes. A forma com que lidam com o risco é banalizando a situação e enfrentando todo e qualquer “perigo”. Talvez essa seja uma das formas de se mostrarem capazes, fortes, invencíveis, vencendo qualquer obstáculo.

A “situação de risco” em que se encontram passa a ser muito mais valorizada pelo perigo em que se tornam para as outras pessoas, do que pelo risco que correm por sua segurança pessoal.

A imagem dessas crianças e adolescentes junto à comunidade é marcada por todas essas práticas, sendo completamente ignoradas e desconsideradas as circunstâncias adversas do contexto a que são submetidos esses jovens.

A não-consciência de sua própria condição é o que provavelmente, os leva a não ver alternativas para saírem da rua. O imediatismo não lhes permite refletir sobre sua própria existência, sobre as chances de mudar de vida.

As drogas acabam sendo, pois, a alternativa que torna a rua um lugar agradável, suportável.(...) *a droga na rua traz a felicidade, passa a te deixá alegre, então tu com a droga na cabeça, com a droga na mente, tu tá sempre rindo, tá sempre curtindo (...)* (entrevistado 16 anos, 1995).

Por isso tudo, a droga é o recurso indispensável para fazer com que o menino ou a menina permaneça na rua. Um dos meninos entrevistados afirmou quando se encontrava sem o efeito das drogas, permanecia triste com vontade de sair da rua.

O consumo de drogas no espaço da rua leva as crianças e os jovens a um estágio físico e existencial degradante. A opressão social sobre os grupos, devido ao uso descontrolado de drogas, se concretiza através do abandono dessa população de uma forma mais ampla. Esses meninos e meninas formam uma categoria solitária que acaba introjetando o desprezo, que é incentivado e preconizado por políticas públicas opressoras e marginalizadoras.

6. Os mecanismos de controle social: o aparelhamento policial e a rua

A vida na rua acaba impondo uma condição de exposição e perigo muito grande, para quem nela vive. A miséria, o frio, a fome, a sujeira, enfim, as mais adversas situa-

ções acabam definindo a imagem daqueles que vivem nas ruas. Essas crianças são estigmatizadas e carregam a imagem da “sujeira”, da “miséria”, da “desordem”.

Na verdade, essa imagem é produzida socialmente, por aqueles que os vêem de fora. Sem saberem das condições em que se encontram e das histórias que as produziram, as pessoas fixam-se apenas na imagem aparente, relativizando todas as variáveis intervenientes na consolidação dessa realidade, dentre elas a omissão dessa sociedade no que diz respeito às desigualdades econômicas e diferenças de oportunidades das camadas pobres que a constituem.

A imagem produzida socialmente, de que esses meninos e meninas são a “ferida exposta” da sociedade, “a miséria fora do lugar”, vem sendo descaracterizada através de diversos mecanismos de controle. No meio de tanta “desordem”, de tanta “fome”, e de tanta “miséria”, parece haver a necessidade explícita de fazer com que isso não se torne tão aparente aos nossos olhos, precisamos esconder mudar de lugar, tirar da nossa frente esse cenário tão desagradável.

Nada mais “triste” do que ver crianças nas ruas, pedindo, passando fome, sujas, com frio. Isso incomoda a todos, porque talvez, ao nos depararmos com crianças em tais condições, sejamos acometidos do sentimento de que somos também responsáveis pela situação. Tentamos sempre, porém, nos omitir da responsabilidade, fingindo que o problema é exclusivamente do governo, da polícia, do país.

Na tarefa de manter a ordem, de colocar tudo no lugar “certo”, é que vamos encontrar a atribuição da polícia, como um dos principais mecanismos de controle, repres-

são e punição para quem se encontra fora das regras impostas pelo sistema social, fora daquilo que é permitido fazer e, portanto, ver.

A relação que os meninos e as meninas que vivem na rua têm com a polícia é de permanente conflito. A polícia, para eles, é sempre vista como quem vai punir, bater, prender; dificilmente, conseguem estabelecer uma relação amistosa com os policiais.

Devido à experiência negativa vivida, os meninos e as meninas que estão nas ruas, mantêm contra a polícia, um arraigado preconceito de que a *polícia não gosta de guri de rua* (entrevistado 16 anos, 1995). Explorando um pouco melhor essa idéia, percebi que os meninos e as meninas que vivem nas ruas mantêm pela polícia, um sentimento de raiva, desprezo e medo. (...) *A gente, a única relação que a gente tem de polícia é raiva. (...) Eu odeio mesmo. Eu posso ser rico, pobre, eu sempre vô odiá a cara deles* (entrevistado 16 anos, 1995).

Foram muitos os meninos e meninas que se referiram à polícia de forma bastante agressiva. Contaram várias histórias, nas quais a violência física estava sempre presente. Outras questões se fizeram presentes, como a afirmação de que a polícia era racista. Um dos meninos relatou que percebia que a polícia sempre procurava humilhar os garotos negros e que parecia que os policiais sentiam muita raiva deles. Lembraram também a atuação da polícia com grupos de Rapp, dizendo:

(...) Os Racionais MSY, quando canta, bota eles (policiais) lá no chão, esculacha mesmo. Mas, eles vão e prende os Racionais MSY, ele é preto, agora o Gabriel (Pensador), tu já viu a polícia pegá o Gabriel? Não! ele é branco. Porque o branco tá sempre acima do preto (entrevistado 16 anos, 1995).

Percebi que algumas questões são bem observadas por eles. No entanto, cabe ressaltar que o jovem que faz esse tipo de reflexão já se encontra na adolescência e não vive mais tão intensamente na rua. Esse olhar mais apurado e crítico desenvolve-se mais na adolescência, que é o momento, para alguns, de saída da rotina da rua. Os meninos “pequenos” não apontam para uma reflexão tão crítica; expressam apenas um grande sentimento de raiva, de desprezo.

Quando os meninos e as meninas que vivem na rua descreviam a imagem que a polícia tinha deles, constatava que eles tinham consciência de que essa imagem era coincidente com a que possuía a sociedade em geral, e que era uma imagem muito negativa. Eles mesmos, porém, acabam caindo na lógica que os rotula, ao assumir a postura que lhes é pré-determinada. Por exemplo: (se referindo aos policiais), (...) *Eles ficam olhando, olhando. Vão te vê todo dia ali junto com a turma. Andá em turma pronto! tá em turma, já é guri de rua* (entrevistado 16 anos/1995).

Parece que ser “guri de rua” passa a ser considerada imagem negativa por eles também, tanto que não gostam de ser identificados como tal.

O estigma, o rótulo “ser de rua”, aparece como algo extremamente depreciativo. Essa denominação já está bastante carregada de um enfoque negativo, fechado, discriminatório.

6.1-O ser de rua: a imagem construída

É interessante perceber como os meninos e as meninas passam a assumir a mesma lógica de pensamento, de depreciarem a denominação “ser de rua”. Apesar de estarem na rua, não gostam de ser identificados como tal. Essa lógica está relacionada com a imagem construída sobre a rua, e sobre quem está na rua, de serem esses jovens pessoas ligadas à marginalidade, à violência, às drogas, não existindo, portanto, possibilidade de serem vistos de outra maneira.

A relação que se estabelece com a polícia é uma relação de muita violência, vários foram os meninos e as meninas que afirmaram já ter apanhado dela. A violência se manifesta, às vezes, de forma gratuita, pelo simples fato de estarem na rua:

Foi observado que, muitas vezes, as crianças são encaradas ameaçadoramente pela polícia, ou até intimados a saírem do lugar onde estão, seja na Praça, no Mercado, ou em qualquer outro lugar, parecendo que a presença deles, mesmo sem estarem fazendo nada, incomoda àqueles que passam pelas ruas.

Novamente podemos constatar o quanto a imagem da “pobreza”, “da miséria”, da criança “suja”, “maltratada”, incomoda àqueles que, no seu cotidiano, não se deparam com esse tipo de problema.

Os meninos ainda apontaram, de forma muito clara, a diferença existente entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Para eles, a Polícia Civil tem uma relação de maior respeito e cuidado. Segundo um dos meninos:

(...) a polícia civil, se ela vê um guri da rua, ela vai, a não sê que ele teja roubando alguma coisa, daí ela vai tomá suas providência, mas também ela não bate, ela manda pro 6º DP e pro CAP, agora é PLLAT, então ela manda ele só i paga o que ele fez, mas ela não bate (entrevistado 16 anos, 1995).

No entanto, a relação com a Polícia Militar é outra, bem diferente. Eles afirmam que a Polícia Militar bate, utilizando-se de inúmeras técnicas que não deixam marcas.

(...) os PM são muito prevalecidos, os PM são muito prevalecidos, gosta mais de espancá, a diversão deles é espancá(...) Se tu for guri de rua prá eles tu tais fazendo alguma coisa. (...) Eles batem, sempre batem, batem prá não deixá lesão corporal né? Eles batem na sola do pé, ou no estômago, ou senão batem com livro no peito né? uma lista telefônica grossa e dão porrada. Daí só doí, não machuca (entrevistado 16 anos, 1995).

A Polícia Militar, segundo os meninos, tem frieza para bater, e não se preocupa se são crianças ou não, porque, para ela todos são ladrões, marginais, e estão na rua para roubar.

Os meninos ainda fizeram referência aos choques que recebem da polícia, quando são pegos na rua. Os choques são dados embaixo das unhas dos dedos das mãos, porque assim, dificilmente ficam marcas. As técnicas que parecem ser utilizadas são aquelas que dificilmente poderão mostrar as lesões. Essa prática dos choques é bastante utilizada, principalmente com os meninos menores. A violência contra as crianças e adolescentes que estão nas ruas passa a ser entendida como necessária.

Percebe-se que a Polícia Militar vem executando, com as crianças, o papel que historicamente lhe é atribuído, o de executor da violência oficializada, uma entre tantas outras atribuições que lhe são delegadas pela sociedade.

Além dessa relação de extrema violência, que vem sendo marcada por diversos tipos de “castigos” físicos, os meninos fizeram referências à corrupção da Polícia Militar. Esse fato, relatado por um dos meninos entrevistados, chamou a atenção pela clareza com que foi detalhado e também por comprovar a convivência direta dos meninos e meninas com esses policiais e saber que a corrupção é algo presente na prática dos militares.

(...) A militar, se eles te pegam com droga eles dizem. Te solto. Mesmo com roubo, mesmo com roubo já aconteceu várias vezes, pegava a gente com roubo e falavam divide a metade, dá à metade prá mim e te solto (entrevistado 16 anos, 1995).

(...) Agora se não têm nada prá negocia o pau come (entrevistado, 1995).

Tanto os meninos, como as meninas que vivem na rua sabem como driblar a polícia e uma das formas é ter sempre algum excedente para trocar, para poder negociar. As meninas, principalmente, se utilizam da sedução, negociando, às vezes, o próprio corpo.

Não são todos os policiais militares que se encontram nessa rede de corrupção, segundo as crianças e os adolescentes entrevistados. Naturalmente não posso generalizar essa análise, no entanto, não há como deixar de considerar os fatos relatados por eles, principalmente porque o relato foi feito em forma de desabafo e em confiança.

A relação dos meninos e meninas que vivem na rua com a Polícia Militar é de muita violência, raiva e medo. O conflito é permanente, pela prática de vida dos meninos e das meninas estar ligada ao roubo, às drogas, à bagunça, isto é, configurar sempre como subversão à ordem estabelecida.

O papel da polícia não é outro, a não ser o de manter a ordem, a segurança da sociedade, nem que para isso tenha que se utilizar de diversos mecanismos de violência. O preço para manter a ordem e a segurança da sociedade recai sobre a necessidade de se violentar, machucar, humilhar aqueles que, por circunstâncias adversas, são marginalizados da cidadania, que não têm direitos, que “bagunçam” a ordem social”.

Posso dizer que o aparelhamento policial executa o papel de preservação da ordem pública, retirando das ruas da cidade o retrato da miséria, da desordem, da ameaça social.

Recapitulando o que procurei discutir, posso afirmar que as crianças e adolescentes que vivem nas ruas encontram-se em diferentes campos de batalhas, ora com a polícia, ora com a sociedade, ora com eles mesmos. A imagem social produzida sobre o *ser de rua* reforça o significado de batalha, reforça o “lugar social” de pivetes, delinquentes, bandidos, marginais. A batalha representa muito mais do que os meios de garantia de vida na rua. Representa o conflito constante de ser e de estar fora da ordem social, isto é, de estar alijado a priori dos direitos humanos básicos inerentes à condição de cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

I

Deparar-se com um estudo, seguido de uma pesquisa de campo, não é algo que se possa afirmar que seja confortável, só porque se está próximo de um fim.

No caso desta pesquisa, procurei sustentar uma relação de compreensão e intervenção imediata frente à problemática da espoliação das condições de vida das crianças e adolescentes pobres do nosso país. Não poderia me dar ao luxo de apenas descrevê-la, apontando, ao final, para saídas evidentes ou novas problematizações. Em se tratando de meninos e meninas que vivem nas ruas, não poderia simplesmente compilar materiais; deveria apresentar uma leitura sobre essa realidade, que ao menos tentasse compreendê-los a partir de seu contexto.

Há um esforço significativo, porém escasso, no sentido de compreender o trajeto percorrido pelas crianças e adolescentes pobres que deixam suas casas para estabelecerem moradia nas ruas das cidades. Perguntei-me, ao longo deste trabalho, qual o sentido ou a necessidade de impedir o fluxo crescente dessas crianças e adolescentes nas ruas. Qual a sua importância? Qual a melhor maneira de se tratar a questão? Enquanto um problema social, ou enquanto um problema da sociedade?

Desde cedo a situação da criança e do adolescente pobre, que fazia da rua lugar de trajeto, foi considerada como sendo apenas um problema social. Apesar de não apa-

rente, essa forma de encarar a situação guardava uma sutileza que promovia grandes impactos na maneira em que os vários atores ou sujeitos sociais lidavam com o problema.

Vejamos isso de uma maneira mais direta, afirmando as principais idéias que nortearam a elaboração deste trabalho.

O termo *menino e menina de rua*, em substituição a tantos outros como, *meninos desvalidos, pivetes, menor, delinqüentes*, pretendeu fixar na criança e adolescente pobre, uma inscrição que a libertasse de outros rótulos que vinham acompanhados de práticas violentas como o espancamento, a tortura policial, os massacres, as chacinas, a exploração. Com o advento desse termo, em 1984 surgem várias manifestações populares que veio a eclodir na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) em 1990.

O surgimento do ECA, e o revigoramento da militância em prol dessas crianças, modificou o caráter de atendimento das instituições de absorção dessa crescente população.

A esperança sustentada era a de que esse novo momento viesse a colaborar para que as crianças e adolescentes que viviam nas ruas pudessem adquirir seu passaporte definitivo para a cidadania. Apesar de todo o esforço, os atores que atuavam nessa esfera, no caso os setores organizados da sociedade, reproduziam antigos mecanismos de leitura e participação frente ao problema.

Nada fica assegurado, seja trocar de nome, criar leis, extinguir instituições, se a esfericidade em que estão envolvidas as crianças e adolescentes que vivem nas

ruas, continuar sendo tratada como um problema tão somente social. O que está em jogo é o caráter de externalidade do problema. Quando digo que uma situação configura-se enquanto um *problema social*, estou significando que esta situação existe em espaços também ocupados por mim, mas que não necessariamente tenham a ver comigo. Desresponsabilizo-me frente o que seria a indispensável necessidade de reconhecimento de co-participação.

Quando me proponho a ver tal situação enquanto um *problema da sociedade*, vou diretamente de encontro aos atores ou sujeitos que participam e avalizam, seja ativa ou passivamente, tal processo de exclusão. O problema ainda é social, mas vai além.

II

A rua é social. Em princípio, possui significado restrito. Os carros apenas vão e voltam por ela, as pessoas a atravessam de um lado para o outro, e geralmente vão para as suas casas, que são os seus espaços de convivência mais íntima. No entanto, existem sujeitos que por ela passam e ficam, preenchendo-a de significados.

Aos olhos daqueles que não permanecem nela, a existência de moradores permanentes na rua, configura apenas o incômodo.

A rua, para muitos, ocupa lugar do rito da passagem. Nela, encontram acolhida tão somente para que possam se guiar até destinos mais ou menos fixos, como

as praças, as igrejas, os prédios públicos, o comércio, e, finalmente, como já disse acima, ao local de mais profundo contato: a casa.

Portanto, para aqueles que insistem em permanecer na rua como forma explícita de apropriação, toda uma concepção conservadora subjacente em nossa cultura local, já está há muito estabelecida.

Um dos lugares em que se pode transitar intimamente, despreocupado com o olhar do outro, no sentido de policiamento do comportamento social, é a própria casa. Nela, a moral própria da família conduz a que se estabeleçam dimensões diferentes da vida cotidiana. Isso faz parte de uma herança da cultura ocidental, e que define o contraste entre a rua e a casa, o sujeito nas ruas e o sujeito em família. Insiro exatamente aqui a minha forma de compreensão do problema.

No caso das crianças e adolescentes pobres que vivem nas ruas, essas mesmas ruas são suas casas. Transitar por entre elas é como se locomover pelos cômodos de uma casa tradicional. Estando em sua “casa-rua”, essas crianças e adolescentes portam-se de uma autoridade que basta que o próprio grupo legitime. Essa autoridade, muitas vezes, funda valores e formas de existência que, no entanto, ferem, a um só tempo a concepção padronizada de existência “saudável” em sociedade.

III

É comum que muitas das crianças e adolescentes que vivem nas ruas experienciem a sensação, mesmo que momentânea, de inclusão social. Advém de um núcleo familiar que lhe inscreve as referências mínimas do que seja uma relação de pais, filhos, irmãos. Mesmo ambientados pela presença constante de formas as mais diversas de violência, estabelecem um indispensável vínculo familiar que lhes assegurará a sobrevivência, até que possam promover a primeira trajetória para as ruas, seja para dar continuidade à rede de sustento da família, seja para escapar da violência.

A rua, ajuda, num primeiro momento, a distanciar dessas crianças e adolescentes da violência, e ao mesmo tempo, revela os seus espaços de *liberdade*. A sensação de isolamento social e o reagrupamento com indivíduos semelhantes, desperta uma função-força que garante a autonomia e a reprodução do desejo-da-rua.

Ao contrário de uma casa, a rua é muito mais extensa e intensa. Isso garante aos meninos e meninas uma maior circularidade. Esse movimento, como já me referi anteriormente, configura-se uma ciranda.

A ciranda representa a fuga da violência, da opressão, daquilo que angustia. Representa uma conquista. Essa forma de movimentação circular, estabelece o êxito alcançado na estipulação de estratégias de convivência privada nos locais em que a sociedade só reconhece como sendo públicos. O aprendizado maior se encon-

tra no fato de que esses meninos, meninas que vivem nas ruas, comemoram a escapabilidade do olhar da sociedade.

Mas, por enquanto, isso não basta para que nossos “olhos treinados” reconheçam como legítima essa forma de relação de outros atores da nossa sociedade, ou indiquem que tal modo de vida possa sustentar, para eles, um projeto emancipador, no que concerne à não menos sociológica, organização social de um determinado grupo.

Acreditar e tornar evidente que há uma cultura de organização inteligível que permeia o cotidiano das crianças e adolescentes que vivem nas ruas - isto enquanto uma tarefa especificamente nossa - apenas demonstra que há muito, no Brasil, já existe uma ação por parte dessas crianças e adolescentes que as remete a uma necessidade auto-determinística, sustentada em valores e desejos como a autonomia, o prazer, a liberdade, a alegria. Não mais e tão somente o sofrimento, a dor, o abandono.

Não obstante, esse é um exercício que procura desnudar objetivamente uma prática cotidiana provinda de um grupo social específico, que aprendeu como se comunicar com outros grupos mais bem situados no sistema produtivo.

Os meninos e meninas, sujeitos que vivem na rua, representam, através das mais criativas formas de organização, um grupo social que ao ser banido da nossa sociedade, da família e das instituições, encontra ironicamente na rua o espaço idealizado de convívio.

É no contato com a “turma da rua” que essas crianças vão se apropriando de novas formas de relações sociais, e que vão construindo e deixando construir-se enquanto cultura específica. Após experienciar essas novas relações que se apresentam inicialmente

com certo tom de liberdade, o menino e a menina vão optando por contingências que nem sempre lhes asseguram que a partir delas estarão completamente seguros.

Mesmo com todo o tom de liberdade na rua, esses meninos e meninas, ainda existem na condição de crianças, que precisam assimilar outras formas igualmente libertadoras, e que se apresentam como menos ameaçadoras.

Cabe a nós, portanto, que de fato aprendamos a ouvir essas crianças e adolescentes, encantados com a função lúdica das ruas e ao mesmo tempo angustiadas com a sua dimensão de ameaça. Entre as drogas, o roubo, o frio e a fome, ainda coexistem emoções como o medo da polícia e dos comerciantes e o desprezo e indiferença das pessoas que trajetam pelas ruas.

Portanto, a construção de novas alternativas de trabalho somente se tornará atraente se for levado em consideração o valor que a rua possui para essas crianças e adolescentes. De nada adiantará estabelecerem novos programas de atendimento, se a única forma encontrada de combate às ameaças que cercam essa população, for a do enclausuramento em instituições semi-abertas gestadas por programas assistencialistas.

Surge, então, o papel decisivo de novas práticas pedagógicas que possam potencializar tudo o que representa de positivo nesta forma legítima de organização social. A isso deve-se somar um repertório constituído de elementos ausentes na vida cotidiana dessas crianças, mas que fazem parte e devem ser estendidas à todas as nossas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. **A Experiência Precoce da Punição**. In: MARTINS, José de Souza. **Massacre dos Inocentes: A criança sem infância no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- ALVES, Alda Judith. **Meninos de rua e meninos da rua: estrutura e dinâmica familiar**. In: FAUSTO, Ayrton & CERVINI, Ruben. **O trabalho e a Rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991.
- ARENDT, Hannah . **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará , 1994.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- ARROYO , Miguel G. (Org.). **Da escola carente à escola possível** , 3ª edição, São Paulo: Edições Loyola , 1991.
- AZEVEDO, Maria Amélia Azevedo & GUERRA , Viviane Nogueira de Azevedo (orgs). **Infância e Violência Doméstica : Fronteiras do Conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993.
- BASAGLIA, Franco. **A Instituição Negada: Relato de um hospital psiquiátrico**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BUENO, Francisco da S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3ªed. São Paulo: Lisa, 1989.

- CARRAHER, Teresinha Nunes & SCHLIEMANN, Analúcia Dias. **Na vida dez, na escola zero.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- CENTURIONE, Sandra Regina. **No meio da Rua : crianças e adolescentes em situação de risco.** Rio de Janeiro: Junta das Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, 1994.
- CERTEAU , Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena de S. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **Identidade.** In: LANE , Sílvia T. M. & CODO, Wanderley. **Psicologia Social: O homem em movimento.** 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CORADINI, Lisabete. **Praça XV: Espaço e Sociabilidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.
- COTRIN-CARLIN, Beatriz & PINSKY, Ilana. **Prevenção ao abuso de drogas na escola: Uma revisão da literatura internacional recente.** Cadernos de pesquisa, São Paulo: maio de 1989.
- COVRE-MANZINI, Maria de Lourdes. **O que é cidadania.** 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- CURY, Munir & SILVA, Antônio Fernando do Amaral & MENDEZ, Emílio Garcia. **Es-**

estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1992.

· **DA MATTA, Roberto. A Casa & a Rua.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

DRT/SC. Diagnóstico do Trabalho da Criança e do Adolescente no Estado de Santa Catarina. Florianópolis junho de 1996.

DIMENSTEIN, Gilberto. A Guerra dos Meninos: Assassinatos de Menores no Brasil. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 10ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8.069, 1990.

FALEIROS, Vicente. A fabricação do menor. In: HUMANIDADES. Brasília: UnB, 1987. Ano IV.

FANTIN, Maristela. Construindo Cidadania e Dignidade. Florianópolis: Insular, 1997.

FAUSTO, Ayrton & CERVINI, Ruben. O trabalho e a Rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991.

FAUSTO, Ayrton & COSTA Antônio Carlos Gomes da. Do avesso ao direito de menor a cidadão. In: FAUSTO, Ayrton & CERVINI, Ruben.(Org.). **O trabalho e a Rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: Cortez, 1991.

FELIPE, Sônia & PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. O Corpo Violentado: estupro e atentado violento ao pudor. Um ensaio sobre a violência e análise de três filmes à luz do contratualismo. Florianópolis: Autoras, 1996.

_____. **A Violência das Mortes por Decretos: Um ensaio sobre o Direito e Psicanálise e três estudos de filmes à luz do contratualismo.** Florianópolis: Ed. das Autoras, 1996.

FENELON, Dea. **Pesquisa em história: perspectiva e abordagem.** In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia de Pesquisa Educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 2ªed. Rio de Janeiro: 1988.

FLEURI, Reinaldo (Org.). **O Sujeito em Questão.** Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 1994.

FONSECA, Cláudia. **O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda.** Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde, São Paulo, 1987.

_____. **Bandidos e Mocinhos: antropologia da violência no cotidiano.** In: *Humanas: revista do IFCH-UFRGS.* Porto Alegre, jul./dez. 1993. n°2, V.16.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da Sexualidade: A vontade de saber.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Paulo Freire & Educadores de Rua: uma abordagem crítica. Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de rua.** Brasília: FUNABEM/UNICEF/SAS, 1987.

- GARCIA, Pedro Benjamin. **Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **A Questão Política da Educação Popular.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. **Mundo da Rua.** In: REVISTA DE FORMAÇÃO., Porto Alegre: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, 1995. Ano I, nº 1
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf & VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Educação e Direitos: Experiências e Desafios na Defesa de Crianças e Adolescentes.** Porto Alegre/Canoas: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua /Centro Educacional La Salle de Ensino Superior (CELES), 1997.
- KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOSMINSKY, Ethel V. **Internados: Os filhos do Estado Padrasto.** In: MARTINS, José de Souza. **Massacre dos Inocentes: A criança sem infância no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- LANE, Sílvia T. M. & CODO, Wanderley. **Psicologia Social: O homem em movimento.** 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LEITE, Marinê F. **Criança-Trabalhadora: a práxis na rua.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.
- LUFT, Celso P. **Mini Dicionário Luft.** 3ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 1991.
- MAGALHÃES, Maria Cristina R (Org.). **Na Sombra da Cidade.** São Paulo: Escuta, 1995.

- MAHEIRE, Kátia. **A tarefa de construir-se Agenor na contradição campo-cidade.** Dissertação de mestrado, PUC/SP, 1992.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **A Questão Política da Educação Popular.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARCHI, Rita de Cássia. **“Crianças Espertas”:** um retrato do “vício da rua” em crianças pobres no centro de Florianópolis. CET/Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1994.
- MATEOS, Simone B. **Nossas Crianças: a sucata do progresso.** In: Revista Atenção nº 2, 1995.
- MEDEIROS, Mariângela. **Rua dos Meninos: Emoções e esperanças na luta diária pela sobrevivência.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1992.
- MENDEZ, Emílio Garcia. **Legislação de “Menores” na América Latina: Uma doutrina em situação irregular.** In: FÓRUM DCA: Políticas e prioridades políticas, nº1, 1993.
- MILITO, Cláudia. & SILVA, Hélio R. S. **Vozes do meio-fio.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- MONTEIRO, Antônio (Org.). **Excola: Uma proposta de Educação Popular na prevenção ao consumo abusivo de drogas entre meninos e meninas que se encontram nas ruas.** Rio de Janeiro: Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, 1994.
- NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- PASSETTI, Edson. **Violentados: crianças, adolescentes e justiça.** São Paulo: Imaginário, 1995.

- PATTO , Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo : T. A . Queiroz ,1991.
- PERLONGHER, Nestor. **Territórios Marginais.** In: MAGALHÃES, Maria Cristina R (Org.). **Na Sombra da Cidade.** São Paulo: Escuta, 1995.
- PIACENTINI, Telma Anita. **O Morro da Caixa D'água: O significado político pedagógico dos movimentos de educação popular na periferia de Florianópolis.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.
- PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Instituto Del Niño/Amais, 1995.
- PILOTTI, Francisco. **Crise e Perspectivas da Assistência à Infância na América Latina.** In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Instituto Del Niño/Amais, 1995.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **PROJETO ABORDAGEM DE RUA: Atendimento e Integração da criança e do adolescente em situação de rua.** 1995.
- QUIROGA, Ana P. **El Concepto de Grupo y los principios organizadores de la estructura grupal em el pensamiento de Pichon-Rivière.** In: Revista Tema de Psicologia Social, Buenos Aires, 1977. n° 1.
- RIZZINI , Irene. **A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1993.

- RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. **“Menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80.** In: FAUSTO, Ayrton & CERVINI, Ruben. **O trabalho e a Rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: Cortez, 1991.
- RIZZINI, Irene. **Crianças e Menores-do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: Um Histórico da Legislação para a Infância no Brasil.** In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar Crianças : a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil** Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Instituto Del Niño/Amais, 1995.
- RIZZINI, Irma. **Meninos desvalidos e Menores Transviados: A trajetória da Assistência Pública até a Era Vargas.** In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Instituto Del Niño/Amais, 1995.
- ROURE , Glacy Q. de. **Vidas Silenciadas: A violência com crianças e adolescentes na sociedade brasileira.** Campinas: Unicamp, 1996.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Breve olhar sobre as Políticas Públicas para a Infância.** In: FÓRUM DCA: Políticas e prioridades políticas, 1993. n°1.
- SANTOS, Hélio de Oliveira. **Crianças Esquecidas.** Campinas: Pontes, 1995.
- SANTOS, Kátia F. M. **Educação de Rua: Novos Atores em Construção: Cidadão Criança/Adolescente e Educador de Rua.** In: TORRES, Artemis. **Mato Grosso em movimentos: ensaios de educação popular.** Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 1994.
- SARTRE, Jean P. **Questão de Método.** 3ª ed. São Paulo: Nova cultural, 1987.

- SCHILICHTING, Sandra & VOLPI, Mario. **Relatório do 3º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua**. Brasília: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, 1992.
- SÊDA, Edson. **A criança e o direito alternativo: um relato sobre o cumprimento da doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente no Brasil**. Campinas: Ades, 1995.
- SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ªed. São Paulo: Cortez, 1982.
- SPINK, Marie Jane. **O Conhecimento no Cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SPÓSITO, Marília P. **A Ilusão Fecunda: A luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.
- SZASZ, Thomas S. **A Fabricação da Loucura :Um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.
- TAPIA, Jorge R. B. & HENRIQUE, Wilnês. **Crise, Reforma e políticas sociais na América Latina** (mimeo). [199-].
- VEJA. **A Chacina das Crianças da Candelária**. seção: Brasil, 28 de julho de 1993.
- VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antônio S. **Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho**. In: FAUSTO, Ayrton & CERVINI, Ruben. **O trabalho e a Rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991.

VOGEL, Arno. **Do Estado ao Estatuto-Propostas e Vississitudes da Política de Atendimento à Infância e Adolescência no Brasil Contemporâneo.** In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Instituto Del Niño/Amais, 1995.

VOLPI, Mário. **Educação Social de Rua: Um Projeto Pedagógico de Inclusão Social.** FEBEM/RS, 1996.

WANDERLEY, Luis Eduardo. **Educação Popular e processo de democratização.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **A Questão Política da Educação Popular.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba . **A Máquina e a Revolta : As organizações populares e o significado da pobreza.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANEXOS

Apresentação das crianças e adolescentes

Os nomes são todos fictícios e procurei ser breve para não possibilitar nenhum tipo de identificação. Apresento as crianças e os adolescentes que pude durante a pesquisa, através das entrevistas e observações, entrar em contato.

Gabriel(16 anos): Um poeta pensador. Vivia no Albergue durante a pesquisa de campo. Atualmente temos informações de que ele está novamente na rua. Gostava muito de dançar, cantar e compor músicas de *Rapp*. Conhecia todos os meninos e meninas e mantinha contato com os grupos que estavam na rua.

Caetano(16 anos): Vivia no Albergue. Durante a pesquisa de campo o encontrei duas vezes. Trabalhava de *office-boy* em uma entidade não-governamental. Apesar de não viver na rua, conhecia e se relacionava com a grande maioria dos meninos e das meninas que lá vivem.

Marcos(16 anos): No momento da pesquisa, ainda possuía essa idade. Hoje tem 18 anos e encontra-se na Cadeia Pública. Sempre foi um menino vaidoso, bonito e introspectivo. Na época em que vivia no Albergue, liderava grande parte dos meninos que lá se encontravam.

Leonardo(11 anos): Era o mais esperto da turma dos pequenos. Liderava todo o grupo. Era provocativo e impaciente. Guardava tamanho e traços de criança, em função disso, ganhava com facilidade o agrado das outras pessoas.

René(14 anos): Irmão de Leonardo. Também tinha uma estrutura física que lhe proporcionava ser identificado com uma criança. Costumava ficar na praça XV, circulando entre aquelas imediações.

Guto(13 anos): Era intempestivo, ora parecia estar de bom humor, ora não falava com ninguém. Algumas vezes o vi chorando. Também era irmão de Leonardo e René.

Horácio(12 anos): Era bem pequeno no tamanho. Expressava muito bem suas idéias. Era meigo, afetivo e não gostava de ser tratado como pequeno pelos outros integrantes do grupo.

Coruja(11 anos): O menor de todos. Também era muito esperto e sabia como ninguém conquistar as pessoas com seu jeito de criança. Era muito amigo de Horário.

Dentinho(12 anos): Irmão de Mário. Extremamente carinhoso. Tinha um certo ar de ingênuo. Gostava de dançar e brincar na praça.

Nano(14 anos): Fazia parte do grupo, mas tinha uma relação mais distante. Era muito desconfiado. Cuidava muito de seu irmão Dentinho. Parecia gostar de ficar sozinho.

Piteco(11 anos): Quase não falava. Era sorridente. Parecia ser dominado facilmente por todos os outros meninos.

Tico(11 anos): Andava sempre acompanhado de seu irmão Teco. Mostrava-se como um bom amigo do outros meninos. À noite sempre permanecia nos bares pedindo dinheiro.

Teco(11 anos): Irmão gêmeo de Tico. Costumava enganar as pessoas ao se fazer passar por ele. Em nenhum momento o vi separado do irmão.

Trampulim(12 anos): Era independente, ia para onde queria e levava com ele sempre alguém junto. Exercia certa liderança no grupo. Tinha grande habilidade corporal feito um malabarista.

Chico(13 anos): Praticamente o vi chegar na rua durante a pesquisa de campo. Encontrava-se no centro pedindo dinheiro próximo ao Ponto Chic. Ao final da pesquisa o encontrei acompanhando o grupo dos pequenos em Canasvieiras.

Giane(13 anos): Foi muito companheira estando comigo em vários momentos. Durante a pesquisa tive que acompanhá-la ao hospital por duas vezes. Estava muito doente. Era amiga de todos os meninos do grupo dos pequenos.

Karina(17 anos): Irmã de Melissa. Viviam na praça sempre ao final da tarde. Fazia programa. Conhecia os meninos do grupo e continuamente procurava me dar dicas de onde podia encontrá-los.

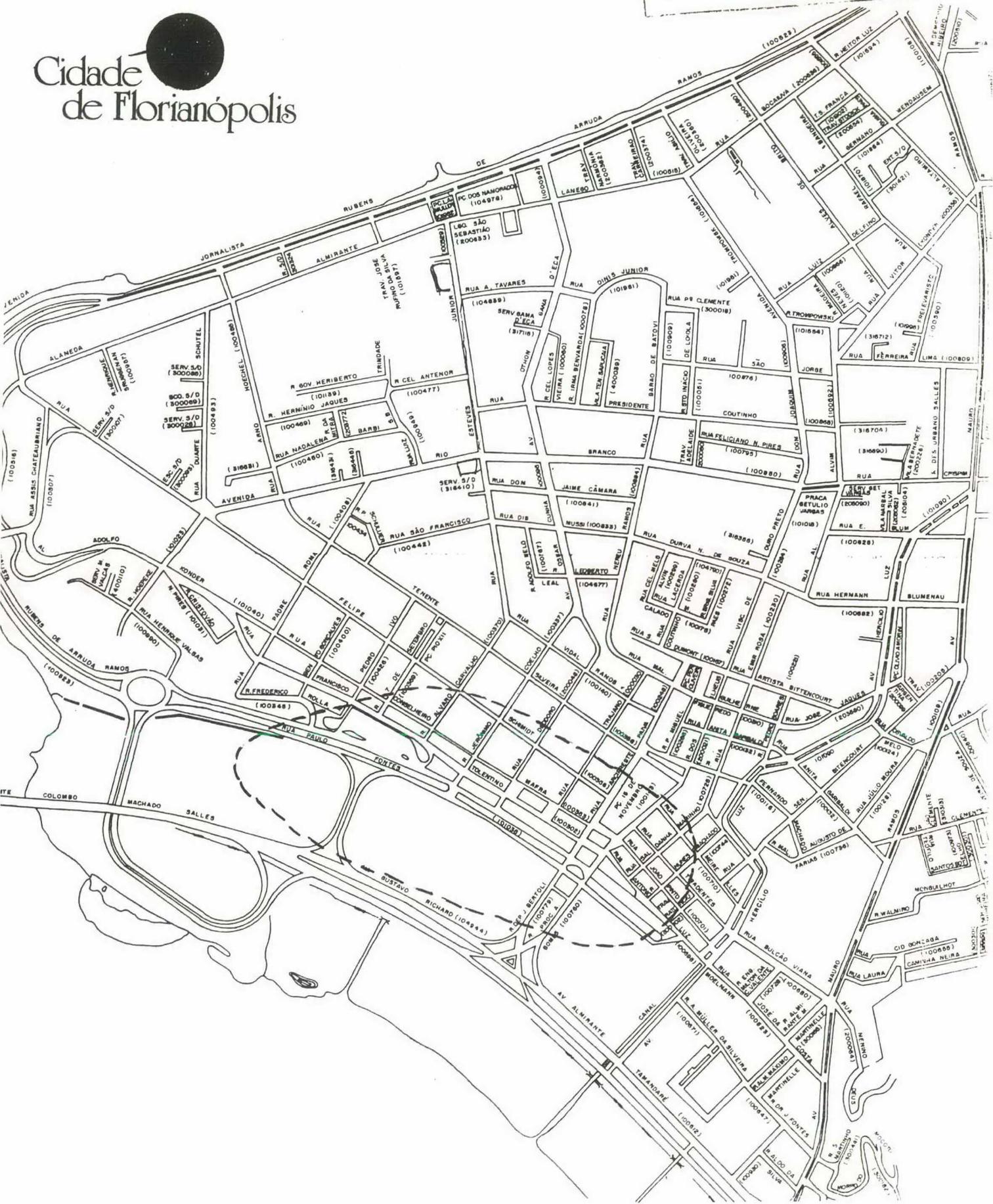
Melissa(18 anos): Também fazia programa na praça. Nunca a encontrei dormindo na rua. Como a irmã só a via ao final da tarde.

CENTRO

Biblioteca

Sector de Saneamento

Cidade de Florianópolis



Fotos dos principais locais por onde circulam as crianças e os adolescentes que vivem nas ruas do centro da cidade de Florianópolis.

Fonte: OLIVEIRA, Azor. Santa Catarina: Brasil. Santa Catarina: Pallotti, 1996.



Merçado Público-Florianópolis - em 1898, na época de sua construção, era coberto pelas águas da Baía Sul, hoje atastadas pelo terra. Testemunha de grande parte da história da cidade.

Market place-Florianópolis - witness of part of the city's history, built in 1898, it used to be surrounded by the south bay's waters. Now there is a landfill in the place.



Vista aérea da Praça XV de Novembro, em Florianópolis

Aerial view of XV de Novembro Square, in Florianópolis



Senadinho - nas suas mesinhas de rua, autênticos "manezinhos da ilha" saboreiam o mais tradicional cafezinho de Florianópolis. Ponto de encontro de políticos e jornalistas, quem quer saber novidades, fazer comentários ou críticas livremente tem a palavra no "Ponto Chic".

Senadinho - by tables on the street, "manezinhos da ilha", as islanders are called, enjoy Florianópolis' traditional coffee. Meeting spot for politicians and journalists. Everyone who wants to update, comment or criticize does that: "Ponto Chic" coffee and pie shop.



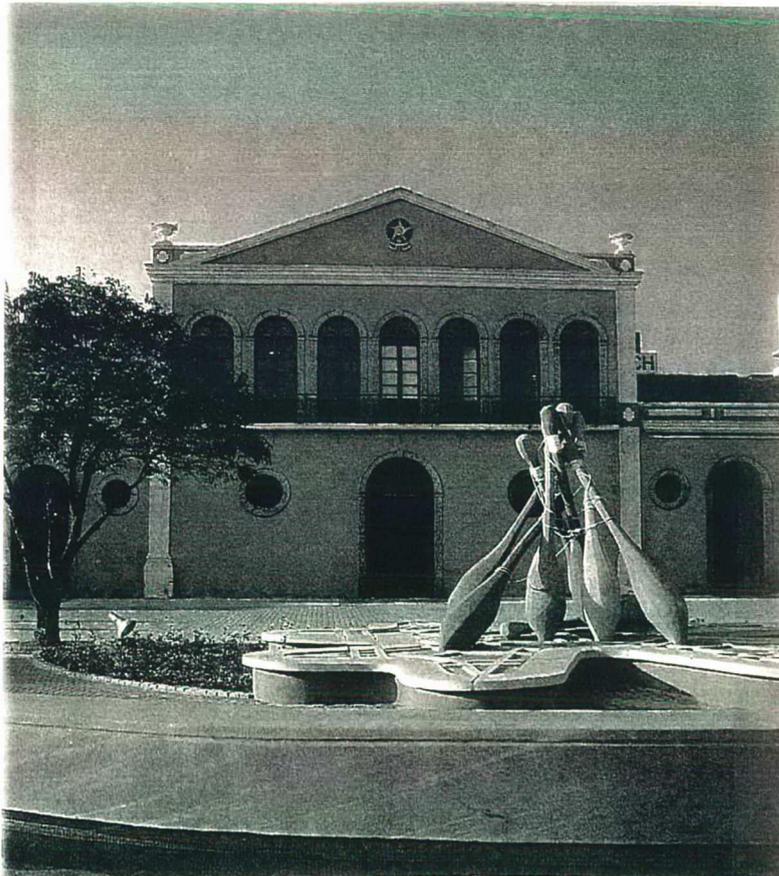
Praça Getúlio Vargas, Praça XV de Novembro e Igreja Matriz - o lado histórico e interiorano da antiga Nossa Senhora do Deserto, hoje Florianópolis, capital do Estado

Getúlio Vargas Square, XV de Novembro Square and Cathedral - historical aspects of former Nossa Senhora do Deserto, now State capital Florianópolis



Calçada da Felipe Schmidt, em Florianópolis, visto da Praça XV de Novembro. Rua tradicional, onde o comércio e a principal atração.

Felipe Schmidt cobblestone walkway seen from XV de Novembro Square in Florianópolis. Traditional street, a business area.



Prédio da Alfândega Florianópolis - considerado um dos mais importantes prédios de estilo neoclássico do Brasil, abrigando hoje a Associação Catarinense de Artistas Plásticos, o Instituto do Patrimônio Histórico e a Sala do Artista Popular da Fundação Catarinense de Cultura.

Customhouse/Florianópolis - regarded as one of the most important neoclassic buildings in Brazil, it holds the State's Plastic Arts Association, Historical and Natural Patrimony Institute, and the Popular Artists' Room of the Santa Catarina's Culture Foundation.